

PAULO DAVI JOHANN

**A FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO TÉCNICO EM
AGROECOLOGIA NA ESCOLA 25 DE MAIO DE
FRAIBURGO/SC**

Dissertação apresentada como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em Agroecossistemas sob a orientação da Dr^a Marlene Ribeiro e a co-orientação da Dr^a Sandra Luciana Dalmagro.

**Florianópolis
2015**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Johann, Paulo Davi

A formação teórico-prática do técnico em agroecologia na escola 25 de maio de Fraiburgo/SC / Paulo Davi Johann ; orientadora, Marlene Ribeiro ; coorientadora, Sandra Luciana Dalmagro. - Florianópolis, SC, 2015.
176 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. relação teoria e prática. 3. agroecologia. 4. formação técnica. 5. trabalhadores sem terra. I. Ribeiro, Marlene . II. Dalmagro, Sandra Luciana . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. IV. Título.

AGRADECIMENTOS

Quero, em primeiro lugar, agradecer aos que lutaram para que os filhos da classe trabalhadora tivessem acesso ao ensino superior e à pós-graduação; sem eles nem teria chegado à Universidade. Entre esses, especialmente aos integrantes da grande família Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

Agradecer também aos meus grandes incentivadores ao estudo, como meu pai Ermindo Johann (*in memoriam*) e à minha mãe, Olivia Johann (*in memoriam*). Na sua simplicidade, ambos, meu pai e minha mãe, sempre sonharam que seus filhos tivessem acesso ao conhecimento que a humanidade produziu para contribuir na luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Deixar meu agradecimento, também, à Orientadora, professora Dr^a Marlene Ribeiro e a Coorientadora, professora Dr^a Sandra Dalmagro. Ambas contribuíram imensamente para que este trabalho fosse realizado. Sem estas duas extraordinárias criaturas, que não se cansam de lutar para a emancipação humana, este trabalho não se realizaria com a qualidade que tem.

E ainda, quero registrar também o meu agradecimento a todos e a todas que estão em luta para construir uma sociedade liberta das amarras do capital, uma sociedade da livre associação dos produtores. Uma sociedade comunista. Nessa sociedade o homem poderá ser verdadeiramente livre, e todos os seres humanos terão acesso ao conhecimento socialmente produzido pela humanidade.

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo estudar a formação técnica em agroecologia de nível médio, realizada pela Escola 25 de Maio, situada no Município de Fraiburgo, no estado de Santa Catarina, em vista de identificar articulações e desarticulações entre a formação teórica e prática, e, dessa forma, contribuir para o avanço da qualificação dos profissionais/militantes. O referencial teórico que embasa a pesquisa é o materialismo histórico dialético. Nessa perspectiva, procuramos analisar a educação/formação humana no processo histórico do desenvolvimento da sociedade humana. Buscamos compreender a relação teoria e prática na educação a partir do trabalho. Como procedimentos metodológicos utilizamos: entrevistas semiestruturadas, a observação, a leitura e análise bibliográfica. A partir daí, procuramos compreender como aparece a relação teoria e prática no curso analisado Partimos do pressuposto de que o ser humano se forma no e pelo trabalho, na atividade prática-teórica, ou seja, pelas práxis enquanto atividade especificamente humana. Nesse sentido, procuramos compreender a agroecologia que se produz no trabalho agrícola, como matriz produtiva e tecnológica, que se contrapõe à matriz produtiva do agronegócio. Com isso, potencializa unir trabalho manual e trabalho intelectual que a sociedade de classe dividiu em campos opostos. A partir desse referencial trilhamos o caminho da análise dos dados, fornecidos pelos instrumentos metodológicos utilizados. Diante dos dados analisados, chegamos a algumas conclusões que nos permitem, momentaneamente, afirmar que a Escola/Curso estudada/o, por ser uma escola vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem possibilidades de avançar na formação técnico-política dos educandos, no sentido da omnilateralidade. Porém, essa Escola/Curso apresenta limites que precisam ser superados para atingir o objetivo pela qual ela foi construída. Os limites encontrados têm a ver com questões relacionadas à formação político-pedagógica dos professores, no que se refere à compreensão do trabalho como princípio educativo; a necessidade da contratação de professores qualificados da área técnica, que possam dedicar-se exclusivamente a essa Escola/Curso e a não compreensão, na

sua totalidade, da auto-organização dos estudantes, as aulas noturnas da área técnica entre outros.

Palavras chaves: relação teoria e prática, formação técnica, agroecologia, trabalho, trabalhadores sem terra.

RESUMEN

Esta investigación tiene el objetivo de estudiar la formación técnica en nivel secundario realizada por la Escuela 25 de Mayo, situada en el Municipio de Fraiburgo, en el estado de Santa Catarina, en vista de detectar articulaciones e desarticulaciones entre la formación teórica y práctica y de esa manera contribuir para el avance de la calificación de los profesionales/militantes. El referencial teórico en que se basa la investigación es el materialismo histórico dialéctico. En esa perspectiva buscamos analizar la educación/formación humana en el proceso histórico del desarrollo de la sociedad humana. Buscamos comprender la relación teórica y práctica en la educación partir del trabajo. Como procedimiento metodológico fueron utilizados: la entrevista, la observación y la lectura documental. A partir de eso, buscamos comprender como aparece la relación teórica y práctica en la escuela. Partimos del supuesto que el ser humano se forma en el trabajo y por el trabajo en la actividad teórica y práctica, o sea, por la proxis en cuanto actividad específicamente humana. En ese sentido procuramos comprender la agroecología que se produce en el trabajo agrícola como matriz productiva y tecnológica, que además de contraponerse a la matriz productiva del agro negocio, potencializa unir el trabajo manual y el trabajo intelectual que la sociedad de clase dividió en campos opuestos. A partir de ese referencial construimos el camino del análisis de los datos fornecidos por los instrumentos metodológicos utilizados. Frente a los datos analizados llegamos a algunas conclusiones que nos permiten momentáneamente afirmar que la Escuela/Curso estudiado, por ser una escuela vinculada al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra –MST tiene posibilidades de avanzar en la formación técnica-política de los educandos en el sentido de la omnilateralidad. Mas esa Escuela/Curso presenta límites que necesitan ser superados para alcanzar el objetivo por la cual ella fue construida. Los límites encontrados se refieren a las cuestiones relacionadas a la formación político-pedagógica de los profesores en lo que se refiere a la comprensión del trabajo como principio educativo, y la contratación de los profesores calificados en la área técnico que puedan dedicarse

exclusivamente a esta escuela, y la no comprensión, en su totalidad, de la auto- organización de los estudiantes, las aulas nocturnas de las disciplinas técnicas entre otras.

Palabras claves: relación teórica y práctica, agroecología, trabajo, trabajadores sin tierra.

LISTA DE SIGLAS

ABEEF- Associação Brasileira Estudantes de Engenharia Florestal.
ASCAR/RS- Associação Sulina de Crédito Rural do Rio Grande do Sul.
ACT- Admissão por Contrato Temporário.
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.
CADCR – Centro de Apoio e Desenvolvimento Comunitário Rural.
CIMI – Conselho Indigenista Missionário.
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMATER/RS – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
GO – Grupo Orgânico.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens.
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas.
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.
MSP – Movimentos Sociais Populares.
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
NB – Núcleo de Base.
PJR – Pastoral da Juventude Rural.
PPP – Projeto Político Pedagógico.
PRONERA – Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária.
PRV – Pastoreio Racional Voizin.
SED-SC – Secretaria Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina.
SISCAL – Sistema de Criação ao Ar Livre.
TE – Tempo Escola.
TC – Tempo comunidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
I CAPÍTULO – A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO.....	27
1. 1 – O trabalho e a formação humana.....	28
1. 2 – Unidade teoria e prática para a educação emancipatória...36	
1. 3 – Unidade teoria e prática na educação escolar.....	41
II CAPÍTULO – A FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA NO MST E A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA.....	55
2.1 – Agroecologia e o processo de formação humana.....	58
2.2- Agroecologia no MST e a formação técnica.....	77
III CAPÍTULO – A FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA NA ESCOLA 25 DE MAIO.....	91
3. 1 - Histórico e caracterização da Escola 25 de Maio.....	91
3.2 – Caracterização do Curso Técnico em Agroecologia na Escola 25 de Maio.....	103
3.3- A relação da teoria e prática na Escola 25 de Maio.....	119
3.4 – A realidade do Curso Técnico em Agroecologia na Escola 25 de Maio.....	134
3.5 – O desafio da Escola 25 de Maio na formação do Técnico em Agroecologia	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	165
APÊNDICES.....	173

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada aborda a formação teórico-prática do Técnico em Agroecologia, a partir da relação entre trabalho e educação, trabalho manual e trabalho intelectual, como unidade dialética necessária a esta formação. Esta pesquisa, em particular a sua abordagem acima especificada, justifica-se pela contribuição que poderá oferecer às escolas do campo, de modo geral, e, de modo especial, às escolas de formação técnica, para avançar, não só no sentido estritamente técnico, mas, principalmente, na oferta de uma formação que contemple a totalidade do ser humano.

A problemática da formação técnica está presente nas discussões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em suas diferentes instâncias. Como militante do MST, e no sentido de poder colaborar na qualificação desse debate, escolhi, como tema, a articulação da teoria com a prática, ou do trabalho manual com trabalho intelectual, na formação do Técnico em Agroecologia, na Escola 25 de Maio, que está localizada no Assentamento Vitória da Conquista, no município de Fraiburgo, no estado de Santa Catarina. A Escola 25 de Maio, que oferece a formação técnica em Agroecologia integrada ao Ensino Médio, vincula-se, por um lado, à rede estadual de educação de Santa Catarina, e, por outro lado, tem um vínculo orgânico com o MST. No seu Projeto Político Pedagógico (PPP) ela aponta o vínculo da teoria com a prática, tendo o trabalho como princípio educativo, além de instrumento didático pedagógico para auxiliar no aprendizado.

A educação ligada ao mundo do trabalho não pode ficar alheia às exigências complexas dos processos produtivos e a ação educativa deve refletir sobre estas questões selecionando conteúdos vinculados ao mundo do trabalho e acompanhando experiências de trabalho educativo. O trabalho torna-se, também um recurso pedagógico ao provocar, através, de sua prática, necessidades de aprendizagem, bem como

pela sua condição de construtor das relações de classe (PPP, 2013, p. 7-8).

A formação do Técnico em Agroecologia, vinculada ao MST, é muito discutida nesse Movimento, em particular, nos setores de Educação e Produção. A discussão que o MST está fazendo relaciona-se a esta formação de técnicos em Agroecologia, de modo que possam se apropriar dos elementos técnicos vinculados aos elementos políticos, ou ainda, realizar a articulação teórico-prática, ou seja, do conhecimento obtido no Curso com o trabalho desenvolvido no campo. Em outras palavras, a questão é: como a Escola poderá formar este Técnico em Agroecologia, com capacidade técnica e compromisso político para atuar junto aos camponeses e contribuir, tanto no aumento da produção de base agroecológica, como na organização dos camponeses, enquanto classe, para a luta pela construção do paradigma da agroecologia em contraposição ao paradigma do agronegócio. Nesse sentido, a formação técnica pensada pelo MST procura aliar os elementos técnicos aos elementos políticos. Mas, a partir daí, podem ser formuladas novas questões como: é possível numa sociedade de classes, que separa o trabalho manual do intelectual e que produz uma educação escolar divorciada do processo produtivo, aliar a teoria à prática como uma unidade dialética? Ou ainda: formar simultaneamente para o trabalho manual e o trabalho intelectual? E como fazer isso na prática do cotidiano escolar?

O MST tem, como um dos seus princípios, que a escola deverá trabalhar a formação omnilateral do ser humano. Esta formação, segundo Marx (2001), só se torna possível a partir da união entre a educação e o trabalho. Trata-se, portanto, de uma educação que articula a teoria com a prática, no sentido das práxis. A práxis é inerente à formação do ser humano omnilateral, isto é, a formação omnilateral fundamenta-se numa perspectiva científica crítica que aponta para a formação integral do ser humano, ou seja, nas dimensões: física, moral, espiritual, artística, etc., possibilitando uma compreensão da totalidade da realidade e propiciando uma vivência crítica e até mesmo uma intervenção na sociedade. Nessa concepção, o trabalho deixa de ser uma atividade puramente prática para se converter em atividade teórico-prática. É uma atividade em que se articulam o pensar e o fazer como uma unidade dialética.

É esta unidade dialética, fazer e pensar, prática e teoria que, no caso de uma formação omnilateral, sustenta a ação educativa da Escola 25 de Maio. Mas, apesar disso, pela convivência como agricultor assentado e como liderança do MST, com alguns dos técnicos em Agroecologia egressos, muitas vezes acompanhando-os no trabalho junto aos agricultores, nas reuniões de planejamento das atividades que iriam desenvolver, assim como de técnicos egressos dessa Escola que foram assentados, percebe-se a existência de um conhecimento superficial a respeito das técnicas agroecológicas, tanto no campo prático como teórico. Mas, por outro lado, apresentam um discurso político sobre agroecologia bastante avançado. Pode-se também perceber, no trabalho desses técnicos, a dificuldade em relacionar a atividade prática relacionada à assistência técnica, com o conhecimento político-organizativo, no sentido de uma melhor compreensão da unidade do conhecimento prático com o conhecimento teórico. Este poderia ser um caminho estratégico para contribuir na luta em contraposição ao agronegócio, e, ao mesmo tempo, para a construção do paradigma da Agroecologia, como instrumento na luta por uma sociedade em que a divisão de classes possa ser superada.

O objetivo da Educação do Campo, projetada pelos movimentos sociais populares do campo unificados na Via Campesina¹, de forma geral, e, de modo particular pelo MST, é a compreensão articulada à prática da educação como instrumento de emancipação humana. Por isso, a Educação do Campo se articula à luta pela Reforma Agrária, com a terra para os que nela trabalham e vivem deste trabalho, e por um

¹ Via Campesina é uma organização social do campo formado pelo Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Pescadores e Pescadoras Artesanais.

projeto popular de sociedade, que penso seja socialista. Mas, para que a Educação do Campo possa contribuir com a construção do projeto popular, é necessário trabalhar a formação do ser humano em todas as suas dimensões, ou seja, segundo Marx e Engels (1978), uma educação omnilateral em oposição à educação unilateral proporcionada na sociedade de classes.

A partir da compreensão do trabalho como princípio educativo e da forma pedagógica de estabelecer a relação entre a teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual na educação escolar, é que esta pode vir a auxiliar no avanço da formação técnica, no sentido de formar técnicos, não só comprometidos com os Movimentos Sociais Populares (MSP), que lutam pela terra de trabalho no/do campo, mas também com capacidade técnica e política de contribuir na construção de processos de mudança social e cultural do camponês, incidindo sobre a produção agropecuária. Em outras palavras: contribuir na construção de processos de conversão da agricultura oriunda da “revolução verde”² para a agricultura agroecológica que implica na preservação da biodiversidade, no respeito à natureza e na compreensão de que o homem é parte da natureza. E, ainda, organizando-se de forma solidária para definir alternativas de defesa deste trabalho e da sociedade que o demanda.

A escolha do tema – articulação teoria e prática na educação escolar, tendo o trabalho como mediação na formação do técnico em Agroecologia – se deu em virtude da necessidade da formação de técnicos agrícolas com capacidade teórico-prática, de modo que possam contribuir com os camponeses para a construção de processos agroecológicos de produção. A formação exigida pelos MSP do campo é no sentido da formação unitária, que decorre de uma formação técnica aliada à formação humanista (GRAMSCI, 1982). Esta proposta está

² “A “revolução verde” foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso” (PEREIRA, Mônica, 2012, p. 685). Este era um amplo programa idealizado pelo capital para aumentar a produção agrícola no mundo por meio da introdução de melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais (agrotóxicos), mecanização e redução do custo de manejo com a promessa de acabar com a fome no mundo.

fundamentada em documentos do MST, em que foram definidas as linhas políticas para a construção da Agroecologia³, como paradigma de desenvolvimento do campo em contraposição ao agronegócio⁴. Portanto, a escolha da formação do técnico em Agroecologia proporcionada pela Escola 25 de Maio, como objeto de minha pesquisa, explica-se pelo fato dela estar organicamente vinculada ao MST.

A Escola 25 de Maio tem, por objetivo, a formação omnilateral do técnico em Agroecologia, no sentido de capacitar seus educandos técnica e politicamente para contribuir na construção da Agroecologia como paradigma de desenvolvimento do campo, em contraposição ao paradigma hegemônico do agronegócio. Em outras palavras, a formação do técnico deve contribuir na luta pela transformação não só do campo, mas de toda sociedade, ou seja, na construção de uma sociedade sem classes, em que seja superada a dicotomia trabalho manual e trabalho

3 Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL, 2009, p.4).

4 Consiste o agronegócio numa articulação empresarial voltada à exportação de produtos primários, ou que agregam pequena parcela de tecnologia, tratando-se, principalmente, de minérios e gêneros agrícolas que são produzidos em larga escala e comercializados no Brasil e no exterior. Envolve o setor de máquinas (tratores, ceifadeiras, colheitadeiras, etc.), a produção agrícola, as tecnologias associadas a esta produção, a industrialização dos produtos, o setor de distribuição e serviços e o setor bancário, responsável pelo financiamento da produção. Com isso, gera pequena quantidade de postos de trabalho. A definição do Brasil, no plano econômico nacional e internacional, como produtor e exportador de produtos primários, está associada ao poder, à importância e fortuna dos empresários do agronegócio, grandes proprietários de terras que se articulam com o sistema financeiro tanto para financiar a produção quanto para aplicar lucros no mercado de ações (RIBEIRO, 2013, p. 674).

intelectual. Os objetivos que deixam esta afirmação mais clara constam nos princípios filosóficos e organizativos das escolas do MST⁵.

Agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, como também, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que necessitam ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável (BALEM; SILVEIRA, 2002, p. 4).

Na definição de Agroecologia dada por Balem e Silveira, na obra citada, pode-se perceber como se faz necessário formar técnicos agrícolas que, não só se capacitem, ou se formem tecnicamente, mas também politicamente para poderem contribuir na intervenção da complexa realidade do campo. Na Escola 25 de Maio, segundo Mohr e Ribas (2010, p. 2), desde o princípio de sua fundação, estão presentes os ideais da pedagogia socialista, de Makarenko (s/d), Pistrak (2000) e Shulgin (2013) pedagogia esta que considera a organização coletiva e o trabalho como princípios educativos.

Na luta pela mudança do paradigma de desenvolvimento do campo, empreendida pelos MSP do campo, de forma geral e, em particular pelo MST, a educação, formação/capacitação fazem parte

5 Princípios filosóficos: 1) educação para a transformação social; 2) educação para o trabalho e a cooperação; 3) educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) educação com/para valores humanistas e socialistas; e 5) educação como um processo permanente de formação/transformação humana. Princípios pedagógicos: 1) relação entre prática e teoria; 2) combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3) a realidade como base da produção do conhecimento; 4) conteúdos formativos socialmente úteis; 5) educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8) vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) gestão democrática; 10) auto-organização dos/das educandos; 11) criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; 12) atitude e habilidades de pesquisa; e 13) combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais (MST, 1999, p 04).

desta luta. É nesse intuito que o MST luta por escolas de forma geral e, em específico, por escolas técnicas para formar os sujeitos que vivem nos assentamentos. A formação que as escolas vinculadas ao MST pretendem oferecer às pessoas que vivem nos assentamentos é a formação omnilateral, como afirmado antes. Formação esta que possibilite ao estudante compreender não só a Agroecologia, mas também a agricultura convencional e como este modelo contribui para o desequilíbrio da natureza, afetando o clima, a flora e a fauna, mas, acima de tudo, sendo concentrador da terra, da renda, e excluindo, cada vez mais, um número maior de camponeses.

A compreensão de que o educando, no seu processo de formação na escola, deva incorporar conhecimentos que possam contribuir na construção do novo, é fundamental. Novo, aqui, significa a mudança do paradigma de desenvolvimento do campo. Ou seja, a construção de uma matriz produtiva com tecnologias de base agroecológicas. E é a escola que pode proporcionar ao estudante aprender estes conhecimentos técnico-científicos, articulando-os com seus conhecimentos empírico-populares, enquanto filho de camponeses. A articulação entre o conhecimento científico e o conhecimento empírico-popular vai se dando, não na teoria, mas na práxis social. Aprender este conhecimento é fundamental para o técnico que pretende atuar junto aos camponeses, sejam eles assentados ou não.

Compreendendo a importância do trabalho como práxis social na vida do ser humano, é que as escolas ligadas ao MST incorporam o trabalho nos seus objetivos pedagógicos. Esta incorporação se dá porque é através das práxis (ENGELS, 1999) que se forma o ser humano. Práxis social aqui é entendida como trabalho, pois no ato de trabalhar, quando o trabalho é livre, é que se mesclam a teoria com a prática. Foi assim que, durante milhões de anos, o ser humano foi se produzindo a partir do trabalho. A relação dialética entre o ato do fazer, a prática do trabalho e, por sua vez, o ato de pensar sobre o trabalho, ou seja, a práxis social precisa estar presente na educação escolar. A este objetivo voltaremos adiante no primeiro capítulo.

Passo, agora, à apresentação do problema que dá origem às questões de pesquisa, as quais orientam a escrita desta dissertação.

Assim, neste meu trabalho de pesquisa, cujo tema é a relação teoria-prática, como base da formação do técnico em Agroecologia, formulo as seguintes questões: de que forma a Escola 25 de Maio vincula o trabalho à educação? Ou melhor, como a referida Escola estabelece o vínculo entre o trabalho e educação escolar? Que lugar a escola dá às atividades de trabalhos manuais realizadas pelos estudantes? Ou ainda, como articula teoria e prática, estudos teóricos e trabalhos manuais? E, em base a estas indagações, proponho a seguinte questão de pesquisa: como a escola 25 de Maio articula estudos teóricos e trabalho prático na formação do Técnico em Agroecologia?

Estas questões, ou interrogações, me despertaram o interesse em estudar para poder contribuir com a Escola, com a formação dos técnicos em Agroecologia, e com o MST, na discussão sobre a relação trabalho-educação no processo de formação para a emancipação humana. Estas, a meu ver, são questões que implicam no alcance ou não dos objetivos da educação à qual o MST discute em suas instâncias organizativas, objetivos estes que estão direcionados à emancipação humana.

E a partir das questões suscitadas foram formulados os objetivos, de modo a definir os caminhos que foram trilhados nesta pesquisa, através da qual me propus a averiguar se os estudos teóricos estão, de fato, articulados aos trabalhos práticos desenvolvidos pelos estudantes do curso Técnico em Agroecologia, da Escola 25 de Maio, considerando que esta Escola pretende formar técnicos em Agroecologia, orientada pelos princípios e métodos do MST. Para isso, foi necessário compreender o papel do trabalho na (de) formação humana e como este aparece na sociedade de classes e na escola; identificar o lugar do trabalho prático efetuado na e pela Escola 25 de Maio; analisar a concepção de educação e de formação técnica associadas à formação política; estudar de que forma a Agroecologia pode contribuir na formação desse técnico, além de refletir sobre os limites e as possibilidades que a Escola apresenta, no que concerne à formação técnica em Agroecologia. Assim, com o estudo sistematizado nesta Dissertação pretendo estar contribuindo para a formação do técnico militante, com capacidade para intervir junto à agricultura camponesa, visando fortalecer a produção agroecológica.

Para desenvolver esta Dissertação serão apresentados alguns elementos da relação entre trabalho e educação, a partir da teoria

marxista. Nesse sentido, tentarei trazer uma visão histórica de como esta relação foi se distanciando do mundo da produção, durante determinado tempo, na medida em que os seres humanos iam organizando a produção de modo a organizar, também, a sociedade de classes sociais em contradição e que, portanto, se contrapõem. Daí emerge a pergunta: como é que a união entre o trabalho e a educação poderá contribuir na formação humana em todas suas dimensões, incluindo a luta pela emancipação, quando estamos imersos nesta sociedade de classes?

A pesquisa que fundamenta a Dissertação foi desenvolvida na Escola de Educação Básica 25 de Maio, que oferece, também, a formação técnica em Agroecologia, situada em Fraiburgo/SC, mais especificamente, com turmas de estudantes ingressados nos anos de 2012 e 2013, no curso Técnico em Agroecologia, tendo como sujeitos de pesquisa: professores, estudantes, integrantes do Conselho Escolar, pais de alunos e lideranças locais do MST, com o qual a escola tem vínculo orgânico. Para isso, adotou-se uma metodologia de caráter predominantemente qualitativo.

Para realização deste estudo foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica, realizei leituras de livros, revistas, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, assim como pesquisei em sítios da rede mundial de comunicação, buscando compreender como que, historicamente, o tema da relação teoria e prática, do trabalho manual e trabalho intelectual, vem se configurando na educação, de forma geral, e, em específico, na educação escolar, sobretudo, na relação ensino e trabalho. Em relação à pesquisa documental procurei ler documentos produzidos pela Escola 25 de Maio tais como: atas do Conselho Escolar desde a criação da Escola 25 de Maio, que somam quase uma centena; o Projeto Político Pedagógico e o planejamento anual de 2013 e 2014, que cada um dos professores elaborou em suas áreas de atuação, ou seja, nas disciplinas que desenvolvem. A pesquisa de campo foi realizada a partir de entrevistas e observações in loco. Para as entrevistas foi usado um roteiro com perguntas semiestruturadas. Num universo de vinte e quatro estudantes, entrevistei sete, ou seja, três ingressos no ano de 2012 e

quatro ingressos no ano de 2013. Além dos estudantes, entrevistei quatro professores, incluindo o diretor. As entrevistas foram assim distribuídas: além do diretor, três professores que trabalham disciplinas da área técnica, num universo de oito professores, assim como um representante do Conselho Escolar e uma liderança regional do MST.

Para cada categoria de entrevistados foram utilizadas perguntas diferentes. Ou seja, as perguntas construídas para a entrevista com professores, pais de alunos, conselho escolar e alunos eram diferentes umas das outras. A escolha do roteiro de entrevistas foi formulada de forma que pudessem fornecer informações necessárias para responder a questão central da questão de pesquisa. Para que pudesse apreender todos os significados das respostas às entrevistas, as mesmas foram gravadas e transcritas na íntegra. Já as observações foram feitas em três momentos, através de visitas à Escola, perfazendo um total de vinte e sete dias. As visitas aconteceram no mês de agosto de 2013, abril de 2014 e outubro de 2014. A primeira e a segunda visita foram de dez dias cada uma e a terceira visita foi de sete dias. Nas visitas foram observados os seguintes aspectos:

a) Em relação às aulas ministradas pelos professores:

- Abordagem dos aspectos pedagógicos dos conteúdos do currículo, além da abordagem didática, ou seja, como se processou a articulação entre teoria e prática no trabalho do/a professor/a, seja em sala de aula ou no trabalho de campo;
- Como que o princípio da Escola, ou seja, o trabalho aparecia, enquanto articulação teoria e prática, no planejamento do professor, no seu trabalho pedagógico;
- Se havia ou não a articulação da teoria e prática na Escola como um todo, ou eram só algumas disciplinas que trabalhavam esta relação;
- Como que se mostrava a relação teoria e prática no trabalho escolar;
- Como que o/a professor/a abordava, em sala de aula, o trabalho prático realizado pelos estudantes;
- Como se processava o vínculo das disciplinas técnicas em relação às disciplinas do Ensino Médio;
- Como aparecia o vínculo entre teoria e prática nas disciplinas técnicas e nas disciplinas teóricas do Ensino Médio;

- Se, de fato, existia, uma relação dos conteúdos teóricos com os trabalhos práticos realizados pelos alunos;
- Quais os procedimentos didáticos metodológicos que o/a professor/a utilizava nas atividades pedagógicas;
- Como se dava o processo de interação entre o/a professor/a e os estudantes em sala de aula;
- Como é que o processo de planejamento das atividades da escola, realizado pelos alunos, era abordado em sala de aula;
- Como que o professor estabelecia o vínculo da teoria com o trabalho concreto.

b) Em relação ao trabalho prático realizado pelos estudantes: conforme os princípios da educação das escolas vinculadas ao MST os estudantes realizam trabalhos práticos. Foi, então, observado, se a Escola 25 de Maio aplicava este princípio em relação aos trabalhos práticos:

- Estudantes se envolviam na limpeza do ambiente de convivência, ou seja, sala de aula, alojamento, refeitório, recolher o lixo, cuidar dos animais, etc.,
- Como que os estudantes percebiam este trabalho;
- Este trabalho expressava vínculo com a formação procurada pela escola;
- Como que os estudantes aplicavam a relação teoria e prática nos espaços de sua auto-organização, como Núcleos de Base (NB), ou nos encontros destes Núcleos.

c) Em relação ao coletivo de professores e grupo orgânico da Escola:

- Como era abordada a relação teoria e prática no coletivo de professores e no grupo orgânico;
- E como estes coletivos compreendiam esta relação.

d) Em relação à organização da Escola 25 de Maio:

- Se a forma de organização do trabalho escolar era condizente com o projeto político pedagógico da Escola;
- Como que se mostrava a relação teoria e prática na organização Escola;
- O Conselho Escolar era ou não parte constitutiva da Escola,
- Como este Conselho era percebido por estudantes e professores/as.

Com o objetivo de registrar os dados coletados através da observação, utilizei um caderno de campo para anotar as percepções dos fatos, do que era observado. Este registro foi efetuado durante o processo de observação, ou seja, durante a observação foi anotado tudo o que dizia respeito aos aspectos acima descritos, assim como eram feitas reflexões em torno do observado.

Os dados obtidos através de entrevistas, observações, leituras de documentos, foram analisados com base no referencial do materialismo histórico-dialético, onde o real se apreende a partir da análise do fenômeno, partindo do empírico (abstrato) para o concreto (apropriação do concreto em nossa mente), considerando as relações que se estabelecem entre o fenômeno particular com o geral-universal. Segundo Marx (2006) o concreto é concreto por que expressa as múltiplas relações que o determinam. Ou seja, o fenômeno não se deixa conhecer pela aparência, mas pela essência que é ocultada na sua aparência por um invólucro produzido pela divisão do trabalho na sociedade de classes. Kosik (1976) aprofunda esta questão proposta por Marx, na obra citada, ao apontar que a essência desta forma de organização injusta, que é histórica, se mostra como aparência, ocultando a real exploração/expropriação da classe trabalhadora e, com isso, dificulta a percepção da sociedade que não é como se mostra.

Nesse sentido, busco compreender a formação do técnico em Agroecologia, proporcionada pela Escola 25 de Maio, tentando captar o fenômeno e como este se manifesta e por ela é manifestado, o que exigiu uma análise capaz de ir além das aparências, para penetrar na essência (KOSIK, 1976). E, para isso, ou seja, para chegar à essência do fenômeno torna-se necessário, em primeiro lugar, buscar as relações que se estabelecem entre o fenômeno a ser conhecido como totalidade, ou seja, com a forma como a sociedade se organiza para produzir a vida. E, em segundo lugar, não se pode analisar o fenômeno em si

desconsiderando as relações internas e externas que o fazem ser tal como é. Assim, só é possível conhecer verdadeiramente os fenômenos sociais, quando se utiliza um método e uma abordagem que vão para além das aparências. Este método é o materialismo histórico dialético, que sustenta esta abordagem.

O ponto de partida para o método dialético na pesquisa é a análise crítica do objeto a ser pesquisado, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é. Tais determinações têm que ser tomadas pelas suas relações, pois a compreensão do objeto deverá contar com a totalidade do processo, na linha da intencionalidade do estudo, que é estabelecer as bases teóricas para sua transformação. (WACHOWICZ, 2001, p. 01).

Segundo a mesma autora, o método dialético se caracteriza pela “contextualização do problema a ser pesquisado. Podendo efetivar-se mediante respostas às questões: quem faz pesquisa, quando, onde e para que?” (WACHOWICZ, 2001). O método dialético requer que o objeto de pesquisa seja analisado dentro do contexto histórico político-social, em que está inserido. Nesse sentido, historicidade, totalidade e contradição foram categorias que acompanharam todo processo de análise dos dados, materiais, informações coletadas acerca do fenômeno. Além dessas categorias metodológicas da dialética, também foi possível utilizar categorias simples do conteúdo, conforme o tema investigado. Por isso utilizei as categorias trabalho, educação, alienação, práxis, e emancipação.

Para responder a questão central da pesquisa foi necessário organizar a presente dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo abordo a relação teoria e prática na educação, tendo por base o processo histórico que aponta o vínculo teórico-prático na formação humana,

considerando a unidade teoria e prática na educação emancipatória e como esta unidade pode ser possível ou não, na educação escolar.

A relação entre a formação humana e a Agroecologia será o tema do segundo capítulo, no qual aprofundarei esta questão ao incluir a educação desenvolvida pela Escola 25 de Maio, mais propriamente, a formação do Técnico em Agroecologia.

No terceiro capítulo, abordo a unidade entre teoria e prática na formação do Técnico em Agroecologia, que é feita pela Escola 25 de Maio, situada em Fraiburgo, no estado de Santa Catarina. Para isso, trago a história da luta para a conquista desta Escola, como espaço de uma formação de técnicos em Agroecologia demandada pelo MST, ao qual estão vinculados os estudantes. Ainda nesse capítulo caracterizo a Escola citada identificando que ela, por um lado está vinculada ao MST e, por outro lado, à Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina SED-SC. Ainda nesse capítulo apresento a análise que vai responder a pergunta inicial da questão da pesquisa.

Por último, nas considerações finais a partir do estudo realizado e das análises feitas, tecemos algumas considerações sobre quais questões ainda permanecem e que precisam ser aprofundadas e quais as contribuições que ficam para o MST. Finalmente, apontamos os limites e as possibilidades que a formação efetuada pela Escola 25 de Maio apresenta como contribuição para avanço na formação do Técnico em Agroecologia.

I CAPÍTULO – A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO

O objetivo central deste capítulo é compreender a relação entre teoria e prática na educação, de forma geral e, em particular, na educação escolar. Para isso, buscarei na história da formação da sociedade humana como o trabalho se constitui no elemento central na formação/educação do ser humano.

Para compreender esta relação buscarei a fundamentação, principalmente, nas obras de: Karl Marx; Friedrich Engels, Antônio Gramsci, István Mészáros, Gaudêncio Frigotto, Ivo Tonet, Mario Alighiero Manacorda, Demerval Saviani, Acácia Kuenzer, entre outros. E para compreender a relação entre trabalho agrícola e educação escolar, acrescento: Moisey M. Pistrak, Anton S. Makarenko, Célia Vendramini, Marlene Ribeiro, Moacir Gadotti, entre outros.

As questões apresentadas nesse capítulo se constituem no referencial teórico no qual está embasada esta dissertação. Trago questões na busca de compreender o trabalho como fator fundamental na formação do ser humano no processo histórico de sua existência. O trabalho foi essencial na formação humana na sociedade sem classes sociais, porque nele estava a possibilidade de ser essencialmente formador, pois não estava dividido. Nesse sentido, teoria e prática se encontravam em unidade. Já sob a sociedade de classes, e principalmente sob o modo capitalista de produção, o trabalho (MARX 1968) aparece dividido sob a forma de trabalho manual e trabalho intelectual. Essa divisão é fruto da divisão da sociedade em classes sociais. Nessa sociedade o trabalho também assume um duplo caráter de positividade e negatividade.

Compreender que o trabalho, sob a sociedade de classes, diga-se sociedade capitalista, assume esse duplo caráter, nos possibilita entender que, ao mesmo tempo, ele pode ser formador e deformador. Nesse sentido este capítulo na primeira parte abordará o trabalho como princípio formativo/educativo do ser humano no processo histórico da formação da sociedade. Nessa abordagem será visto como o trabalho de pura positividade na sociedade sem classes sociais passa a ter um duplo

caráter de positividade e negatividade, formador e deformador. Na segunda parte será discutido o trabalho como elemento que possibilita a educação emancipatória. Buscar-se-á compreender se, possível sob a sociedade de classes, onde o trabalho aparece dividido entre manual e intelectual, este ser elemento que possa contribuir para a formação/educação voltada à emancipação humana. Ou ainda, como o trabalho poderá ser elemento que une teoria e prática na formação/educação no sentido emancipatório do ser humano. A questão da unidade da teoria e prática na educação escolar, tendo o trabalho como princípio educativo, assim como a compreensão do que é o trabalho como princípio educativo e o trabalho como princípio pedagógico e, ainda, como este aparece na educação escolar, será abordado na terceira e última parte.

1. 1 – O trabalho e a formação humana.

O conceito de trabalho, segundo a acepção marxista, é a ação do ser humano sobre a natureza para transformar esta natureza em coisas úteis de modo a satisfazer suas necessidades. O trabalho, ao modificar a natureza para a produção de coisas para satisfazer a necessidade do homem, também produz modificações nele próprio. Nesse sentido dá para dizer que o trabalho cria/recria o próprio homem. Ou seja, nas palavras de Marx (1968, p. 202) trabalho é:

(...) um processo de que participam homem e a natureza. Processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Ou ainda, conforme Engels (1999, p. 05): “É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Se o trabalho é uma eterna necessidade humana de produzir coisas para atender as necessidades por ele criadas, permite ao ser humano se criar/recriar continuamente como humano. Então, foi atuando sobre a natureza, produzindo coisas úteis para satisfazer suas necessidades, ou seja, foi trabalhando que o homem se educou e se humanizou. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma relação de origem entre trabalho e educação. Dito de outra forma, o ser humano foi se educando no processo do trabalho. Trabalho este compreendido como a unidade dialética teoria e prática, ou trabalho manual e trabalho intelectual, pensar e fazer, conceber e aplicar. É nessa compreensão que trabalho e educação nascem juntos.

Para compreender como o trabalho foi se configurando no processo histórico da existência humana, ou seja, como o trabalho que, na sua origem, criou o próprio homem e no processo histórico da existência humana foi se transformando em algo que levou e leva o ser humano à desumanização, é preciso pesquisar sobre como a sociedade foi se constituindo. Isto quer dizer, compreender como os seres humanos foram organizando o processo produtivo e estabelecendo relações entre si e com a natureza, para produzir a sua existência.

O conhecimento perdido sobre o processo de produção por parte dos trabalhadores parciais se concentra no capital, com o qual se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho se opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador,

convertendo-o em parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, ENGELS 1978, p. 283-284).

Na sociedade primitiva, em que não havia divisão de classes e nem divisão social e técnica do trabalho, os seres humanos se educavam no e pelo trabalho. Em um determinado momento histórico a sociedade se divide em classes sociais, entre proprietários dos meios de produção e não proprietários. Esta divisão da sociedade em classes condiciona a divisão do trabalho. A divisão da sociedade em classes e a consequente divisão do trabalho é que possibilita aos proprietários dos meios de produção, desde o modo de produção feudal, viver sem trabalhar; com isso, cria um espaço próprio para se educar chamado de escola. Por outro lado, a classe que vive do trabalho, a não proprietária, continua se educando no e pelo trabalho.

A divisão do trabalho, que se inicia com a divisão sexual do trabalho, depois, com a geração de excedentes, ocorre entre aqueles que gestam/administram e aqueles que realizam o trabalho manual. Neste processo vão se constituindo as classes sociais que, na sua forma de organização, dão origem à divisão social do trabalho, entre trabalho manual e intelectual, que perpassa desde a sociedade escravista, feudal e burguesa, depois também se expressa numa divisão internacional do trabalho. Para efetivação da divisão do trabalho, ou melhor, para que a divisão do trabalho pudesse se consumir e ampliar era preciso separar os homens entre os que pensam o processo produtivo e os que o fazem acontecer. Ou seja, separar o trabalho intelectual do manual, o pensar do fazer. Nesse sentido, a divisão do trabalho em manual e intelectual produz um ser humano parcial que não consegue mais compreender o todo, tornando-se unilateral.

A divisão do trabalho só surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual. A partir deste momento, a consciência *pode* supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa a de fato qualquer coisa sem

representar algo de real (MARX; ENGELS. 1978, p. 16, em itálico no original).

Sendo a divisão da sociedade em classes que condiciona a divisão do trabalho, essa só pode se realizar no momento em que se separa trabalho manual do intelectual. Nesse sentido, a divisão da sociedade em classes, em última instância, é produto da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

O modo capitalista de produção revolucionou as relações de produção, primeiro com a manufatura e depois sob a grande indústria, destruindo as antigas formas de propriedade camponesa, libertando o servo da terra, assim como provocou a destruição das antigas formas artesanais de produção, transformando, com isso, o camponês e o artesão em trabalhadores livres – livres sob todos os aspectos. Ou seja, livres da propriedade e livres para vender sua força de trabalho. Neste sentido, a invenção das máquinas proporcionou um aumento extraordinário de industrialização e isto resultou em um aumento da divisão do trabalho.

O aumento da divisão do trabalho propiciou a cooperação no processo de produção. Isso porque a divisão social do trabalho e a incorporação da mecanização no processo produtivo necessitam da cooperação. Esta nova forma de organização do processo produtivo aumenta a produtividade do trabalho, assim como produz o homem dividido. Esta divisão se apresenta como trabalho manual e intelectual. Referindo-se à obra de Marx, afirma Manacorda (2010, p. 83):

A divisão do trabalho condiciona a divisão da sociedade em classes e, com ela, a divisão do homem; e como esta se torna verdadeiramente tal apenas quando se apresenta como divisão entre trabalho manual e trabalho mental, assim as duas dimensões do homem dividido, cada uma das quais é unilateral, são essencialmente as do trabalhador manual, operário, e as do intelectual.

A divisão da sociedade em classes sociais, condicionada pela divisão social do trabalho, se mostra sob a divisão do trabalho manual e trabalho intelectual, transformando o trabalhador em trabalhador parcial. Isto quer dizer que este perde o conhecimento sobre o todo do processo produtivo. Ou seja, o trabalhador parcial não mais consegue compreender o porquê, para que e para quem produz. Por isso, ao não compreender o processo de produção o trabalho torna-se algo estranho a ele. Em vez de ser a sua autorrealização, o trabalho torna-se algo penoso, fadigoso. Em outras palavras, o trabalho perante os trabalhadores é um sacrifício, uma tortura, algo alheio a ele, que, ao invés de trazer satisfação traz insatisfação.

As potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital. Com o advento da sociedade burguesa o capital não só se apropria do conhecimento historicamente produzido pela humanidade pelo e no trabalho, mas também expropria do trabalhador o produto do seu trabalho. Ao efetuar esta dupla exploração do conhecimento e do trabalho, promove e intensifica, cada vez mais, uma maior divisão de trabalho. Todas estas condições impostas aos trabalhadores resultam numa maior

acumulação de capital, que aumenta na proporção em que a maquinaria utilizada reparte as tarefas produtivas até ao extremo de fazer do trabalhador apenas um apêndice das máquinas. Assim, o aumento da divisão do trabalho por um lado, e por outro, a acumulação do capital, produzem uma dependência cada vez maior do trabalhador para com o capital (MARX. 1996, p. 475).

Outro elemento que contribui para o aumento da divisão do trabalho é a incorporação de novas técnicas de produção, condicionando cada vez mais a simplificação do trabalho. Dessa forma, exige cada vez menos uso das capacidades intelectuais do trabalhador, transformando-o em complemento da máquina, como afirmado no parágrafo anterior. A introdução da produção mecanizada e a invenção de técnicas de produção exigem uma maior divisão do trabalho e, ao mesmo tempo, simplificam o trabalho, e exige cada vez menos uso das capacidades intelectuais do trabalhador, transformando-o em apêndice da máquina. Nesse sentido, o trabalho de uso de capacidades intelectuais e físicas é transformado em trabalho puramente mecânico. Em outras palavras, o capital transforma o trabalho em pura atividade corporal em que só se usam os braços, as pernas, o corpo para sua execução. Ou seja, um trabalho unilateral.

O acúmulo do capital aumenta a divisão do trabalho e a divisão do trabalho aumenta o número de trabalhadores; mutuamente, o número crescente de trabalhadores aumenta a divisão do trabalho e a divisão crescente intensifica a acumulação do capital. Como resultado da divisão do trabalho, por um lado, e da acumulação do capital, por outro, o trabalhador torna-se mesmo mais inteiramente dependente do trabalho e de um tipo de trabalho particular, demasiadamente unilateral, automático. Por este motivo, assim

como ele se vê diminuído espiritual e fisicamente à condição de uma máquina e se transforma de ser humano em simples atividade abstrata e em abdômen (MARX, 2006, p. 68).

Este tipo de trabalho (re)produzido pelo modo de produção capitalista que, além de separar trabalho intelectual e manual, o pensar do fazer, a teoria da prática, nega ao trabalhador a apropriação do fruto do seu trabalho, nega também o direito de ele se reproduzir enquanto humano pelo trabalho. Pois, o salário que lhe é pago pelo empresário capitalista serve apenas para que se reproduza enquanto trabalhador e não enquanto ser humano. Além disso, cria uma dependência deste trabalhador e de sua família em relação ao capital, pois se ficar desempregado não tem a garantia de sua reprodução como trabalhador e nem como ser humano. Nesse sentido, para Marx (2006), o modo de produção capitalista transforma o trabalho em algo estranho a si próprio, pois o trabalhador não se realiza pelo trabalho. Mas, pelo contrário, o trabalho se torna algo penoso. Assim, sob o modo de produção capitalista o trabalho, que no processo histórico da constituição do homem o humanizou (ENGELS, 1999), agora deforma o ser humano tornando-o apenas um apêndice da máquina, aniquilando-o como humano, uma vez que se torna mercadoria. Nesse sentido:

A produção não produz somente o homem como uma forma mercadoria, a mercadoria humana, o homem sob a forma de mercadoria; de acordo com tal situação, produz ainda a ele como um ser espiritual e fisicamente desumanizado... Imoralidade e deformidade dos trabalhadores e capitalistas... O seu produto é a mercadoria autoconsciente e ativa... A mercadoria humana (MARX, 2006, p 124).

O capital não só se apropria do conhecimento historicamente produzido pela humanidade pelo e no trabalho, mas também expropria do trabalhador o produto do trabalho. Ao efetuar esta dupla exploração do conhecimento e do trabalho, condiciona cada vez a uma maior

divisão de trabalho. Todos estes fatores combinados resultam em uma maior acumulação de capital. O aumento da divisão do trabalho por um lado, e por outro lado, a acumulação do capital, produz uma dependência cada vez maior do trabalhador em relação ao o capital.

Dessa forma, de produtor de coisas para satisfazer as necessidades humanas e de autor da realização do ser humano, o trabalho passa a ser um fardo, deixando de ser um instrumento de humanização. De produtor de produtos para sua realização ou do trabalho livre, voluntário, o trabalhador passa ao trabalho forçado, que não lhe pertence mais, que não lhe permite a realização enquanto humano, inibindo, portanto, a sua capacidade de (re)criação da realidade. Ou seja, de produtor da sua humanização passa a (re)produzir a sua própria desumanização. Com isso, o trabalhador se sente estranho em relação ao produto do seu trabalho, ao processo de produção, em relação aos outros homens e em relação a si mesmo.

(...) o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho. Com base nesse pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio (MARX, 2006, p 112).

Ao produzir o trabalhador sob a forma mercadoria, o capital também aliena o trabalhador do produto do seu trabalho, que ele não mais reconhece como seu. Sob esta forma, ao trabalhador produtor de toda riqueza é negado o direito de se apropriar da riqueza por ele produzida. Esta negação causa ao trabalhador uma estranheza em relação ao produto produzido por ele, pois o produto não lhe pertence. Não só é alienado em relação ao produto por ele produzido, mas também em relação ao processo de produção e aos demais seres humanos com os quais reparte as condições de vida e de (re)produção.

E é esta realidade da separação do trabalhador do produto do seu trabalho que vai determinar a organização da escola na sociedade capitalista, na qual se produz uma educação escolar dualista separando, assim, a formação intelectual da formação prática, ou educação e trabalho. Nesse sentido sob o modo capitalista de produção o trabalho assume um duplo caráter. Além de produtor de valor de uso que, segundo Marx (1968), é uma eterna necessidade do ser humano para produção de coisas necessárias para satisfazer suas necessidades para se produzir e reproduzir como humano, o trabalhador produz valor de troca. E este duplo caráter do trabalho, por um lado, enquanto produtor de valor de uso que ele se apresenta como formador do ser humano, e, por outro lado, enquanto produtor de valor de troca (mercadoria) o trabalho se apresenta como deformador do ser humano.

1. 2 – Unidade teoria e prática para a educação emancipatória

A partir do conceito de trabalho elaborado por Marx pode-se dizer que existe uma relação de origem entre trabalho e educação. Ou seja, o ser humano foi se educando no processo do trabalho. Portanto, teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual, trabalho e educação nascem juntos. Porém, na sociedade capitalista, que divide, separa e contrapõe as classes sociais, coloca-se a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, que aparece na escola sob a forma de divisão entre trabalho e educação. Isso porque, sendo a escola um produto desta sociedade dividida em classes, ela também reproduz esta sociedade.

Portanto, divisão do trabalho e divisão entre trabalho e educação tem uma relação direta. A educação, que antes da divisão da sociedade em classes sociais e da divisão social do trabalho acontecia na atividade prática que se dava no processo de produção, agora, sob a sociedade de classes e o trabalho dividido, se afastou do processo original de produção/formação humana. Isto quer dizer, formação omnilateral no sentido da emancipação humana, em contraposição à formação unilateral que se dá nas relações de produção capitalista, estas relações se refletem na maioria das escolas, onde se reproduz a separação do trabalho manual do trabalho intelectual, em que a teoria é separada da prática, o trabalho se apresenta de forma alienada. Dessa forma,

reproduz a sociedade de classes e a divisão do trabalho que se materializa na sociedade burguesa.

A prática do cotidiano escolar para a educação voltada à formação omnilateral numa sociedade de classes, como a atual, que separa o trabalho manual do trabalho intelectual, o fazer do pensar, a teoria da prática, está sendo estudada por diversos pesquisadores críticos da área da educação e também da sociologia. Sobre esta problemática já se tem produzido diversas teses, dissertações, artigos científicos, assim como livros.

Os autores que abordam as questões relacionadas ao trabalho como princípio educativo, a relação trabalho manual e trabalho intelectual, teoria e prática como uma unidade dialética, partem do pressuposto marxista de que o ser humano produziu-se como humano, no e pelo trabalho, ou seja, foi se educando no processo produtivo, na ação prática de atuar sobre a natureza produzindo coisas para satisfazer suas necessidades. Dessa forma, o ser humano foi transformando a natureza e transformando, também, a si mesmo. Se o trabalho é base da educação do ser humano, e, se desde a sociedade primitiva, trabalho e educação, teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual, pensar e fazer estão articulados, com o surgimento da sociedade dividida em classes, e, mais especificamente com a sociedade burguesa que divide trabalho manual do intelectual, a educação também sofre a separação em relação ao trabalho e a teoria em relação à prática. Desta forma, torna-se impossível alcançar a emancipação a qual pressupõe a relação dialética entre trabalho-educação como base da formação humana (MARX; ENGELS, 1978).

Para Manacorda (1989), a sociedade burguesa sob o modo capitalista de produção ao produzir o trabalhador parcial, que separa trabalho manual e intelectual, necessita de outro espaço para fazer a educação, que se chama escola. Esta educação se dá fora do processo de trabalho. Nesse sentido no capitalismo a escola torna-se espaço principal de educação, e nela se materializa a separação entre a teoria (conhecimento) e a prática (trabalho). Assim, o modo como a sociedade se organiza para a produção da vida é que condiciona o tipo de educação e o espaço que ela ocupa como principal, pois, nos diversos modos de

produção, cada sociedade tinha um tipo e um espaço privilegiado para a educação. Nesse sentido, para compreender a escola e como ela determina a educação é preciso historicizar esta escola e olhar as múltiplas determinações que a configuraram, no seu processo de constituição, nos diversos modos de produção. Isto quer dizer, olhar o desenvolvimento da instituição escolar no processo do desenvolvimento histórico da sociedade humana, e perceber como ela foi-se constituindo e se distanciando em relação ao mundo do trabalho, até um dado momento em que ela se reaproxima, novamente, do trabalho.

Ainda segundo Manacorda (1989, p. 10), a origem da escola como espaço específico de educação dos filhos da classe dominante remonta ao antigo Império Egípcio, por volta do quarto milênio A.C. A escola desde o seu surgimento no processo histórico de sua constituição, vai passando por mudanças a partir das transformações que ocorrem na base material da produção da vida. Deste modo, desde a sua origem até os nossos dias, a escola passou por profundas mudanças nas formas de organização, assim como nos métodos de ensino e nos conteúdos a serem trabalhados. Ou seja, conforme o processo de produção da vida do ser humano vai se transformando, a educação também vai também se modificando para formar o ser humano que a sociedade necessita e, ao mesmo tempo, a educação vai se condicionando às mudanças nas formas de organização da produção da vida.

O processo de mudança na organização da escola condicionada pela transformação da base material da produção da vida não acontece de forma linear e continuada. Isto se pode perceber ao ler a obra de Mario Alighiero Manacorda: *A história da Educação: da Antiguidade aos nossos dias* (1989). Nos processos de mudança há continuidades com descontinuidades, tanto modificações como permanências. Ou seja, nesse processo há incorporação de elementos novos com a permanência de elementos antigos. Nesse sentido, há uma relação dialética entre educação e forma de organização da base material da vida. Isto quer dizer que a educação, tanto é condicionada a ser instrumento de manter a forma de organização social para a produção da vida, quanto ela poderá condicionar a mudança dessa forma em outra forma superior.

Nas sociedades de classes que antecederam a sociedade burguesa, a educação escolar se dava desvinculada do trabalho, pois esta educação era destinada à classe dominante que vivia fora do processo produtivo, ou seja, à classe que vivia sem trabalhar, que vivia do trabalho alheio. A

classe que vivia do trabalho se educava do processo produtivo, pois não lhe era permitido frequentar a escola. Ou seja, nessas sociedades a educação dava-se de forma principal no e pelo trabalho. Era no espaço do trabalho onde a grande maioria das pessoas se educava para poder trabalhar e, assim, sobreviver. Ou seja, o filho do artesão, o aprendiz se educava na oficina do artesão junto ao processo produtivo.

Nessas sociedades, conforme Manacorda (2010, p. 127), só a classe dominante tinha um espaço específico para a formação das futuras gerações, espaço este que foi chamado de escola. Já a classe dominada não conhecia este espaço. Desta forma, nas sociedades de classes, anteriores à sociedade burguesa, segundo o mesmo autor, a oposição de classe, quanto à educação, não se dava em torno da escola do trabalho e escola de formação geral, mas em torno de escola e não escola. “A escola se coloca frente ao trabalho como não trabalho e o trabalho se coloca frente à escola como não escola” (MANACORDA, 2010, p. 127).

A oposição entre escola do trabalho e escola de formação geral, ou escola desinteressada, e escola profissional, começa a surgir com a revolução industrial quando a escola torna-se acessível “para todos”. Na sociedade burguesa, diferentemente das sociedades de classes anteriores onde a classe dominante vivia do não trabalho, o trabalho torna-se necessidade de toda sociedade, porém, nessa sociedade, aprofunda-se o divórcio entre o trabalho manual do trabalho intelectual. A separação entre trabalho manual e intelectual cria uma escola também dividida entre educação geral para a classe burguesa e educação profissional para a classe trabalhadora. Superar este dualismo na educação só é possível se for superado na sua totalidade, ou seja, quando superada a sociedade de classes, e com ela, a superação do trabalho dividido.

Se nas sociedades pré-capitalistas há um profundo divórcio entre educação escolar e educação pelo trabalho, na sociedade burguesa, com a revolução industrial, começam a se organizar as escolas para o produtor, trabalhador, pois a sociedade emergente passa a necessitar de trabalhadores que tenham um mínimo de conhecimento para poder operar novas tecnologias em constante desenvolvimento. Nesse sentido, a educação escolar se vincula ao trabalho. Porém, este vínculo se dá de

forma abstrata ou de forma prática. Ou seja, tendencialmente ensina-se teoria sem prática, ou o contrário, a prática sem teoria, ou ainda, a escola educa de uma forma unilateral. Isso quer dizer que a escola concentra-se na formação de apenas uma das dimensões do ser humano, ou formação para o trabalho intelectual ou formação para o trabalho manual.

Ainda de acordo com Manacorda (2010), Marx discute a questão do trabalho em vários dos seus escritos, dentre os quais pesquisamos para esta Dissertação: *Manifesto do Partido Comunista* (s/d), *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (2006), o capítulo 13 de *O Capital* (1968), que o germe da educação do futuro está na união entre o trabalho e a educação. Isso porque o trabalho historicamente determinado na sociedade burguesa, em que ele aparece dividido entre manual e intelectual, não é só negatividade, ou trabalho alienado, unilateral, desumanizador, produção de miséria física e espiritual. Apesar de significar a desumanização completa do homem, o trabalho também apresenta aspectos positivos, pois: “sendo a atividade vital humana, ou manifestação de si, uma possibilidade universal de riqueza – no trabalhador também está contida também uma possibilidade humana universal da humanização”, conforme Marx, segundo Manacorda (2010, p. 68).

O duplo caráter do trabalho apresentado por Marx negatividade-positividade é inerente à sociedade burguesa. Compreender esta dupla face do trabalho é importante, pois isto nos permite dizer que o trabalho apesar de desumanizar também tem a possibilidade de humanizar. O trabalho sob a forma capitalista de organizar a sociedade para produzir a vida divide não só a sociedade em classes, mas também divide o trabalho em manual e intelectual, e, com isso, divide o trabalho em sua representação assumindo aspectos negativos enquanto alienação, deformando o ser humano, produzindo, por um lado, a riqueza para os que concebem a produção, e por outro lado, produzindo a miséria para os que produzem com o trabalho prático.

Pelo fato de conter no trabalho a possibilidade universal de riqueza, no trabalhador está contida a possibilidade universal da humanização. A partir disso, segundo Mészáros, (2008), pode-se afirmar que mesmo no modo de produção capitalista é possível pensar uma educação para além do capital, que possa unir teoria e prática não no mundo real da produção, mas como possibilidade na compreensão da classe trabalhadora de como o modo capitalista de produção, a partir da

divisão da sociedade em classes divide o trabalho entre concepção e execução. É que a divisão do trabalho produz seres humanos unilaterais deformando-os, desumanizando-os. Nesse sentido, torna-se necessário lutar para construir outra sociedade que não seja mais dividida em classes, como forma de unir trabalho manual e trabalho intelectual, concepção e execução, teoria e prática para que, desta forma, o trabalho não mais dividido pode assumir seu papel na formação do ser humano emancipado.

1.3 – Unidade teoria e prática na educação escolar

Na sociedade burguesa, onde o trabalho aparece dividido entre trabalho manual e trabalho intelectual, cria-se uma escola em que a educação também se dá de forma dividida entre educação de formação geral e educação profissional, ou melhor, educação do conhecimento teórico científico e educação do conhecimento prático. Nesse sentido, a educação é produto da forma como a sociedade se organiza para produzir a vida. Ou seja, a educação aparece dividida tal qual a sociedade também aparece dividida. Em outras palavras, assim como a sociedade burguesa divide o trabalho manual e trabalho intelectual, na escola se divide e separa a educação que fornece o conhecimento geral e a educação que forma o profissional pelo conhecimento prático. Em outras palavras, a educação escolar reproduz a sociedade dividida entre os que pensam o processo produtivo e os que fazem o trabalho prático, direcionados para a reprodução do capital. Nesse sentido a escola no modo de produção capitalista se caracteriza pela formação unilateral tanto para os trabalhadores como para os capitalistas.

Esta divisão está ligada à divisão da sociedade entre proprietários dos meios de produção – a terra, os bens materiais, as máquinas e as tecnologias avançadas aplicadas na produção – e os não proprietários, ou seja, os que vivem do seu trabalho (ANTUNES, 2003). Isto quer dizer que, na sociedade capitalista, destina-se aos proprietários dos meios de produção a função de pensar a organização do processo de produção e aos não proprietários as funções de execução das tarefas que lhes são determinadas pelos primeiros.

Nesse sentido, para compreender a educação de forma geral, e a educação escolar em particular, é preciso buscar compreender a forma como se realiza o trabalho sob o modo de produção capitalista. Como vimos anteriormente, o modo de produção capitalista, começando pela manufatura e se complexificando sob a grande indústria, condiciona, cada vez mais, a uma maior divisão do trabalho. Esta divisão transforma o trabalhador em trabalhador parcial. Este processo produz a alienação do trabalhador diante do produto do seu trabalho e do processo de produção. Pois, é a realidade social em que o ser humano está inserido, ou seja, a forma social da organização do trabalho e do processo de produção, que determinam a forma de pensar e de agir.

O primeiro pressuposto de toda existência humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. [...] Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX; ENGELS, 1986, p.27-28).

Admitindo que as condições reais de produção determinem a forma de ser e de pensar do ser humano, torna-se necessário criar escolas que ultrapassem a visão liberal, associada à divisão da sociedade em classes sociais, de articular trabalho e educação, sob a forma de estágios, nas empresas. Nessa visão, a união da educação ao trabalho é meramente uma questão do aprendizado das técnicas para aumentar a produtividade do trabalho e, dessa forma, o trabalhador se integrar ao mercado de trabalho com melhor qualificação, possibilitando aumentar a produção de mais valia ao capital. Portanto, a união entre educação e trabalho pode ser funcional ao capital. Esta visão não possibilita uma formação omnilateral, mas, ao contrário, ao reproduzir a sociedade dividida em classes, mantém dividido o homem entre trabalhador manual e trabalhador intelectual. Portanto reproduz um ser humano unilateral.

A visão marxista de união da educação com trabalho na escola é a possibilidade de formar um ser humano que compreenda que foi o trabalho que o produziu. Deste modo, permite a este ser humano compreender o processo histórico de sua (de)formação. Em outras palavras, deixa claro como que o trabalho que produziu o humano, sob a sociedade de classes foi se desumanizando pela divisão do trabalho. Isto quer dizer, compreender que a divisão do trabalho foi produzindo uma sociedade de classes e esta, sob a divisão do trabalho entre trabalho manual e trabalho intelectual, foi produzindo um homem parcial, unilateral. Ou seja, foi a sociedade de classes, fruto da divisão social do trabalho, que dividiu aquilo que unido formou o ser humano, o trabalho manual e o trabalho intelectual – o fazer, o pensar e o agir.

Nesse sentido, a escola não muda aquilo que é produzido nas relações de produção. Para se mudar as relações de produção é indispensável a luta revolucionária da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, com certeza a escola tem uma função importante, que é a de formar corpos/sentimentos/consciências dos homens e das mulheres sobre a necessidade de revolucionar as relações de produção, para que possam se produzir efetivamente como seres humanos. Pois o humano está na união do trabalho manual com o trabalho o intelectual. E isto só será verdadeiramente possível numa sociedade sem classes, pois na sociedade de classes, fruto da divisão do trabalho, a separação do trabalho manual do intelectual é parte integrante, é mesmo essencial, como vimos mostrando até aqui. Sem a divisão do trabalho e com ele o humano parcial, unilateral, deformado, desumano, sem isso a sociedade de classes não subsiste. O homem omnilateral, emancipado, completo, só será possível numa sociedade sem classes sociais antagônicas que se contraponham como é o caso da sociedade forjada pelo capitalismo. Ou seja numa sociedade da livre associação de produtores (Marx, 1968).

Segundo Marx (1968), no modo de produção capitalista o aparato escolar surge como aparelho ideológico do Estado burguês, não só pelas funções temática e explicitamente ideológicas implicadas na organização escolar, mas também pela criação de um marco em que a alienação da força de trabalho é vista como algo natural, e, ainda, por

que ela reproduz a divisão do trabalho, uma necessidade que advém da divisão da sociedade em classes sociais.

...através da *divisão do trabalho* torna-se possível aquilo que se verifica efetivamente: que a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos distintos; então a possibilidade que esses elementos não entrem em conflito reside unicamente na hipótese de acabar de novo com a divisão do trabalho (MARX, 1968, p. 16, em itálico no original).

Neste sentido, para que a educação possa ser instrumento na luta pela emancipação humana, que ultrapasse os limites da emancipação social, torna-se necessário, de alguma forma, mudar a estrutura organizacional da escola. É fundamental mudar os conteúdos curriculares, mas não é o suficiente, pois existe uma relação dialética entre conteúdo e forma. Nesse sentido se coloca a importância em mudar a forma de organização do trabalho escolar, pois, ela forma de certo modo mais que os componentes curriculares. Isso porque, segundo Marx (1968) não é a consciência que determina o ser social, mas, pelo contrário, é o ser social que determina a consciência.

A formação omnilateral como necessidade para emancipação humana proposta por Marx e Engels (2011) e Gramsci (1982) implica em unir trabalho e educação, trabalho manual e trabalho intelectual não só no sistema educacional, mas, sobretudo, nas bases materiais da produção. Ou seja, isso só será possível se superar a sociedade de classes e com ela o homem dividido entre trabalho manual e trabalho intelectual. O rompimento da escola dual, em que se trabalha a formação propedêutica, a formação geral com conhecimentos da cultura universal para a classe dominante e a formação para o trabalho para a classe trabalhadora, é fundamental quando se pensa a educação voltada para a formação integral do ser humano. Pois a educação unilateral, criticada por Marx (2011) e por Gramsci (1982), contribui para a manutenção do modo de produção capitalista, reproduzindo a divisão entre trabalho

intelectual e manual e, conseqüentemente, a alienação. E, com isso, a desumanização.

Para a democratização da educação do atual sistema educacional, de modo a superar a educação dual, ou seja, educação profissional para a classe trabalhadora e educação geral para a classe dominante, é preciso transformar todo sistema de ensino, desde a questão dos conteúdos até a forma de organização do funcionamento das escolas. Caso contrário, a democratização anunciada pelo Estado não passa de uma falácia.

Na escola atual, em função da crise profunda da tradição cultural e da concepção da vida e do homem, verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas (GRAMSCI, 1982, p. 136).

Na obra de Gramsci (1982) encontra-se uma crítica à escola dual existente na Itália, no século passado. Esta dualidade é expressa na separação entre uma escola de formação geral, para a elite dirigente (escola desinteressada) e uma escola de formação para o trabalho, para a classe trabalhadora. (Escola interessada). Nessa crítica, o autor usa o conceito de escola imediatamente desinteressada para designar a escola em que os educandos aprendem conteúdos relacionados aos conhecimentos gerais, da cultura universal e das ciências humanas e físico-naturais. É caracterizada como desinteressada por não ter uma finalidade prática imediata. O conceito de escola imediatamente interessada é aquele em que os educandos aprendem somente como

operar os instrumentos de trabalho para produzir mais valia ao capital. É imediatamente interessada porque serve para o trabalho imediato, ou tem uma finalidade prática. Podemos estender esta crítica ao sistema educacional brasileiro, pois, na essência, este não se diferencia muito daquela escola existente na Itália, na época de Gramsci. Sobre isso assim se manifesta Kuenzer (1991, p. 13-14):

O fato da dualidade estrutural não ter sido resolvido no interior do sistema de ensino, apesar da tentativa feita pela Lei nº 5.692/71, não deve causar espanto, na medida em que ela apenas expressa a divisão que está posta na sociedade brasileira, enquanto separa trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais e exige que se lhes dê distintas formas e quantidades de educação. Ao mesmo tempo, essa impossibilidade revela, mais uma vez, a ingenuidade das propostas que pretendem resolver, através da escola, problemas que são estruturais nas sociedades capitalistas. Neste sentido, a escola brasileira, antes de resolver a dicotomia educação/trabalho no seu interior, referenda, através do seu caráter seletivo e excludente, esta separação, que é uma das condições de sobrevivência das sociedades capitalistas, uma vez que determinada pela contradição fundamental entre capital e trabalho.

Para a superação da escola dual existente no modo de produção capitalista é preciso articular a luta pela mudança no sistema de ensino, não só na área dos conteúdos escolares, mas também na forma de organização escolar junto à luta pela transformação social. Abrir espaços, no sentido de propor mudanças no atual sistema de ensino significa transformar a educação escolar, que reproduz no seu interior a sociedade de classes, a divisão do trabalho e a alienação, em uma educação que possa ser instrumento da emancipação humana. Para isso, Gramsci (2001, p. 33) propõe a escola unitária que se contrapõe à escola dual como forma de superação da dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual, de modo a formar todos os seres humanos como dirigentes

ou com a capacidade de serem dirigentes. “Escola (...) de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”.

Nesse sentido, no pensamento de Gramsci a construção da escola unitária teria por finalidade a formação da classe trabalhadora para a construção de uma nova cultura se contrapondo à cultura burguesa. Com base em Gramsci, na obra citada, afirma Roio (2006, p. 312):

O desafio era o de pensar uma escola socialista, que articulasse ensino técnico-científico ao saber humanista. Esta seria uma chave para que os trabalhadores pudessem perseguir a sua autonomia e desenvolver uma nova cultura, antagônica àquela da burguesia. A luta dos trabalhadores para garantir e aprofundar a cultura e para se apropriar do conhecimento, traria consigo o esforço e o empenho para assegurar a sua autonomia em relação aos intelectuais da classe dominante e ao seu poder despótico.

A escola única, proposta por Gramsci (2001), tem o trabalho como princípio educativo. Nessa escola, o trabalho executado deveria ter articulação com os conteúdos estudados. O trabalho não seria uma coisa à parte. Esta relação entre trabalho produtivo e as ciências possibilitaria a superação de uma visão ingênua, desarticulada, folclórica da realidade. Assim, para Gramsci (Apud NASCIMENTO, et alii, 2008, p. 289):

(...) o trabalho como princípio educativo é imprescindível na formação de novos intelectuais orgânicos para a classe trabalhadora que, organizada, concretize o ideal de uma sociedade

emancipadora, onde tanto o trabalho material quanto o trabalho imaterial absorva uma visão crítica da realidade, uma visão coerente e unitária, que leve em conta a racionalidade, a totalidade e a historicidade das relações sociais.

A educação entendida dessa forma possibilita unir trabalho intelectual e trabalho manual, que a sociedade burguesa, sob o modo de produção capitalista, separou. Este divórcio entre trabalho manual e trabalho intelectual, trabalho e educação, produziu uma ruptura entre a teoria e a prática, transformando, dessa forma, o trabalho enquanto produto e produtor do ser humano, em trabalho alienado e no qual este ser humano resta desumanizado. Superar a dicotomia trabalho manual e trabalho intelectual, ou seja, trabalhar a educação/formação de todas as dimensões (omnilateralidade) do ser humano é imprescindível na educação que pensa ser instrumento de emancipação humana. Segundo Tonet (2006), na sociedade burguesa, mesmo que o discurso seja que a educação deve formar o ser humano integral, isto não é possível de ser realizado na sua totalidade. Mas poderá ser construída uma educação com perspectivas de emancipação humana através da realização de atividades que poderão contribuir com este objetivo.

Esta impossibilidade de se ter uma educação voltada para emancipação humana na sua totalidade se dá pelo fato de existir a contradição entre o discurso e a realidade objetiva, onde se pode verificar que, de fato, é apenas um discurso. Ou seja, o avanço do desenvolvimento das forças produtivas que possibilitam a superação da separação entre trabalho manual e intelectual, o acesso a todos dos bens produzidos e uma educação para a emancipação humana são impedidos, travados pelas relações sociais baseadas na propriedade privada. Esta contradição decorre da contradição fundamental entre capital e trabalho, presente no modo de produção capitalista.

Contudo, o pleno desabrochar dessas possibilidades é bloqueado e pervertido pelas relações sociais fundada na propriedade privada. Vale dizer, a divisão social do trabalho é intensificada; o acesso a educação é cada vez mais

dificultado; os próprios conteúdos são cada vez mais fragmentados e alienados; o processo educativo é sempre mais submetido às regras do mercado. Disso tudo resulta uma formação dos indivíduos cada vez mais unilateral, deformada e empobrecida. Destaca-se, porém, que isto se dá ao mesmo tempo em que se torna sempre mais amplo o fosso entre a realidade e o discurso. Enquanto aquela vai no sentido da fragmentação, da oposição entre os indivíduos, da guerra de todos contra todos, da exclusão social, do aumento das desigualdades sociais, este intensifica o apelo por uma educação humanista, solidaria, integral, cidadã democrática e participativa (TONET, 2005, p.134).

No sentido de se contrapor a uma educação desumanizadora e desenvolver atividades que possam contribuir para que a educação venha a se tornar, de fato, um instrumento de emancipação humana, torna-se necessário compreender a forma como o capital explora a força de trabalho e, com isso, aliena o trabalhador do que este produz. Caso contrário, o discurso mostra que, cada vez menos, se compreende a relação da educação com a forma como a sociedade se organiza para produzir sua existência. Ivo Tonet (2005, p. 134) nos auxilia a entender melhor esta questão:

Ora, este discurso não só não é uma forma correta de fazer frente aos aspectos desumanizadores do capitalismo atual, como é muito mais um sintoma do agudo extravio da consciência. A nosso ver, ele está a indicar que a consciência não compreende mais a lógica do processo social e por isso onde se encontra a matriz dele. Está a indicar também que admite que o sujeito não tem condições de atacar as bases materiais, que são o

fundamento da sociabilidade, limitando-se a apontar o dedo acusador para os seus efeitos. O resultado é que quanto menos compreendida e atacada a realidade prática desumanizadora, tanto mais forte o discurso dito humanista, crítico, etc.

Para que a educação possa se constituir como instrumento de emancipação humana necessita que se compreenda que a dissociação entre a base material de produção da vida e a educação precisa ser superada. Não compreender que a educação, sob a sociedade burguesa, é um instrumento que naturaliza a sociedade de classes e a divisão social do trabalho e, dessa forma, é um instrumento do capital para a reprodução material e ideológica dessa sociedade, é contribuir para manutenção da sociedade desumanizada. Por isso, é fundamental compreender que trabalho e educação, como confirmam Ciavatta e Frigotto (2006), nascem juntos, portanto têm uma relação de identidade. Esta relação de identidade se rompe com o surgimento da sociedade de classes.

Como vimos anteriormente, para que a educação possa ser uma ferramenta que venha a contribuir na superação da dissociação entre trabalho manual e intelectual é extremamente necessário compreender que essa educação, numa sociedade de classes, é instrumento para contribuir na reprodução desta sociedade. Mas, por outro lado, como a luta de classes também se expressa no interior da escola, abrem-se possibilidades de introduzir atividades que possam unir trabalho manual e intelectual, no sentido da emancipação humana.

Por isso, quando se afirma que a unidade entre trabalho e educação é meio de transformação social e instrumento de formação moral e física, compreende-se que esta unidade devolve ao ser humano o trabalho como atividade criadora, e, portanto, humanizadora. Isso possibilita a compreensão do trabalho sob a sociedade de classes e a divisão do trabalho como alienador e desumanizador. Dessa forma, para que haja um processo de humanização e desalienação do trabalho é preciso construir outra sociedade em que não haja a divisão do trabalho. Sociedade onde o ser humano possa assumir o trabalho como produtor de coisas úteis para satisfazer suas necessidades e, ao mesmo tempo, que se reproduza como mais humano.

Sob a teoria marxiana de educação, a escola possibilitará trabalhar de forma unida àquilo que a sociedade de classes separou, ou seja, o trabalho manual e trabalho intelectual. Isto é, trará a possibilidade da formação do ser humano nas várias de suas dimensões, físicas, espirituais e políticas. Esta escola pode articular trabalho manual e trabalho intelectual como duas faces de um mesmo ser e não como opostos que a sociedade de classes impõe. Ou seja, os estudantes sendo educados de forma a articular trabalho manual e trabalho intelectual, como uma unidade dialética, terão elementos para compreender a sociedade de classes, como ela, durante processo histórico, foi se constituindo, se transformando, e, dessa forma transformando o trabalho. E, com isso, compreender que as formas divididas e separadas de trabalho são frutos do processo histórico da sociedade de classes. Este é um elemento fundamental para se compreender a relação entre o trabalho e a educação, sob o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. E também para se pensar como a formação básica e técnica poderão ser organizadas e funcionar de modo a contribuir para articular trabalho e educação, apontando caminhos para que se possa superar este modelo de desenvolvimento que expropria do produtor o produto do seu trabalho, desumanizando-o.

Como Marx observava (...) “a combinação do trabalho produtivo com o ensino, desde uma tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual”. O trabalho constitui valioso instrumento de formação moral e física, além de servir de motivação para a formação técnico-científica e cultural, desenvolvendo o sentido da responsabilidade social (GADOTTI, 1997, p.53).

Nessa afirmação de Marx interpretada por Gadotti (1997) podemos perceber que a união entre trabalho e educação está colocada em dois sentidos. O primeiro focaliza o trabalho como princípio

educativo e o segundo como princípio pedagógico. Ou seja, quando se fala que a unidade entre trabalho e educação é meio de transformação social e instrumento de formação moral e física compreende-se que esta unidade devolve ao ser humano o trabalho como atividade criadora, e, portanto, humanizadora, possibilitando, ao mesmo tempo, a compreensão do trabalho sob a sociedade de classes e a divisão do trabalho como expropriador, alienador e desumanizador. O trabalho que contém em si o princípio educativo não é o trabalho alienado, o trabalho visto como sinônimo de emprego, o trabalho como valor de troca, trabalho como produtor de mercadoria, mas é o trabalho como produtor de valor de uso, o trabalho concreto, é aquele em o ser humano produz coisas úteis para se produzir como humano, para satisfazer suas necessidades humanas, sejam elas, conforme Marx (1968), do estomago ou da fantasia. Isto quer dizer, onde o ser humano se realiza e se produz como humano.

Assim, segundo Marx (1968), (2006), para que ocorra um processo de devolução do produto do trabalho ao seu autor, o trabalhador, e, desta forma, para que se realize a humanização e desalienação do trabalho, é preciso revolucionar a atual sociedade de classes e construir outra, na qual não haja a classes sociais e divisão social do trabalho. Uma sociedade onde o ser humano possa assumir o trabalho como produtor de coisas úteis para satisfazer suas necessidades e, ao mesmo tempo, em que se produza o humano na sua integralidade. Segundo Gadotti (1997, p. 54) “A integração entre ensino e trabalho constitui-se na maneira de sair da alienação crescente, reunificando o homem com a sociedade”.

O trabalho como princípio pedagógico pode ser identificado na afirmação de que a união entre trabalho e ensino servirá de motivação para a formação técnico-científico e cultural. Esta é facilmente identificada na pedagogia burguesa. Pois, esta pedagogia também propala a integração entre trabalho e educação, mas fica muito mais numa relação genérica, abstrata, tentando ligar mais a escola, o ensino e a vida, entre estudo e mundo natural, sendo que, no modelo de sociedade capitalista, não há trabalho – sob a forma de emprego – para todos, porque, com a força da totalidade dos trabalhadores empregados e organizados impediria a sua exploração e expropriação. Isso quer dizer que a relação capital versus trabalho também se mantém pela produção/reprodução do não trabalho para todos, ou do desemprego,

sem o qual não teria forças para enfrentar a totalidade dos trabalhadores organizados.

A pedagogia burguesa também havia se preocupado em estabelecer a relação entre a escola e a atividade prática. Entretanto, fundada na filosofia idealista, só podia entender essa relação genericamente, e abstratamente como uma relação entre a escola e a vida, entre estudo e meio natural (GADOTTI, 1997, p.53).

Para compreender o sentido que se dá ao trabalho enquanto elemento mediador da educação é necessário ter clareza de qual trabalho se está falando. O trabalho enquanto unidade dialética entre teoria e prática, unidade trabalho manual e intelectual, unidade entre fazer e pensar, trabalho como atividade criadora, ou, ao contrário, o trabalho como atividade de fazer separado do pensar, ou seja, o trabalho como atividade alienada, que separa teoria da prática, trabalho manual e intelectual.

Até aqui abordamos sobre a unidade dialética da teoria e prática na formação onto-histórica do ser humano e como, no processo do desenvolvimento histórico da sociedade, a teoria foi se separando da prática e o trabalho manual se divorciando do trabalho intelectual. Esta fratura entre teoria e prática que se deu no mundo das relações de produção é apropriada na educação escolar sob o modo capitalista de produção.

É importante compreender como se deu este processo de separação da teoria da prática na educação escolar, e como a educação escolar poderá incidir sobre este processo numa tentativa de unir teoria e prática, não no mundo da produção, mas no campo ideológico. Ou seja, como a educação escolar – em particular a formação do Técnico em Agroecologia – poderá contribuir no processo de fazer com que teoria e prática se vinculem no processo de apropriação do conhecimento historicamente construído. Assim, para a superação da fratura entre teoria e prática, da separação entre trabalho manual e trabalho

intelectual a escola, enquanto instituição que trabalha com o subjetivo do ser humano, poderá ser um instrumento importante.

II CAPÍTULO – A FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA NO MST E A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA.

Neste capítulo procurarei compreender como a Agroecologia, enquanto matriz produtiva e tecnológica poderá contribuir, através da articulação entre a formação Básica e Agrotécnica oferecida pela Escola 25 de Maio, como um dos caminhos que possam apontar para a emancipação humana. E nesse intuito, explicar a compreensão de que a Agroecologia pode contribuir na articulação entre teoria e prática como unidade dialética voltada à formação do ser humano. Sabendo-se, como vimos no capítulo anterior, que nas formações históricas da sociedade o trabalho se constitui como formador da essência humana, podemos compreender que este trabalho passa a se constituir, na sociedade capitalista, como trabalho alienado. Assim, pretendo focar na Agroecologia como processo de construção onde os sujeitos que a constroem precisam se apropriar do conhecimento teórico prático sobre ela. Com isso, a Agroecologia possibilita trabalhar a unidade dialética de teoria e prática, ou unidade de trabalho manual e trabalho intelectual, como base da formação omnilateral do ser humano. Ou seja, a construção da Agroecologia como matriz produtiva e tecnológica necessita, para quem a faz, compreendê-la como unidade teoria e prática.

A Agroecologia é um conceito em construção, pois existem diversas formas de se compreendê-la. Segundo Löwy (2005), existem basicamente duas grandes correntes epistemológicas de compreensão da Agroecologia: a corrente ecotecnocrática e a corrente ecossocialista. A corrente tecnocrática compreende a Agroecologia como uma forma de produção agrícola que não utiliza tecnologias que venham a agredir o meio ambiente. Dentro dessa corrente podemos citar aquilo que Caporal (2009) diz não ser Agroecologia. Ou seja, um tipo de agricultura como: agricultura biodinâmica, permacultura, agricultura alternativa, entre tantas outras. Para a corrente ecossocialista Agroecologia é, segundo a

origem da palavra, uma agricultura enquanto palavra composta: agro + culturas. Agro vem do grego *ager* que significa campo, e cultura, em latim, significa cuidar de, cultivar, criar, tomar conta; há, portanto, uma mistura de grego e latim na construção desta palavra.

A agricultura também pode ser vista como modo de cuidar, de criar, de cultivar, de tomar conta do campo. Assim como agricultura, a Agroecologia também é uma palavra composta com radicais gregos. Agro, como visto acima, vem do grego *ager* que significa campo; eco que também vem do grego *oikos*, significa ambiente, lugar, casa. E o final daquela palavra – logia – vem, da mesma forma, do grego *logos*, que significa saber, conhecimento. Nesse sentido, podemos dizer que Agroecologia é um modo de cuidar do campo, ou cultivar, criar, tomar conta do campo, do ambiente com base no conhecimento acerca da natureza. Percebe-se, assim, que o significado de agroecologia é muito maior do que simplesmente produzir no campo. Na origem da palavra aparecem outros elementos como o cuidado, “o tomar conta”, que perpassam a produção. É por isso que no conceito de Agroecologia, da corrente ecossocialista, aparecem outras dimensões além da produtiva e tecnológica, mas inclui também a dimensão cultural, política, social, ideológica, e ética. Por essa razão, Caporal (2009) afirma que a Agroecologia não é apenas um sinônimo de produção orgânica, ou de outras correntes de agriculturas alternativa, pois estas levam em conta somente a questão técnica.

Segundo Tardim (2015)⁶, em todos os processos revolucionários que a história da humanidade conheceu em nenhum deles estava presente a preocupação com a Agroecologia porque ainda não estava colocado a preocupação com preservação da natureza como forma de perpetuar a existência das diversas formas de vida. Sob o modo de produção capitalista em que a agricultura é paulatinamente subordinada a indústria e mais recentemente também ao sistema financeiro, esta adota uma forma de produzir no campo em que a relação com a natureza é de destruição, de contaminação e de expulsão dos camponeses. Na atualidade, essa forma de produzir está referenciada no agronegócio. A

⁶ Aula ministrada no curso Pedagogia do Movimento para educadores da Reforma Agrária, no dia 16 de janeiro de 2015, na Escola Latino-Americana de Agroecologia – ELAA, no Assentamento Contestado, Lapa/PR.

Agroecologia como uma matriz produtiva e tecnológica vem para se contrapor a este tipo de relação estabelecida entre o capital, representado numa matriz produtiva e tecnológica que alia os grandes proprietários de terras, o capital industrial e financeiro que dominam todo processo produtivo. Produção, industrialização e comercialização das sementes, dos agrotóxicos conhecidos por “defensivos agrícolas”, assim como da produção agrícola. Nessa agricultura os pequenos e médios proprietários estão subsumidos a sua lógica. Esta forma de organizar a produção agrícola é conhecida por agronegócio, que não se importa com e a natureza, explorando-a sem se importar com os efeitos danosos que recaem sobre ela. A contraposição a isso está calcada numa nova práxis em que a relação homem natureza é de reencontro. Ou seja, uma forma de agricultura onde o homem poderá se reencontrar novamente com a natureza se sentir parte dela. Ou seja, aquilo que Marx (1968) chamou de corrigir a falha do metabolismo do homem com a natureza que a sociedade de classes e, fundamentalmente, o modo de produção capitalista produziu.

Nesse capítulo, na primeira parte focarei na Agroecologia enquanto uma matriz produtiva e tecnológica que poderá contribuir na formação humana. Esse olhar se dará a partir das dimensões produtiva/econômica, social, política e cultural que compõem Agroecologia, como elementos que poderão contribuir nessa formação. Na segunda parte discutirei a formação do Técnico Agrícola, para que e para quem serviria a formação do mesmo. Também focarei como o MST assume a Agroecologia como matriz produtiva e tecnológica, na produção de alimentos que ocorre nas áreas dos assentamentos do MST. E nessa perspectiva focarei a preocupação do MST em formar quadros técnicos em Agroecologia. A partir disso, surge neste Movimento a necessidade de criar os cursos para formação de técnicos em Agroecologia, que possam contribuir no processo de implantação dessa matriz produtiva.

2.1 – Agroecologia e o processo de formação humana

O processo histórico da formação humana tem sua base no trabalho (ENGELS, 1999). Ou seja, o ser humano foi-se formando enquanto humano pelo processo do trabalho. Com o advento da sociedade de classes começa a haver uma dissociação entre os seres humanos que se formam a partir da atividade intelectual, espiritual, e os que se formam no processo do trabalho manual, ligado à sobrevivência imediata. O dualismo na forma de conceber e por em prática a formação humana perpassa todos os períodos históricos das sociedades de classes. E o trabalho sob a sociedade de classes se converte em trabalho alienado.

Semelhante fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a *objetivação* do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão do objeto*, a apropriação como *alienação* (MARX, 2006, p. 159, palavras em itálico no original).

A formação humana vista na perspectiva da sociedade de classes é unilateral. Primeiro, porque os que não trabalham e se apropriam do trabalho de outrem se formam na atividade intelectual, e os que trabalham e parte do seu trabalho é apropriado por outrem, se formam na atividade prática, no trabalho manual identificado como emprego, que nem sempre está disponível para todos. Nesse sentido, a sociedade de classes desvincula teoria da prática. Isto pode ser verificado principalmente nas sociedades antigas e medievais, nas quais a atividade espiritual era superior à atividade prática. “No entanto, estas palavras, que expressam momentos altos da trajetória humana, também podem deixar entrever a unilateralidade com que era vista esta formação humana” (TONET, 2005, p. 1).

Compreendemos, como Marx (1968; 2006), Engels (1999) e tantos outros autores que comungam com estes clássicos, que é o trabalho enquanto atividade prático-teórica que forma o ser humano em todas as suas dimensões, ou seja, na sua totalidade enquanto homem, como verdadeiramente humano. A partir desse pressuposto é possível dizer que não há formação humana fora ou independente do processo do trabalho. Assim, ao estudarmos a história da sociedade, de forma geral, e da agricultura em particular, percebe-se que esta se desenvolve em distintos períodos históricos. Estes períodos históricos estão relacionados com a forma como os seres humanos organizam a produção para produzir/reproduzir sua vida material. A produção da vida material condiciona a produção da vida espiritual. Ou seja, a base da formação do ser humano está condicionada à base material. Isto quer dizer, segundo Marx (1968), que o que determina a formação espiritual, a forma de pensar, de compreender a realidade, está dialeticamente relacionada à forma como os homens e mulheres se organizam para a produção dos bens necessários à produção e reprodução de suas existências.

Nas distintas formas dos seres humanos organizarem a produção de suas existências podemos perceber que, em um dado momento histórico, o campo se separa da cidade, assim como a agricultura se subordina à indústria. Estes fatos produzem, conforme Marx, (1968), uma falha no metabolismo entre o homem e a natureza. Esta falha resulta em um duplo desequilíbrio: um social⁷ e outro natural⁸. A

⁷ Sobre o desequilíbrio social baseio-me em Marx (1968), e no que este autor escreve sobre as desigualdades sociais produzidas pelo modo capitalista de produção. A divisão da sociedade ocorre entre os que possuem os meios de produção, que não trabalham e se apropriam do trabalho de outrem, e os trabalhadores (proletariado) que trabalham e não ficam com o trabalho materializado, mas que o entregam aos donos dos meios de produção.

⁸ Sobre desequilíbrio natural refiro-me ao que escreve o mesmo autor, ou seja, que no modo de produção capitalista as formas de produção estabelecidas produzem a destruição da natureza. Esta destruição pode ser percebida a partir

construção e a organização do capitalismo, baseado na sociedade de classes, tem produzido a separação campo e cidade e também a separação da sociedade entre a burguesia e o proletariado, primeiramente na indústria, avançando depois sobre o campo, através da expulsão dos camponeses de suas terras tornando-os livres para vender sua força de trabalho ao mercado capitalista. E, além disso, liberando a terra para a produção agrícola em moldes também capitalistas.

Nesse processo em que o capitalismo avança, vai revolucionando as forças produtivas, introduzindo a maquinaria que exige novas técnicas de produção as quais afetam não só a indústria como também a agricultura, que poderá oferecer matéria prima para essa indústria. Na agricultura este processo de inovação tecnológica acontece, principalmente, a partir do descobrimento da química industrial, associada ao descobrimento de como os vegetais se desenvolvem e se nutrem. “Em 1840 Justus Von Liebig, na Alemanha, descobre que as plantas também se nutrem através de fertilizantes solúveis, sintéticos” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 31). Este descobrimento, segundo Foster (2005), possibilita uma imensa revolução na agricultura. É o chamado “progresso” que, oriundo das descobertas realizadas ainda no século XIX, resulta em problemas relacionados ao meio ambiente além de intensificar a expulsão dos camponeses das suas terras, acarretando uma maior concentração e centralização da propriedade fundiária, característica intrínseca ao modo capitalista de produção.

Com as descobertas científicas relacionadas à agricultura acentua-se a contradição sob uma nova e surpreendente perspectiva da reprodução do capital. Este avanço tecnológico na agricultura cria as bases para a agricultura moderna, embasada no plantio em linha, na monocultura e no uso de adubos de base sintética, produzidos pela indústria. Além disso, possibilita a produção das sementes híbridas e dos agrotóxicos. Machado e Machado Filho (2014) chamam a isso de negação da natureza, Pois, segundo estes pesquisadores, existe uma relação dialética entre natureza e ser humano que, sob a sociedade de

do que está ocorrendo no nosso Planeta, onde se observam mudanças que se referem à desertificação, destruição do solo, mudanças climáticas, poluição, principalmente do ar e das águas... Estas mudanças também incidem sobre a saúde e o bem estar do ser humano.

classes, e principalmente na sociedade capitalista, foi sendo colocada como oposição.

O modo de produção capitalista produz uma visão de ser humano em separado da natureza, subsidiando, portanto, a concepção de que poderá dominá-la, com o uso de tecnologias que possibilitem produzir mais em menos tempo e espaço e, nesse sentido, produz também a destruição da natureza e, conseqüentemente, a destruição do ser humano. No Brasil, isso é o que muitos pesquisadores sociais chamam de “modernização conservadora”⁹, que, além de destruir a natureza, esmaga a cultura camponesa, expulsando os agricultores do campo, subordinando a produção destes aos interesses do capital. Do mesmo modo, a “revolução verde”¹⁰ propiciou a destruição da biodiversidade com a implantação das monoculturas, das técnicas de investimento de capital intensivo, contribuindo com o êxodo rural e o aumento desordenado dos centros urbanos. Dessa forma proliferando as favelas e influenciando no aumento da criminalidade, pois a indústria e os serviços não absorvem toda força de trabalho expulsa do campo.

⁹ O termo modernização conservadora foi elaborado por Barrington Moore Junior para retratar a forma específica do desenvolvimento implementação da agricultura empresarial com apoio do Estado sem fazer a Reforma agrária. Nos últimos vinte anos este pacto foi ratificado entre burguesia agrária, burguesia industrial, burguesia comercial e burguesia financeira que resultou num capitalista na Alemanha e Japão. Os cientistas sociais brasileiros adotaram este conceito para explicar a forma do desenvolvimento capitalista no Brasil, que tem uma similitude ao da Alemanha e Japão. Na Alemanha, Japão, assim como no Brasil o capitalismo se desenvolve com o pacto entre a burguesia industrial e agrária através da outro conceito o agronegócio.

¹⁰ Utilizo o termo “revolução verde” para designar o processo de “modernização” da agricultura com a introdução da agricultura embasada na mecanização e no uso de adubos químicos sintéticos de origem industrial assim como das sementes híbridas e dos agrotóxicos. Trata-se de uma agricultura subordinada à indústria. Maiores esclarecimentos sobre “revolução verde” poderão ser encontrados na nota nº 2.

A agricultura que resulta da mecanização do processo do trabalho com a utilização de sementes híbridas produzidas por empresas especializadas e, conjuntamente, a utilização de agrotóxicos, herbicidas, fungicidas e inseticidas, produz no campo o mesmo efeito que o uso da mecanização na produção industrial. Ou seja, produz no agricultor uma separação entre o pensar o processo produtivo e efetuar a produção. Dessa forma, com o passar do tempo, de conhecedor do processo produtivo, o agricultor é transformado em simples operador de máquinas para realizar a produção. Este processo, que se inicia no Brasil a partir dos anos de 1950-60 e se aprofunda a partir da década de 1990, contribuiu com a dissociação, no trabalho do campo, entre o pensar e o fazer. Em outras palavras, até este momento o agricultor, de certa forma, ainda dominava a técnica do como e do quando produzir, ao mesmo tempo em que produzia, ainda que utilizasse técnicas rudimentares. Isto quer dizer que o agricultor ia construindo o conhecimento no processo de produção, mesmo que este conhecimento decorrente de sua experiência, não fosse considerado científico. Era um conhecimento acumulado durante séculos, passado de pai para filho e denominado saber popular.

O processo de avanço do capitalismo que possibilitou também o avanço das ciências e a descoberta da química industrial proporciona a mecanização da agricultura, a invenção dos fertilizantes de base sintética, os agrotóxicos, herbicidas, inseticidas, fungicidas, assim como, primeiramente, as sementes híbridas e, mais tarde, as sementes transgênicas. Este processo chamado de “revolução verde”, conforme explicitado anteriormente, permitiu um aumento significativo na produtividade agrícola, mas, por outro lado, acabou deixando graves problemas ambientais no que se refere à contaminação do meio ambiente por resíduos de agrotóxicos, assim como a destruição da flora e da fauna.

A implantação da “revolução verde” no Brasil foi apoiada pela comunidade científica e financiada pelo Estado, com o discurso de que essa seria indispensável para aumentar a produção agropecuária, como forma de erradicar a fome no mundo. Todavia, o processo da “revolução verde”, implantado na agricultura, é uma exigência do capitalismo que necessita cada vez mais da concentração e centralização do capital e, conseqüentemente, da terra como meio de produção (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Segundo estes autores, o que na verdade

está acontecendo no espaço do campo, a partir dos anos de 1950-60, não é uma “revolução e muito menos verde”. Mas isto faz parte do processo do desenvolvimento do capitalismo mundial, ou seja, da necessidade eterna de aumentar a extração de mais valia e, por via de consequência, do lucro (MARX, 1968). Para o capitalista, o aumento da produção está intimamente relacionado ao aumento do lucro e nada tem a ver com as necessidades humanas de manutenção da vida.

Assim, esta chamada “revolução verde” produz no agricultor uma maior dissociação entre o pensar e fazer, além de ser um instrumento para a perda da terra onde vive e trabalha. Ao introduzir novas tecnologias para a produção agrícola, agora não mais do domínio do agricultor, mas sim do capital, retira deste agricultor a possibilidade de continuar produzindo a partir do conhecimento produzido/reproduzido durante centenas ou até, quem sabe, milhares de anos. Ou seja, trata-se do conhecimento adquirido no processo produtivo, identificado como saber acumulado pela experiência ou saber popular. Abrindo mão deste saber para se submeter à aplicação de produtos, máquinas, técnicas e tecnologias determinadas pelo capital, os agricultores tornam-se dependentes da relação que estabelecem com os proprietários deste capital. Esta dependência condiciona o agricultor à perda daquilo que é especificamente humano, a unidade entre o pensar como fazer e o fazer pela introdução de novas tecnologias, que impõem, cada vez mais, uma maior divisão do trabalho. E, com isso, aos poucos perdem, também, a terra e, muitas das vezes, são dela expulsos.

Com a introdução do pacote tecnológico na agricultura, ou seja, com a mecanização, com a utilização de adubos de origem sintética, herbicidas, fungicidas, inseticidas e das sementes híbridas e transgênicas, produz-se no homem do campo uma sobreposição da capacidade de fazer, determinada de fora, sobre o pensar resultante da experiência refletida. Pois, segundo Marx (1968), o conhecimento agora não está mais no trabalhador, mas embutido nas técnicas, nas tecnologias e no conhecimento incrustado nas mesmas. O conhecimento gerado e acumulado através do trabalho é transferido ao capital pela tecnologia. Isto quer dizer, sob a agricultura capitalista retira-se do agricultor a necessidade de pensar sobre o como produzir e o quando

produzir, pois isto já está embutido na tecnologia produzida pelo capital. Tudo isso produz no camponês uma diminuição na sua capacidade de pensar sobre o fazer, o que vai separando, aos poucos, o trabalho intelectual do trabalho manual, o pensar do fazer, na agricultura.

Conceber e compreender este fenômeno como parte do desenvolvimento da sociedade de classes e, de forma mais avançada, no modo de produção capitalista, torna-se essencial para a compreensão da Agroecologia enquanto uma nova matriz produtiva e tecnológica que vai se opondo à produção agrícola capitalista, organizada sob a forma do agronegócio, porque envolve desde a produção em escala, à industrialização até o financiamento desta produção que, de modo geral, destina-se à exportação. Se o modelo tecnológico da agricultura capitalista separa o trabalho manual e o trabalho intelectual, o pensar e o fazer, o ser humano e a natureza, então a Agroecologia, enquanto matriz produtiva propiciadora de novas relações socioprodutivas que possibilitam aproximar o trabalho intelectual e o trabalho manual, o pensar do fazer, pode ser uma estratégia criadora de um espaço de formação humana (CAPORAL, 2009).

Ainda de acordo com Foster (2005), embasado no pensamento de Marx, de como as sociedades constituídas de classes sociais, principalmente no modo de produção capitalista, separam homem e natureza, opondo-os, este processo é uma necessidade para a reprodução destas sociedades. Isto permite compreender a Agroecologia, enquanto um instrumento para a superação da negação e mesmo da destruição da natureza, conforme estamos acompanhando¹¹ (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). O modo capitalista de produção, ao dissociar natureza e homem como dois polos distintos e opostos, rompe com unidade dialética do metabolismo homem e natureza.

Ainda segundo os autores acima citados na mesma obra, o rompimento da unidade dialética homem e natureza, produzido pelo modo de produção capitalista, produz também a destruição da natureza pelas tecnologias inventadas para um tipo de produção que não leva em conta a vida do ser humano e do Planeta Terra, pois, para o capital, o

¹¹ Ver a obra: MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. *Dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimento sem veneno*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

que interessa é o lucro. Nessa tecnologia é separada a concepção da execução, ou seja, na forma de produção implementada pela “revolução verde”, como vimos afirmando, o agricultor não necessita mais de conhecimento técnico acumulado através da experiência, mas, simplesmente, precisa saber operar, saber fazer. Isto também é válido para a formação do técnico da extensão rural, que não necessita saber, basta ter a receita produzida pela classe social que tem em suas mãos os meios de produção¹². Segundo Marx e Engels (1998), a classe que detém a dominação material também tem a dominação espiritual, seja ao se apropriar do conhecimento colocando-o sobre o seu controle, seja ao produzir uma ideologia que obscurece o verdadeiro sentido da tecnologia. Nesse sentido, esta forma de produzir separa a concepção da execução, e, em consequência disso, também separa o trabalho manual e o trabalho intelectual, o pensar e o fazer. Dissocia aquilo que é inseparável na vida cotidiana do ser humano, pois segundo Gramsci (1982) não é possível separar o *homo sapiens* do *homo faber*.

A Agroecologia, para além de ser uma nova matriz produtiva, segundo Caporal (2009), é também uma ciência que rompe com a ciência convencional, que imprimiu a simplificação e o reducionismo da agricultura. Isto quer dizer que reduziu a agricultura a uma mercadoria e o próprio agricultor como um mero produtor desta mercadoria, dissociando o pensar do fazer, o homem, a natureza e a ciência. A ciência agroecológica parte do princípio da indissociabilidade entre os diversos elementos que compõem a sociedade humana, sociedade/indivíduo/natureza/ economia/cultura/política. Nesse sentido, a Agroecologia parte de uma visão de totalidade da agricultura e sociedade. Machado e Machado Filho (2014) sintetizam a Agroecologia como: “tudo está ligado ao todo”. Ter esta visão remete-nos à reflexão a

¹² De modo geral, os técnicos de extensão rural, no estado do Rio Grande do Sul, estão vinculados à Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), que atua junto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), portanto: ASCAR-EMATER/RS.

respeito da Agroecologia como um espaço para articular teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual, fazer e pensar.

Esta compreensão possibilita aos seres humanos, em particular, aos agricultores, unir o que a sociedade de classes se separou. E construir uma agricultura no território expresso por um campo em que a fragmentação do conhecimento é produzida pela introdução da agricultura moderna, baseada na divisão do trabalho sob a sociedade de classes, de modo que este modelo de sociedade possa ser superado. Porém, para que a Agroecologia, não só enquanto técnica de produção, mas, também, enquanto paradigma científico, possa ser implementada na sua totalidade, torna-se necessário que seja superada a contradição capital e trabalho, e, com isso, a sociedade cindida em classes sociais.

Para ampliar a compreensão sobre a Agroecologia buscarei analisar o seu conceito com base nas pesquisas realizadas por: Caporal; Costabeber (1994); Caporal (2009) e Machado; Machado Filho (2014). Mas, para chegar a este conceito, quero primeiro trazer presente sobre o que não é Agroecologia. Segundo Caporal (2009), é preciso superar a compreensão de que Agroecologia é só um modo de produção, ou um tipo de agricultura que não se utiliza de agrotóxicos, que produz para alguns nichos de mercado para uma população com poder aquisitivo mais elevado, ou que é uma tecnologia que a natureza mostra o caminho, que é preciso trabalhar em sintonia com a natureza, entre tantas outras expressões que reduzem o conceito de Agroecologia. Nessa compreensão de Agroecologia não se configura, ou se retira o essencial, como matriz produtiva e tecnológica para o campo e um novo paradigma científico para uma agricultura sustentável.

Ainda que a palavra Agroecologia nos faça lembrar de estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, não é pertinente confundir Agroecologia com um tipo de agricultura alternativa. Também não é suficientemente explicativo o vínculo, muito comum da ciência agroecológica com “uma produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho”; “uma agricultura socialmente justa”; “o ato de trabalhar dentro do meio ambiente, preservando-o”; “o equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais”; “o continuar tirando

alimentos da terra sem esgotar os recursos naturais”; “uma agricultura sem destruição do meio ambiente”; “uma agricultura que não exclui ninguém”; entre outras (CAPORAL, 2009, p. 3).

É fundamental superar esta visão reducionista questionada no escrito de Caporal (2009), para não simplificar que a Agroecologia é só uma questão de uso de técnicas sobre como produzir. Nesse sentido, é preciso estar claro que, conforme o autor, na obra citada, Agroecologia não é sinônimo de produção orgânica, não é uma agricultura alternativa, não é um modo de se produzir na agricultura, embora incorpore elementos desses conceitos. Ao pensar sobre Agroecologia, precisamos levar em conta elementos das diversas áreas do conhecimento, como afirma o mesmo autor. Ou seja, a Agroecologia incorpora, no seu conceito, conhecimentos das áreas de Agronomia, Ecologia, Educação, Filosofia, Economia Política e Antropologia, entre outras. Sendo assim, a Agroecologia precisa ser compreendida como um novo enfoque paradigmático científico e não só como uma nova forma de se produzir na agricultura respeitando a natureza.

Assim, a Agroecologia deve ser compreendida como um novo paradigma científico que enfatiza a relação homem/natureza, tendo como elemento central a construção de uma sociedade sustentável a partir de tecnologias produtivas que não agridam o meio ambiente e que se utilizem de insumos endógenos, tendo por base, segundo Machado e Machado Filho (2014), o ciclo do etileno¹³ no solo, a transmutação de elementos a baixa energia¹⁴ e a teoria da trofobiose¹⁵, considerando

¹³ Para saber sobre ciclo do etileno no solo, consultar a obra de Machado; Machado Filho (2014).

¹⁴ Para saber sobre a transmutação de elementos a baixa energia, consultar a mesma obra de Machado; Machado Filho (2014).

¹⁵ Para saber sobre a teoria da trofobiose, consultar também a obra de Machado; Machado Filho (2014).

como elemento central a energia solar que é gratuita. A Agroecologia, segundo estes autores, necessita romper com a lógica da monocultura porque ela se fundamenta no policultivo e na interação solo-animal-vegetal. Conforme Caporal (2009), na obra citada, ela se contrapõe à ideia do desenvolvimento sustentável propalado pelos ecologistas da chamada corrente ecotecnocrática, os quais defendem o desenvolvimento da agricultura com o uso de tecnologias mais sustentáveis sem romper com o pacote tecnológico da revolução verde¹⁶. Essa corrente que se pretende como agroecológica tem uma visão unilateral da agricultura, não incorporando a noção de que, para construir a sustentabilidade, é preciso olhar para além das formas de produção, ou de suas técnicas.

Nesse sentido e para se contrapor a esta corrente surge a corrente chamada ecossocialista que, de acordo com Löwy (2005), se sustenta em dois argumentos essenciais. Primeiro: os modos de produção e de consumo atual dos países mais industrializados, embasados na lógica do lucro e no retorno cada vez mais rápido destes lucros, é insustentável, pois não é possível expandir o padrão de produção e de consumo de energia dos Estados Unidos da América (EUA) a todos os países. Se isso acontecesse, a reserva da energia fóssil se esgotaria em dezenove dias. E, segundo: a continuação do progresso e a continuação da civilização fundados na economia de mercado, mesmo nessa relação de desigualdade existente entre o Norte e Sul, entre países mais industrializados e países menos industrializados, escapa ao ser humano fazer qualquer previsão sobre os desequilíbrios ambientais que possam se aprofundar e, inclusive, sobre a possibilidade da sobrevivência da espécie humana. Nesse sentido a mudança nos padrões produtivos e de consumo seria uma necessidade humanista (Löwy. 2005).

Segundo este mesmo autor, a racionalidade ligada à lógica do mercado capitalista, que busca realizar a mais valia em tempos cada vez

¹⁶ Uso o termo pacote tecnológico da “revolução verde” significando a tecnologia introduzida na agricultura, a partir do período que se segue ao término da II Guerra mundial que se estendeu de 1939 a 1945, quando foi introduzido um modelo de agricultura com a utilização de insumos agroquímicos de natureza tóxica, da monocultura, do uso de sementes híbridas e da mecanização da agricultura. Ou seja, uma agricultura altamente tecnificada.

mais curtos, acelerando, desta forma, o processo produtivo, seja na indústria ou na agricultura, é intrinsecamente contraditória à racionalidade ecológica que respeita os ciclos da natureza os quais, naturalmente, são mais longos e, portanto, mais demorados para apresentar resultados. Isto não quer dizer que a resposta seja apenas contrapor os bons produtores capitalistas aos maus produtores capitalistas. O que precisa ficar claro é que a produção na matriz produtiva e tecnológica da Agroecologia, pelo fato de respeitar os ciclos naturais da produção agrícola, está no caminho inverso da sociedade burguesa, dessa forma ela não é compatível com essa sociedade e com os padrões de acumulação da atual sociabilidade, pois para conseguir reproduzir o capital, necessariamente precisa alterar os ciclos produtivos encurtando-os o máximo possível. Nisso consistem as tecnologias do agronegócio.

O conceito de Agroecologia que busco nesse trabalho está voltado a compreendê-la como sendo a construção da matriz produtiva e tecnológica, na qual se incorporaram conhecimentos da Agronomia, da Ecologia Política, da Economia Política, da Antropologia, da Educação, da Filosofia, da Química, da Física, da Biologia, enfim incorporar os conhecimentos das Ciências Naturais e das Ciências Humanas e Sociais sem menosprezar a tecnologia de produção. Dessa forma, a Agroecologia propõe-se à construção de um paradigma científico com uma visão de totalidade em que o todo não pode ser compreendido como a soma das partes. O todo são as partes nas suas relações que se imbricam na relação entre homem/natureza/sociedade/cultura (CAPORAL, 2009). Compreender esta relação é de fundamental importância para construirmos a Agroecologia enquanto espaço de construção relações de produção embasadas na cooperação entre os agricultores camponeses, relações com a natureza de não agressão, incluindo o ser humano como integrante desta natureza. Trazendo para o campo e os camponeses, a Agroecologia é o que permite ao camponês voltar a pensar sobre o fazer, do como fazer, do porquê fazer, planejar o processo produtivo, coisa que o modo de produção capitalista impede, ao sobrepor a indústria à agricultura, fazendo dos camponeses executores dos pacotes tecnológicos oferecidos pelo capital para serem

produtores de matérias primas associadas aos interesses da indústria e, em última instância, aos interesses relacionados à reprodução do capital.

Segundo Guhur e Toná (2012), ao procurar desenvolver processos produtivos em que não se altere de forma artificial os ciclos naturais do desenvolvimento dos vegetais e animais, a Agroecologia devolve ao camponês a capacidade de pensar sobre o fazer e de planejar como, quando e o que produzir. Assim, a Agroecologia une a Agronomia à Ecologia, que a ciência cartesiana, com sua organização tendo por base os conhecimentos fragmentados, separou. Dessa forma, devolve ao humano aquilo que lhe é essencial, unindo o pensar, o sentir e o fazer. Nesse sentido, pode-se pensar em aproximar um conceito de Agroecologia como sendo a construção de um novo paradigma científico, não mais alicerçado sobre a ciência cartesiana que fragmenta e separa o conhecimento, mas sobre o conhecimento de totalidade que tem por objeto de análise as unidades de agroecossistemas¹⁷, as quais, segundo Machado (2014), incorporam técnicas e tecnologias produtivas para aumentar a produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, diminuir a sua penosidade. Nas unidades de análises são considerados todos os aspectos sendo os sociais, ambientais, econômicos, culturais nas suas multideterminações. Isto quer dizer que a Agroecologia situa-se numa perspectiva de totalidade, onde o todo é maior do que as somas das partes.

Portanto, a Agroecologia precisa ser vista em quatro dimensões. Primeiro, na dimensão sociopolítica, segundo na dimensão cultural dos saberes populares, terceiro da dimensão econômica, por último, na dimensão tecnológica, ou como técnica de produção. Essa unidade das quatro dimensões pode ser compreendida como um novo paradigma científico que vai além de uma forma de produzir, podendo se transformar em instrumento que possibilite contribuir na formação da

¹⁷ Unidade de agroecossistemas são unidades de produção que podem ser de nível particular (unidade familiar) local (unidade assentamento) municipal (unidade município) e assim por diante. Na análise da unidade de agroecossistema é levada em consideração a relação existente entre as comunidades de animais, vegetais, o ser humano e as relações que se estabelecem entre todos. Isto quer dizer que se analisam as partes na relação entre si e estas com a totalidade.

consciência ecológica e política organizativa do trabalhador do campo em particular e do trabalhador em geral para se contrapor à matriz produtiva do capital, que se fundamenta na produção de mercadorias a partir da monocultura e do uso de insumos que deixam rastros de destruição, gerando uma dependência dos agricultores em relação ao capital. Segundo Machado e Machado Filho (2014, p. 61):

O paradigma da “revolução verde” e a respectiva agricultura industrial se poia em três “princípios”, todos para criar a dependência e, portanto, custos para o produtor; fertilizantes de síntese química-ureia, superfosfatos, cloreto de potássio e tantos outros-, venenos contaminantes da vida humana e da vida do ambiente (agrotóxicos) e as monoculturas que destroem a biodiversidade e, conseqüentemente, os biomas. Ou seja, para gerar novas fontes de reprodução do capital, que é, finalmente, o objetivo dos detentores do controle dessas indústrias, o capital financeiro internacional.

Na matriz produtiva agroecológica se aliam o jeito e a forma de produzir na agricultura com a utilização de técnicas e tecnologias apropriadas à produção em escala sem contaminar e sem destruir o meio ambiente, se contrapondo ao paradigma do agronegócio. Para isso, o agricultor necessita de ter conhecimentos científicos acerca do que é o solo, como a planta se alimenta, como que solo/vegetal/animal se inter-relacionam em um agroecossistema. Nesse sentido Machado e Machado Filho (2014, p. 61-62) escrevem:

A Agroecologia, ao se contrapor ao agronegócio, e, portanto, negando esses procedimentos custosos e destrutivos, soluciona os problemas criados pela “revolução verde” através de condutas e processos

simples e eficientes como a própria essência da natureza: desintoxicação do solo, sem rotulá-lo; controle dos parasitas (e dos agrotóxicos) pela trofobiose; nutrição das plantas através do ciclo do etileno no solo e das substâncias complexas de alto peso molecular e dispensa dos fertilizantes externos pela ação dos micro-organismos do solo, por meio da transmutação dos elementos à baixa energia. Tudo isso com proteção ambiental e sem custo financeiro ao produtor, pois todos esses processos são realizados, em última análise, à custa de energia solar que, repetimos em termos humanos é infinita, não tem dono e não pode ser vendida!

Esse processo de conhecimento não se dá puramente na teoria, mas necessariamente na prática do fazer agricultura. Nesse intuito, segundo Machado e Machado Filho (2014), a pesquisa que pretenda ser comprometida com os objetivos e dimensões da Agroecologia precisa estar abrindo e apontando os caminhos. Ainda segundo os mesmos autores, a pesquisa precisa dialogar com os agricultores que fazem a Agroecologia na prática.

Há que dispensar um extraordinário esforço de pesquisa, ensino e extensão. Em todos os níveis em todas as latitudes, certamente, com a participação dialética dos produtores, pois, afinal são eles os sujeitos do processo, aqueles que vão pôr em prática as conquistas das ciências (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 66).

Vale destacar que o agricultor ao aplicar a Agroecologia pela prática do produzir não o faz sem conhecimento técnico científico, orientado pelo pesquisador, tendo como sujeito o produtor, possibilitando colocar em prática as ciências produzidas no diálogo entre pesquisador e agricultor. Nesse processo de interação entre pesquisador e agricultor, este vai se apropriando do conhecimento das

técnicas não só do como fazer, mas também do porquê fazer. Essa relação do como e do porquê fazer vai educando este agricultor do sentido de uma formação omnilateral humana. Como vimos no primeiro capítulo, o ser humano se forma na atividade prática, pois foi por essa atividade que ele desenvolveu a linguagem, cultura, a teoria. (ENGELS, 1999).

Considerando a prática como produtora de saberes (teoria), a agricultura, enquanto atividade prática, desenvolvida por milênios pelo ser humano, produziu uma infinidade de conhecimentos que a racionalidade econômica, própria do modo de produção capitalista, através da ciência e da tecnologia, continuamente, considera inferiores ou inválidos. Nesse sentido, segundo Caporal et alii. (2006) Gomes (2006) e Leff (2004), é preciso construir um paradigma em que o conhecimento científico dialogue com o conhecimento popular para romper com a racionalidade econômica capitalista, a qual produz a destruição, seja do ambiente e da natureza, seja do ser humano. Romper com essa racionalidade significa construir uma nova forma de se relacionar com a terra e com a natureza. Assim, enquanto matriz produtiva e paradigma científico em construção, a Agroecologia se coloca como força social atuando como contraponto à racionalidade econômica produzida pelo modo de produção capitalista.

Marx (1998) já dizia que não é a consciência que determina o ser, mas é o ser social que determina a consciência. A partir dessa concepção que é a vida real, as relações sociais e de produção que o ser humano contrai ao trabalhar vão moldando a sua forma de pensar e de compreender as coisas. Nesse sentido, compreendendo que a agricultura de base ecológica se faz a partir da prática com a incorporação de conhecimentos técnicos científicos que estejam em permanente diálogo com o conhecimento empírico popular (Machado; Machado Filho 2014), como estes mesmos pesquisadores falavam para os mestrandos do Mestrado Profissional em Agroecossistema, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em março de 2013: “é preciso aprender a plantar o tomate, não basta saber como se planta”. Isto quer dizer que a agricultura de base ecológica não se faz apenas com teorias, mas fundamentalmente a partir de práticas dos agricultores camponeses em

permanente diálogo com o conhecimento técnico científico através dos pesquisadores. Compreender que o processo de construção dessa agricultura se faz na relação teoria e prática é fundamental. A teoria é importante, mas se ela não estiver ligada à prática ela fica incompleta e, portanto, deixa de ter valor. Pois, conforme Marx (1998), “a prática é critério da verdade”, uma vez que o ser humano se forma e se educa na atividade prática.

Deste modo, a Agroecologia pode vir a ser um espaço de formação do ser humano na conquista da sua emancipação se aliar teoria e prática. A Agroecologia vista a partir da prática agrícola, além de ser um modelo de produção que não se utiliza de agrotóxicos e/ou fertilizantes de origem sintética, precisa, também, ser produtora de alimentos saudáveis, onde o agricultor procura desenvolver técnicas de produção que possam aumentar a produtividade do trabalho sem produzir danos à natureza, e, desta forma, desenvolver práticas que possam incidir em novas relações dos seres humanos com a natureza e entre si mesmos.

Nesse processo de construção da Agroecologia enquanto teoria articulada indissociavelmente à prática abrem-se as possibilidades para o agricultor se apropriar do processo de produção, sobre o que produzir e como produzir. Na Agroecologia o agricultor vai se formando e tomando consciência da necessidade de construir uma outra relação com a natureza e com os demais seres humanos. Esta relação precisa estar fundamentada em princípios que respeitem o meio ambiente, de modo a produzir alimentos saudáveis pela introdução de técnicas em que a energia solar e o próprio solo, através da relação produção animal e vegetal possam produzir e alimentar a fertilidade deste solo. Dessa forma, segundo Machado e Machado Filho (2014), a própria natureza vai produzindo a fertilidade do solo sem precisar usar produtos exógenos. Este processo de aprendizado que começa pela prática social pode devolver ao trabalhador do campo a capacidade de pensar como, porque e para quem fazer o processo de produção.

A Agroecologia vem sendo construída como uma matriz produtiva de modo que possa se contrapor ao agronegócio, pelos danos que este pode significar para a natureza e, nesta, os seres humanos que dela fazem parte. Nessa matriz produtiva é preciso buscar técnicas e tecnologias produtivas que possibilitem produzir em escala, que respeitem o ciclo da natureza e que sejam aliadas à preservação do meio

ambiente. Deste modo, o que compreendemos como Agroecologia, no âmbito do fazer agricultura, é esta que procura desenvolver a produção agrícola a partir da produção de alimentos saudáveis, incorporando técnicas produtivas as quais têm por base o policultivo e o não revolvimento do solo ou mesmo o seu envenenamento.

Assim pensar a Agroecologia sem levar em consideração o princípio do policultivo e do não revolvimento do solo é desconfigurá-la, pois, como visto acima, os princípios da Agroecologia orientam-se pelo ciclo do etileno, pela teoria da trofobiose e pela transmutação de elementos a baixa energia. Estes são os três elementos constitutivos da Agroecologia, como pilares que necessitam da interação animal e vegetal para proporcionar uma gradativa melhora na fertilidade do solo e uma melhor estruturação física e química e biológica do solo.

Desta forma, a Agroecologia também necessita de técnicas e tecnologias de produção. Mas ela não é só isso. Ela passa a ser, além da adoção de técnicas e tecnologias, um processo de apropriação de conhecimento técnico e tecnológico além do político-social associado a uma postura ética para se contrapor ao agronegócio, que incorpora a produção, a industrialização, a comercialização e o financiamento e que, portanto, está também muito além de ser apenas uma técnica de produção. Nesse caso, o do agronegócio, trata-se de mais de uma forma de organização dos grandes proprietários de terras com empresários da indústria e do comércio, além dos banqueiros que respondem pelo financiamento, sendo a produção decorrente do agronegócio, na sua maior parte, destinada à exportação.

Diante dos princípios da Agroecologia acima citados, a Agroecologia é uma matriz produtiva que não necessita de fertilizantes exógenos para a produção agrícola, porque a própria natureza, pelo manejo exercido pelo agricultor, produz uma constante melhora da fertilidade do solo, seja na agricultura, na pecuária ou na criação de aves e porcos. Nessa matriz produtiva é possível construir uma autonomia frente ao processo produtivo, porque quem produz as sementes, são os próprios agricultores, e quem produz a fertilidade do solo é a própria natureza, principalmente pela energia solar, além do aproveitamento dos excrementos dos animais cuja criação articula-se à produção agrícola.

Nessa modalidade de produção, o sol e o manejo dos agroecossistemas pelo agricultor são os grandes responsáveis pela produção, o que torna possível construir uma certa autonomia frente ao modo de produção capitalista, pois o que determina, em última instância, as relações de produção é a forma como a sociedade se organiza para a produção/reprodução de sua existência (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Parte-se do princípio de que a matriz produtiva agroecológica incorpora elementos da Agronomia, Sociologia, Antropologia e várias outras ciências, e que se articula com as diversas áreas do conhecimento como antes mencionado, mas sem secundarizar as técnicas e das tecnologias de produção necessárias para o desenvolvimento da produção agrícola. As técnicas de produção, diferentemente do pacote da agricultura da “revolução verde”, em que o técnico repassa o pacote tecnológico ao agricultor, ou o como fazer sem compreender o porquê do utilizar esta ou outra técnica, precisam ser apropriadas pelos agricultores. Nesse sentido, na Agroecologia é necessário que o agricultor, que é responsável pela produção, incorpore aprendizados que vão além do como fazer, incluindo também o porquê fazer.

Ao compreender isso ele vai percebendo como que a própria natureza produz a fertilidade do solo e, ao mesmo tempo, compreende que em solos equilibrados não há ataques de pragas e doenças. O agricultor também vai descobrindo que não existem “ervas daninhas”, mas, ao contrário, as chamadas “ervas daninhas” são plantas que indicam o estado físico, biológico e químico do solo. A partir disso, ele vai poder identificar o que fazer e como fazer para procurar o equilíbrio do solo. Segundo Machado e Machado Filho (2014), na Agroecologia existe um processo de interação solo/vegetal/animal que o agricultor necessita se apropriar, pois não se faz produção agroecológica sem o conhecimento teórico/prático. Ou seja, não é possível fazer esta produção se o produtor não tiver um conhecimento do solo, da vegetação e da fauna existente na área de terra onde trabalha, conhecimento este que é adquirido na sua experiência enquanto agricultor em diálogo com o conhecimento técnico científico. Mas, por outro lado, ele precisa se apropriar, também, das técnicas de produção articuladas a estes elementos, de modo a aumentar a produtividade do trabalho sem destruição do meio ambiente. Esse processo de apropriação das técnicas de produção de como a natureza se comporta ao escolher

determinada técnica é o que vai influenciar no processo produtivo, tanto nas questões ambientais, assim como nas questões econômica, sociais e políticas.

A apropriação das técnicas e das tecnologias de produção agroecológica permite, também, que o agricultor possa desenvolver uma autonomia no processo produtivo em relação ao capital, embora esta autonomia seja relativa, porque, no modo de produção capitalista, segundo Marx (1968) o campo foi subordinado à cidade, assim como a vida das pessoas e o trabalho que as sustenta passaram ao domínio do capital. Mas, no processo produtivo relacionado às técnicas e tecnologias produtivas da Agroecologia, o agricultor poderá ir se libertando do domínio das grandes corporações para fazer uma produção, até certo ponto independente. Isso porque ele ainda vai precisar do mercado para vender seus produtos, bem como para adquirir certos produtos que não são por ele produzidos, embora necessários à sua sobrevivência. Portanto, a aplicação da Agroecologia pode ser um passo importante e necessário, porém não é o final da linha de emancipação humana que almejamos.

2.2- A formação técnica em Agroecologia no MST.

Antes de entrar no estudo de como o MST começa a discussão acerca da Agroecologia, como nova matriz produtiva tecnológica para as áreas conquistadas e a consequente necessidade da formação de seus quadros técnicos para contribuir no processo de implantação dessa matriz, é necessário localizar a formação técnica em Agropecuária, como, quando e para que ela surgiu. Ou seja, discutir qual o papel que a formação técnica em Agropecuária assume no processo de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Ao estudar a formação técnica em Agropecuária de nível médio, no Brasil, pode-se perceber que ela foi implementada tardiamente. Segundo Sobral (2005), até a década de 1960 a educação rural e a formação técnica para a agricultura eram depreciadas como formações marginais. Só a partir da segunda metade da década de 1960, que o Estado brasileiro assume a educação profissional para o meio rural,

implementando ações concretas com esta finalidade. Estas ações visavam estimular o processo da modernização da base técnica da agricultura brasileira.

Segundo Massuquetti e Silva (Apud Sobral, 2005, p 24): se “identificam ações concretas do Governo Federal (1967-1973) que buscavam estimular o processo de modernização da base técnica da agricultura brasileira, pois à época era necessário que o setor agrícola acompanhasse o processo de modernização da economia.” Nesse sentido, o processo da formação dos técnicos em agropecuária veio a se consolidar a partir da segunda metade da década de 1960, estendendo-se até os anos de 1970, portanto, em plena ditadura civil-militar, iniciada com o golpe de 1964. Esta formação estava voltada à implementação da agricultura tecnificada, seguindo as diretrizes do pacote tecnológico que tinha por princípio o uso da mecanização, da introdução dos adubos de base sintética, do melhoramento genético das sementes na base da hibridação, assim como a introdução do uso dos agrotóxicos, tendo por referência o modelo norte-americano de produção agrícola que, desta forma, criava mercado para seus produtos. Ou seja, na construção da modernização da agricultura os técnicos agrícolas desempenharam papel importante atuando na extensão rural, para o aumento da produtividade do setor agrícola. Segundo Sobral (2005, p. 4):

O processo de modernização da agricultura e da pecuária, desencadeado nas décadas de 1960 e 1970, também influenciou a maior produtividade dos agricultores integrados com as agroindústrias, no entanto, esse aumento de produtividade só foi possível graças à atuação de um profissional que, de certa forma deu conta de levar a tecnologia ao campo através da extensão rural.

A partir desse momento houve uma enorme expansão do ensino agrícola, em especial, da formação técnica profissional. A expansão da formação técnica para agricultura estava relacionada ao modelo de desenvolvimento econômico assumido pelo Estado brasileiro, que ficou conhecido como “desenvolvimentista”. Este modelo tinha por base a chamada “revolução” das bases técnicas de produção da indústria e também da agricultura. Nesse sentido, para ajudar a difundir a nova base

técnica da agricultura e pecuária são criadas as escolas agrícolas existentes até hoje. O papel dessas escolas agrícolas era de formar técnicos agrícolas que assumissem a função social de contribuir na implementação dessa nova base técnica para a produção na agricultura e na pecuária. A nova base técnica para a produção no campo, como a agricultura e a pecuária, era justificada pela necessidade de modernização destas áreas, o que ficou conhecido como “revolução verde”. O processo de modernização da agricultura através da “revolução verde” levou ao desaparecimento de um enorme contingente de pequenos proprietários ou mesmo de posseiros, na Amazônia, através da migração desses agricultores para as cidades, servindo de força de trabalho para a indústria em pleno desenvolvimento.

Com efeito, a “revolução verde” vem provocar mudanças significativas nos arranjos de emprego no campo. As inovações científicas e tecnológicas são introduzidas e incorporadas em máquinas e insumos agrícolas importados. Decresce o número de trabalhadores permanentes com a tratorização da lavoura (SOBRAL, 2005, p. 27). E além da expulsão do homem do campo, a “revolução verde”, pelo uso intensivo de agrotóxicos e pela mecanização, produz outra consequência que vale lembrar aqui, ou seja, o processo de destruição da flora e fauna, levando a consequências relacionadas ao meio ambiente tanto das questões bióticas como abióticas, produzindo a contaminação do solo, das águas e da vida, de forma geral, nela incluído a do ser humano. Segundo, Paulus (1999) citado por Sobral (2005, p. 66):

O desenvolvimento tecnológico da agricultura no Brasil, sobretudo a partir de 1950, permitiu a incorporação de um conjunto de tecnologias “avançadas” ou “modernas” que, aumentaram a produção e a produtividade das atividades, a par de alterações havidas nas relações sociais no campo. Contudo, a incorporação de tais tecnologias ocorreu de forma inadequada à realidade do meio rural, seja pela maneira como se deu sua implantação, seja pela natureza mesma das tecnologias introduzidas. A prevalência de práticas e métodos que se tornaram convencionais

à época, revelaram na verdade problemas de relação homem-meio físico com consequências ambientais e sociais (êxodo rural acentuado).

Esta nova matriz produtiva e tecnológica na agricultura denominada de “revolução verde” levará à subordinação da agricultura à indústria e, de acordo com Sobral (2005), esta subordinação faz parte do desenvolvimento do capitalismo. Ao aprofundar a história da agricultura, este autor retoma o passado, na Europa, observando que, Kautski (1972), já em sua época, analisava a integração agricultura-indústria, ao mesmo tempo em que apontava a dependência da agricultura. Assim, para Sobral (2005, p. 70):

...se na agricultura campesina primitiva a agricultura era, do ponto de vista econômico, o elemento decisivo e dirigente, esta relação agora se subverte. A grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências. A direção da evolução industrial serve de regra à evolução agrícola.

Para que todo esse processo de modernização da agricultura pudesse se desenvolver o Estado brasileiro investiu na formação de técnicos agrícolas, adotando, para isso, a pedagogia tecnicista que se sustenta na teoria do capital humano¹⁸. Essa teoria tem por base que uma determinada quantidade de educação, no sentido de qualificação que exige determinada quantidade de conhecimentos, habilidades, atitudes, pode

¹⁸ A teoria do capital humano sustenta que um maior investimento em educação torna o indivíduo mais competente para concorrer no mercado de trabalho, e que, o que garante uma melhor posição na mobilidade social é a escolarização que o indivíduo possui. Portanto nessa teoria aumento do grau de escolarização significa melhor posição social. Essa teoria também deposita no indivíduo a responsabilidade por sua condição social.

potencializar o trabalho e a produção. Nesse sentido, Frigotto (1996, p. 41) ao analisar a formação técnica profissional, afirma:

A ideia-chave é a de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia do capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionem como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção.

A formação técnica nas Escolas Agrotécnicas se dava através das chamadas escolas fazendas¹⁹. O processo de formação técnica na Escola Fazenda se dava pelo método do aprender a fazer e fazer para aprender. Nesse método, o trabalho aparece como princípio pedagógico. “Conhecendo alguns pormenores do ensino agrícola, podemos perceber também certas especificidades e, com isso, temos condições de analisar possíveis consequências, pois a adoção acrítica das novas tecnologias provoca uma verdadeira revolução na vida econômica e cultural do pequeno produtor” (SOBRAL, 2005, p. 41).

A função das escolas profissionalizantes do período da implantação das novas bases técnicas para agricultura era de formar a força de trabalho para o mercado. Esta força de trabalho, na sua grande maioria, era absorvida no mercado das instituições públicas que foram

¹⁹ A metodologia do ensino agrícola está calcada no sistema escola-fazenda, que tem por objetivo proporcionar condições para a efetividade do processo ensino/produção, bem como a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural. Assim, o aluno participa de todo o processo produtivo, tendo condições de aliar a teoria com a prática (SOBRAL 2005, p. 40).

criadas nesse mesmo período, ou seja, entre 1960 e 1970. Nesse período, são criadas no Brasil as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em praticamente todas as unidades federativas, assim como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Essas empresas recém-criadas vão necessitar de força de trabalho profissional para difundirem as novas técnicas de produção. Para isso, necessitavam de profissionais formados com certas habilidades e capacidades técnicas. Foram estas as empresas responsáveis por introduzir na agricultura a implantação das tecnologias da “revolução verde”.

A partir da década de 1990, com a adoção do modelo neoliberal pelo governo brasileiro, abriu-se, ainda mais, a economia ao capital internacional, privatizando empresas públicas que contribuíram no processo de industrialização, assim como sucateando as empresas públicas de assistências técnica e extensão rural. Nesse contexto, a formação técnica assume outro papel. Se antes a função da formação técnica era formar profissionais para atuarem no mercado de trabalho das empresas públicas, conforme Sobral (2005), agora a função dessas escolas é formar profissionais para o mercado privado, ou para voltarem às suas comunidades de origem e desenvolver atividades em suas propriedades, para a implementação dos novos padrões tecnológicos que estão em pleno desenvolvimento.

Os novos implementos tecnológicos que começam a ser aplicados a partir dos anos de 1990 estão associados ao padrão produtivo/industrial/comercial/financeiro do agronegócio, sobre o qual já nos referimos anteriormente. Este padrão imposto à agricultura pelo agronegócio está sustentado na produção em grande escala, sob a modalidade de monocultivos em grandes propriedades, a partir da utilização de adubos sintéticos de base química em altas doses, utilização de agrotóxicos, sementes transgênicas e máquinas de grande porte. Esta produção é totalmente dependente das empresas transnacionais produtoras de sementes, adubos, agrotóxicos, aliados ao capital financeiro nacional e internacional.

Para contrapor-se à matriz produtiva e tecnológica vista acima, o MST se organiza para investir na formação de quadros técnicos para uma outra matriz produtiva e tecnológica, chamada de Agroecologia. Esta formação, primeiramente, se dá nos cursos de formação de técnicos em Agroecologia via Programa Nacional de Educação na Reforma

Agrária (PRONERA). Mas com a luta empreendida pelo MST, conquistam-se escolas públicas que se localizam em áreas nas quais foram assentados trabalhadores, organizados neste Movimento. Portanto, são escolas públicas que têm vínculo com o MST. Para se compreender os limites e as possibilidades dessas escolas e a formação técnica pensada pelo MST é preciso que se busque compreender, também, qual a função da escola na sociedade de classes.

Segundo Freitas (2015), a escola, enquanto instituição educativa, foi criada visando formar ser humano para as necessidades exigidas pela sociedade, na qual esta escola foi criada. Isto quer dizer que a escola é uma instituição histórica. Ou seja, em cada período histórico se tem uma escola que cumpre com uma função específica de formar o ser humano, segundo as necessidades da sociedade existente neste período. Assim, sob a forma capitalista de determinar a produção da vida e a organização social, com vistas à acumulação do capital, a escola tem a função de formar para as exigências da sociedade organizada para este fim. As exigências da sociedade burguesa para todos/as aqueles/as que vivem do seu trabalho correspondem a um ser humano submisso, alienado, que aceita cumprir ordens e, para isso, necessita apenas de alguns conhecimentos necessários para poder operar instrumentos de produção.

De acordo com Enguita (1989) e, da mesma forma, com Freitas (2015), o modelo adotado para a organização escolar educa, de certa forma, mais do que os conteúdos ensinados pela escola. Isto quer dizer que, na sociedade capitalista, se organiza a escola sob o comando de um diretor junto com os professores, onde os estudantes são retirados do meio da vida, separando a teoria da prática no ensino que recebem e utilizando a avaliação como meio de verificar os aprendizados. Esta escola produz um ser humano submisso, obediente, alienado, unilateral, ou seja, um ser humano adaptado às exigências do capital. Mas, por outro lado, como a sociedade capitalista é contraditória, as contradições entre classe burguesa e classe trabalhadora também permeiam a educação escolar. Pensa, ainda, Enguita (1989), que a educação escolar seja atravessada pelas lutas de classes que se estabelecem no mundo do trabalho. Ou seja, a escola não é só aparelho ideológico da sociedade

burguesa, mas também poderá tornar-se um instrumento para contribuir no processo de conquista da emancipação humana.

Perceber e compreender as contradições que se apresentam no interior da sociedade capitalista, no mundo do trabalho concreto, nas relações de produção, tanto no trabalho industrial e comercial, quanto no trabalho agrícola, e como estas aparecem no interior da educação escolar, é, portanto, fundamental. Assim como também se torna necessário compreender que a escola, nas diferentes épocas históricas, foi se moldando para contribuir na reprodução de determinada forma da sociedade se organizar para produzir sua existência. Por outro lado, conforme o mesmo autor, a escola que está inserida na sociedade em que se estabelece a luta de classes, esta luta também permeia o espaço escolar, assim a escola poderá se tornar instrumento para transformar a sociedade. Na obra citada (ENGUIITA, 1989), a função da escola, em qualquer sociedade, é a de educar os alunos para se adaptarem à sociedade existente. Mas, como a sociedade é atravessada por contradições decorrentes dos interesses das classes que a constituem, estas contradições também estão presentes na escola. E Freitas (2015, p. 228), ao discutir a relação entre formação geral e formação técnica no MST, assim escreve:

Sabemos que a escola capitalista - apesar de contraditória - está a serviço da classe dominante. Foi formatada para atender aos seus objetivos ao longo de séculos. Suas funções sociais estão baseadas na exclusão da classe trabalhadora e na sua subordinação - quando não em uma combinação de ambas. Essa exclusão da escola hoje já não é [...] física. Foi substituída pela "exclusão por dentro" - uma forma de se manter a classe trabalhadora na escola sem aprender.

A partir das análises dos dois autores - de Enguita (1989) e de Freitas (2015) - para compreender a educação escolar no atual estágio de desenvolvimento do capital é preciso articular lutas para que possam ser efetuadas mudanças, não só em relação aos conteúdos programáticos, mas fundamentalmente, as mudanças na estrutura organizativa da escola, tanto o que diz respeito à forma avaliativa, como na gestão escolar. Segundo Shulgin, citado por Freitas (2015), a gestão

da escola está centrada no pessoal pedagógico e os estudantes são apenas um mero detalhe; a eles cabe obedecer.

Nesse sentido, para se pensar uma educação profissional em que o estudante se aproprie do conhecimento e das técnicas historicamente produzidas, não só no sentido de saber fazer, mas, sobretudo como, e para que fazer, na escola pública, é preciso ter a compreensão da necessidade de se construir soluções que não se restrinjam à educação formal, mas que contemplem a totalidade das práticas educacionais (MÉSZÁROS, 2010, p. 45). Segundo o mesmo autor, na mesma obra, “[...] fica bastante claro que a educação formal não é força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz, por si só, de fornecer uma alternativa emancipadora radical”. Ainda segundo o mesmo autor, “uma das funções principais da educação formal das nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.” (MÉSZÁROS, 2010, p. 45). E continua dizendo,

...esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa ou mesmo mera tolerância - de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. (MÉSZÁROS, 2010, p 45).

Na perspectiva assinalada por Mézáros, a educação escolar formal, para atender as necessidades formativas da classe trabalhadora de forma geral e, em específico, para os trabalhadores do campo e nesses os integrantes do MST, é fundamental a luta por transformações sociais no sentido da superação da sociedade do capital. Para este autor não basta apenas reformar o sistema formal de ensino, porque mais cedo ou mais tarde ele se restabelecerá; não adianta desafiar, por meio de uma mudança isolada, a lógica do capital. O que é preciso ser alterado, mudado, é todo sistema de internalização com suas facetas visíveis e invisíveis sob o comando do capital. Essa mudança, como já afirmado,

só será possível em uma outra sociabilidade humana, a sociedade de produtores livremente associados.

Mas a educação escolar poderá e deverá contribuir na formação da consciência dos sujeitos, o que implica na tomada de decisões em contribuir na luta por esta mudança. É no processo de luta pela transformação das estruturas sociais de exploração do trabalho para uma nova organização social, que seja sem classes sociais, que estarão presentes as mudanças da forma de organização escolar, a do currículo e da forma de gestão e avaliação. Isto possibilita que, além do pessoal responsável pelo ensino dos conhecimentos e técnicas curriculares, pais e estudantes possam efetivamente participar a partir de sua organização.

O MST, ao começar discutir em sua organização a Agroecologia como matriz produtiva e tecnológica, percebe a necessidade de formar quadros técnicos na área para contribuir na implantação desta matriz produtiva em seus assentamentos. E para atender a essa demanda começa a discutir em suas instancias a necessidade de lutar por escolas para proporcionar esta formação. A formação dos técnicos em Agroecologia pretendida pelo MST se fundamenta na relação teoria e prática para a formação omnilateral. Ou seja, a formação técnica aliada à formação de conhecimentos gerais além da formação político-ideológica. Esta formação se daria a partir de uma pedagogia que tenha a prática social como referência da relação entre o trabalho e a educação, tomando-se o trabalho como princípio educativo.

Por isso, ela não poderá ser feita com a mesma pedagogia que foi utilizada para a formação dos técnicos que viriam a implementar a “revolução verde”, pedagogia esta que buscava a formação de habilidades no sentido do treinamento, do saber fazer no qual não era incluído o pensar. A educação/formação técnica buscada pelo MST, para fortalecer a discussão e implementação da Agroecologia como matriz produtiva e tecnológica, dá-se em virtude desse Movimento introduzir, nas suas discussões, essa matriz como um caminho para viabilizar a autonomia produtiva frente ao agronegócio, bem como uma forma de produzir sem degradar a natureza. Segundo Silva (2011) a introdução da Agroecologia nas discussões no MST começa a aparecer, com mais força, tornando-se referência neste Movimento, a partir da segunda metade da década de 1990, atingindo, desta forma, a referência do cooperativismo produtivista que era dominante até então e que passa a ser questionado. Rego (2011), em sua tese de doutorado, onde analisa

a formação do técnico em Agroecologia no MST de São Paulo, escreve que foi a partir do V congresso Nacional do MST realizado em 2007, em Brasília/DF, que este Movimento adota definitivamente como orientação política, para o conjunto da sua organização, a Agroecologia como matriz produtiva e tecnológica para o desenvolvimento da agricultura nos assentamentos.

Segundo a autora, é a partir deste Congresso que o MST busca romper definitivamente com a matriz produtiva do modelo hegemônico, provindo da “revolução verde”, pois um dos compromissos assumidos pelos delegados participantes, na ocasião, foi o de construir a Agroecologia produzindo alimentos limpos e saudáveis. E, para isso, comprometeram-se a: “Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno”²⁰.

É na perspectiva do fortalecimento da matriz produtiva da Agroecologia que o MST se movimenta e empreende lutas para que se amplie o financiamento da educação feita pelo PRONERA que, inicialmente, só financiava cursos de alfabetização. Nessa luta conquista-se a ampliação dos financiamentos do PRONERA, incorporando os cursos de formação de professores para atuarem nas escolas do campo, entre eles, Pedagogia e Licenciaturas em Educação do Campo, bem como os cursos técnicos ligados à Agricultura e, dentre estes, o de Técnico em Agroecologia, em parceria com Institutos Federais de Educação Profissional (IFES) assim como universidades públicas, e, mais tarde, cursos de graduação em Agronomia com ênfase em Agroecologia, do mesmo modo que programas de pós-graduação nas áreas de Educação e Agroecologia.

A luta empreendida pelo MST, nesse sentido, deve-se ao fato de precisar formar seus integrantes para proporcionar a aprendizagem e domínio das técnicas de produção agroecológica que, segundo Machado

²⁰ Disponível no site: www.mst.org.br Acessado em 30 dezembro de 2014.

e Machado Filho (2014), já existem e precisam chegar aos camponeses para que a matriz produtiva e tecnológica da Agroecologia possa, de fato, chegar às áreas conquistadas. Nesse sentido, o MST implementa nesses cursos seu método pedagógico. Este método articula a teoria com a prática (MST, 2004). Nesse processo de articulação teoria e prática, como visto anteriormente, a formação/educação pode ser um instrumento que contribua na superação da sociedade de classes e, com isso, rompa com uma educação na qual são dissociados o trabalho manual e intelectual. Torna-se necessário, também, a compreensão de que a educação, numa sociedade de classes, cumpre com a função da reprodução desta mesma sociedade.

Mas, por outro lado, como a sociedade burguesa se apresenta contraditória, imersa na luta de classes, esta também se expressa no interior da escola, dessa forma, abrindo-se possibilidades de introduzir atividades que permitam compreender que o trabalho assalariado, no modo de produção capitalista, desumaniza, mas que no trabalho também está presente o germe de sua emancipação. É nessa compreensão que o trabalho, na educação escolar, poderá ser princípio educativo. Nessa perspectiva, pretendo analisar a educação objetivada na formação profissional do Técnico em Agropecuária, com ênfase em Agroecologia, na Escola 25 de Maio. Confirmando, assim, a análise feita até aqui, na qual compreendo a educação tendo um caráter contraditório, ou seja, como instrumento de manutenção da sociedade de classes, e, do mesmo modo, como instrumento de contribuição para superação da sociedade de classes.

Ao conquistar as escolas e cursos de formação técnica em Agroecologia vai se construindo, no interior do MST, o perfil de técnico a ser formado que possa atender as necessidades postas por este Movimento. Ou seja, o técnico que o MST precisa para atender às demandas postas, as quais vão ao encontro da construção de processos produtivos de base agroecológica. A discussão que se estabelecida no interior do Movimento estava orientada pelo sentido de formar técnicos que se apropriem de habilidades técnicas, mas, também se apropriem dos conhecimentos políticos-organizativos de modo a instrumentalizá-los para atuarem junto aos camponeses assentados, na organização dos assentamentos tanto na questão produtiva quanto na questão político-social. Assim, o objetivo do MST é formar o técnico militante, que interfira no processo produtivo/organizativo deste Movimento.

As escolas e os cursos de formação técnica, compreendidos pelo MST, procuram formar não apenas e simplesmente técnicos, mas, acima de tudo, formar seres humanos com capacidade técnica e político-organizativa para contribuir com a base desse Movimento na adoção de processos produtivos com base na Agroecologia e, ao mesmo tempo, se envolver na construção da luta pela emancipação da classe trabalhadora. Haja vista, que a Agroecologia como analisado anteriormente, só poderá se efetivar na sua totalidade em uma sociedade capaz de romper com a estrutura de classes sociais.

A Escola/Curso de formação profissional visa a formar técnicos em Agroecologia, que possam contribuir no processo de construção de processos agroecológicos, se contrapondo à agricultura do agronegócio. Para isso, então, é necessário que ela incorpore à sua pedagogia o trabalho como princípio educativo. Neste sentido, o trabalho que produz o ser humano ao se incorporar na escola, como princípio educativo, é o trabalho concreto, trabalho como produtor de valor de uso, é esse trabalho que devolverá ao ser humano a capacidade criadora que a sociedade de classes, sob a divisão social do trabalho, expropriou. Esta devolução é necessária quando se pensa na formação para à emancipação humana. Todavia, a devolução só será possível se unirmos trabalho e educação, e, como já anteriormente afirmado, ela só se dará em uma outra sociabilidade humana, liberta do trabalho alienado e da sociedade de classes.

A pergunta é: será possível numa escola pública como a Escola 25 de Maio, focalizada nesta pesquisa, formar o técnico/militante? A resposta a essa pergunta veremos quando analisarmos a referida Escola, foco dessa pesquisa.

Assim, no próximo capítulo buscamos compreender, com o auxílio dos instrumentos teóricos do materialismo histórico-dialético, se a unidade teoria/prática está presente na formação do técnico em Agroecologia da Escola 25 de Maio, e se está presente, como ela se expressa no interior da formação desse técnico na referida Escola, e quais os limites e possibilidades que se apresentam no processo formativo realizado pela mesma.

III CAPÍTULO – A FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA NA ESCOLA 25 DE MAIO.

Neste Capítulo vamos trazer os resultados da pesquisa, buscando analisar a educação proporcionada pela Escola 25 de Maio, no curso de formação do Técnico em Agroecologia. Por estar organicamente vinculada ao MST, esta escola traz, em seu Projeto Político Pedagógico (PPP, 2013), a proposta de educação deste Movimento. E, por ter o trabalho como princípio educativo, esta Escola traz em seu bojo a possibilidade de unidade teoria e prática na formação do Técnico em Agroecologia.

Para compreender a formação do Técnico em Agroecologia na Escola 25 de Maio e como se encontram articuladas a teoria e a prática nessa formação, esse capítulo é dividido em quatro partes. Na primeira parte, farei um histórico de como se deu a conquista do Curso Técnico em Agroecologia na Escola 25 de Maio, e como dá o vínculo desta Escola/Cursos com MST e, ao mesmo tempo, com o Sistema Estadual de Educação através da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina (SED-SC). A descrição da forma como é organizado o Curso Técnico em Agroecologia é a segunda parte. Na terceira parte, trarei os dados empíricos obtidos pela observação, leitura de documentos da Escola e das entrevistas com os sujeitos da pesquisa. A análise dos dados, a partir do referencial teórico da pesquisa e de categorias que identifiquei no processo da análise, constitui a quarta e última parte do capítulo. As categorias identificadas são trabalho, relação teoria e prática, qualificação dos professores, relação Tempo-Comunidade (TC) e Tempo Escola (TE).

3.1 - Histórico e luta pela Escola 25 de Maio e do Curso Técnico em Agroecologia.

Nesse item iremos apresentar o histórico e a caracterização do Curso Técnico em Agroecologia da Escola de Educação Básica 25 de Maio. A Escola onde se realiza o referido curso está localizada no

Assentamento Vitória da Conquista, no município de Fraiburgo/SC. Assim, a referida Escola que oferece o Curso Técnico em Agroecologia, é fruto da luta pela terra, que vem acontecendo há três décadas, por integrantes do Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado de Santa Catarina. De acordo com Mohr e Ribas (2012), a Escola/Curso é fruto da organização e da luta pela terra, empreendida por um grupo de famílias camponesas que hoje se encontram assentadas neste município de Fraiburgo/SC.

Estas famílias são oriundas de uma expressiva ocupação de terras, que aconteceu no dia 25 de Maio de 1985, em Abelardo Luz, no estado de Santa Catarina. Os assentamentos²¹ são criados em 1986 e, em 1987 são criadas duas escolas nos assentamentos existentes na época. Só em 1988 é criado o Centro de Apoio e Desenvolvimento Comunitário Rural (CADCR). “Este Centro visava, primordialmente, o desenvolvimento de ações de escolaridade, profissionalização, esporte, cultura, recreação e apoio à família e à comunidade rural” (MOHR; RIBAS, 2012, p. 1).²² Segundo estes mesmos autores, este projeto deu origem à construção da Escola 25 de Maio, que começa por atender os anos finais do Ensino Fundamental, e visava à educação em tempo integral. Além do núcleo comum, oferecia as disciplinas de Agricultura Geral, Zootecnia Geral, Fruticultura, Associativismo e Sociologia Rural. O Ensino Médio integrado à educação de formação Técnica em Agroecologia foi criado no ano de 2004.

Roesler Mohor e Mohr (2006) afirmam que o Setor de Educação do MST de Santa Catarina, em particular, a luta para a criação do curso de Ensino Médio integrado ao Técnico em Agroecologia, na Escola 25 de Maio, fez parte da pauta de reivindicações apresentada junto ao governo de estado/SC, quando da realização da jornada de lutas do MST, em abril de 1999, tendo continuidade na jornada de lutas de abril de 2002.

Assim que as famílias chegam aos assentamentos começam uma luta pela educação escolar até que, no ano de 1987, estes assentamentos conquistam duas escolas municipais dos anos iniciais do Ensino

²¹ Assentamento União da Vitória e Assentamento Vitória da Conquista.

²² Projeto de ampliação do espaço físico do projeto rural de Fraiburgo, em Santa Catarina.

Fundamental, uma em cada Assentamento existente na época. A luta por escola não para por aí, pois as famílias assentadas, bem como o MST, acreditam que o acesso ao conhecimento histórico e socialmente produzido pela humanidade é uma ferramenta importante para a emancipação da classe trabalhadora. Ainda de acordo com Mohr (2014) e Mohr e Ribas (2012), no ano de 1988, os assentamentos acima citados conquistam escolas a partir das suas lutas fortalecidas pelo Centro de Apoio e Desenvolvimento Comunitário Rural (CADCR). O objetivo inicial do CADCR, primordialmente, era o de desenvolver “ações de escolaridade, profissionalização, esporte, cultura, recreação e apoio à família e à comunidade rural” (MOHR; RIBAS, 2012, p. 1)²³. Segundo os mesmos autores este projeto deu origem à construção da escola dos anos finais do Ensino Fundamental, que visava à educação em período integral. Esta foi a primeira experiência de Ensino Profissional que atendia os filhos dos assentados dos dois assentamentos acima citados.

No ano de 2002, diante da pressão das famílias assentadas, o Setor de Educação do MST mobilizou-se para a criação de uma Escola Técnica de Ensino Médio, dirigindo-se ao governo do estado/SC, por intermédio da Secretaria Estadual de Educação SED/SC. Como resposta esta oferece a possibilidade de abertura de uma turma de Ensino Médio, por intermédio da extensão de uma escola urbana, a Escola de Educação Básica Gonçalves Dias. No entanto, esta turma funcionaria à noite, o que era contrário à vontade das famílias assentadas. Conforme Mohr (2014, p. 63):

Esta turma, com o passar do primeiro ano, apresentou expressivo número de desistências, tendo em vista as dificuldades relacionadas à distância entre as casas dos estudantes e a escola. Desde o princípio das discussões, pleiteava-se a

²³ Para melhor compreensão do que era o Centro de Apoio e Desenvolvimento Comunitário Rural consultar Mohr (2014) e Mohr e Ribas (2012).

criação de um curso em outros moldes e não a mera adaptação, um apêndice de uma escola urbana, por mais que isto representasse um avanço em relação aos níveis de ensino existentes.

As famílias assentadas, o MST e a Escola continuaram a luta para ter uma escola de Ensino Médio e Técnico que não só estivesse localizada no Assentamento, mas que, de fato, fosse do Assentamento e do MST. Nesse sentido:

Em 1999 se iniciam as negociações com a SED, visando uma ampliação dos níveis de ensino, em vista da construção de uma escola agrícola de nível médio. Analisando o Livro de Atas do Conselho Comunitário Escolar, podemos encontrar informações sobre o número de audiências, num total de 19, realizadas entre os anos de 1999 a 2005, seja na Coordenadoria Regional de Caçador, da qual a escola fazia parte, seja na Gerência Regional de Educação no Município de Videira, que a partir de 2003 assumiu as escolas estaduais do município de Fraiburgo. Além destas, outras 8 reuniões foram realizadas na SED, em Florianópolis. (MOHR, 2014, p. 63).

Além dessas lutas, segundo o mesmo pesquisador (MOHR, 2014), o Setor de Educação do MST, junto com esta Escola 25 de Maio e os moradores dos assentamentos de Fraiburgo, realizaram outras audiências com o governo do estado/SC e a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina-SED-SC, apresentando e justificando a necessidade da formação técnica para as famílias assentadas. Até que numa das audiências, no ano de 2003, a SED-SC sinalizou com o compromisso de criar o Curso de Ensino Médio integrado ao Técnico em Agroecologia. Aberta esta possibilidade, a Escola 25 de Maio elaborou o projeto e o encaminhou para a SED-SC. Diante do

compromisso assumido pelo governo do estado/SC, por intermédio da SED-SC, em criar o Curso, o MST, o Setor de Educação e a própria Escola começaram a discutir, nos assentamentos e acampamentos, a formação da primeira turma.

Formada a turma para o curso Técnico em Agroecologia, esta começou no início de 2004 com a etapa Preparatória²⁴, tendo vinte e cinco estudantes matriculados. Mas, além disso, havia muito mais jovens interessados em estudar, mas as condições de alojamento e alimentação impediram os demais de participarem. Porém, em março desse mesmo ano, a SED-SC informou que o curso não seria aprovado.

Diante desta resposta negativa, a coordenação da Escola, junto com o Setor de Educação do MST de Santa Catarina, procurou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para elaborar um projeto de formação técnica em Agroecologia, contando com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), já que a UFSC vinha executando projetos de alfabetização de jovens e adultos em áreas de assentamentos, através deste mesmo Programa. O projeto foi aprovado em agosto de 2004, mas os recursos só foram liberados em janeiro de 2005. Para a aprovação do projeto de criação de um curso, que oferecesse o Ensino Médio integrado ao Técnico em Agroecologia, o PRONERA estabelecia algumas exigências, entre as quais, a de que a turma deveria ter cinquenta estudantes.

Diante disso, mesmo com curso já em andamento com vinte e cinco estudantes, em março de 2005 são incorporados mais vinte e cinco estudantes para completar a turma. Para que não houvesse prejuízo aos

²⁴ Em todos os cursos formais organizados por escolas vinculados ao MST que se realizam em períodos de alternância, ou seja, divididos em períodos em que os educandos ficam na escola para estudar os conteúdos do currículo escolar e períodos que ficam na comunidade desenvolvendo atividades junto com a família ou organização a qual participam, é realizado uma etapa anterior ao início das etapas do curso para uniformizar os conhecimentos acerca da organização e o funcionamento da escola que é chamado de etapa preparatória.

educandos que começaram os estudos no ano anterior, a turma foi dividida em duas para frequentar as disciplinas do Ensino Médio. Já as disciplinas do curso profissionalizante foram frequentadas em uma única turma.

O Ensino Médio foi introduzido nessa Escola no ano de 2002, via extensão da Escola de Educação Básica Gonçalves Dias, de Fraiburgo/SC. O ensino integrado à educação profissional com o curso Técnico em Agroecologia foi criado no ano de 2004. Do ano de 2004 a 2008, o Ensino Médio continua vinculado à rede estadual de ensino na forma de extensão da Escola de Educação Básica Gonçalves Dias, conforme afirmado acima. Já o curso profissionalizante é vinculado ao PRONERA, sob a forma de um Projeto em parceria, envolvendo a UFSC, o INCRA e o MST. Nesse período de 2004 a 2008, a Escola 25 de Maio firmou dois projetos com o PRONERA para formação de duas turmas. O primeiro Projeto foi feito em 2004 e o segundo projeto realizado em 2007, ambos foram certificados pelo Instituto Federal de Araquari/SC. Além dessas duas turmas, financiadas pelo PRONERA, houve uma terceira turma que foi realizada em parceria com o Instituto Federal de Rio do Sul/SC e certificada por este Instituto. Portanto, antes da vinculação do curso técnico à Secretaria Estadual de Educação, passaram três turmas pela Escola 25 de Maio.

Durante este período, ou seja, do ano de 2004 a 2008, continuaram as lutas e negociações para que o governo do estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Educação, assumisse o curso técnico como um curso regular. Segundo Roesler Mohr (2006), mesmo que o PRONERA estivesse garantindo a formação técnica até então, as famílias assentadas no município de Fraiburgo, o MST e a própria Escola entendiam que era necessário continuar a luta e as negociações, junto ao governo do estado/SC, para que assumisse o curso Técnico em Agroecologia como um curso regular da rede estadual de ensino, pois, pelo PRONERA, não havia a certeza da continuidade pelo fato de ser um Programa e não uma política de Estado, que, no caso de uma mudança no governo federal, poderia ser modificada a sua formatação e até duração.

Após muita mobilização e luta, com inúmeras audiências, finalmente em 2008 a Secretaria de Educação incorpora o curso técnico em Agroecologia ao ensino regular. Nesse sentido, a conquista do curso Técnico em Agroecologia da Escola 25 de Maio se deu a partir de

muitas lutas empreendidas pelo MST, de forma geral e, em particular pelos assentamentos de Fraiburgo. Assim, a partir de 2009 o curso técnico passa também a integrar a rede estadual de educação, sob a forma de educação integrada Ensino Médio e Formação Profissional, no caso, o curso Técnico em Agroecologia.

A Escola 25 de Maio é uma escola que oferece os anos finais do Ensino Fundamental e o Curso Técnico em Agroecologia integrado ao Ensino Médio. É uma escola organicamente ligada ao MST, mas, por outro lado, está ligada ao Sistema Estadual de Educação do estado de Santa Catarina pela SED-SC. A forma de organização da escola se fundamenta nos princípios de Educação do MST. Pelo fato de a Escola 25 de Maio ser fruto da luta do MST, esta Escola se fundamenta nos princípios filosóficos e nos princípios pedagógicos da educação do MST (PPP 2013). As famílias, assentadas desde o início de sua luta, pensaram numa escola que fosse diferente. Uma escola que ensinasse aos assentados e seus filhos não só os conteúdos escolares abstratos, mas que ensinasse a partir da realidade dos assentamentos e da agricultura. Nesse sentido, esta Escola foi pensada para ser um espaço que pudesse ensinar questões ligadas ao trabalho do campo e às técnicas agrícolas. Ou seja, a escola construída pelas famílias assentadas e pelo MST deveria cumprir com a função social de contribuir com os assentados no desenvolvimento da produção agrícola dos sujeitos envolvidos nessa construção.

Assim, a educação oferecida pela Escola 25 de Maio, desde o início, foi pensada, segundo Pereira²⁵ (2014), tendo, como ponto de partida, a prática da agricultura, para ensinar e também deveria fazer na prática. Para essa mesma liderança, a Escola, que tem uma identidade com o MST, teve e continua tendo uma importância muito grande para o Movimento Sem Terra. Para que a Escola 25 de Maio pudesse cumprir

²⁵ Membro do Conselho Escolar e dirigente do MST da Região onde se localiza a Escola 25 de Maio, no final da década de 1980 e início da década de 1990. Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em abril de 2014.

com o compromisso acima mencionado, ela se organiza com a participação dos diversos segmentos que formam a comunidade escolar. A Escola se organiza para poder garantir a participação de todos os segmentos envolvidos da seguinte forma:

a) Coletivo de estudantes:

O coletivo de estudantes é organizado em Núcleos de Base (NB)²⁶, espaço que possibilita a sua participação na Escola. Cada segmento da Escola, ou seja, os estudantes dos anos finais do ensino fundamental, estão divididos em NB distintos dos estudantes do Curso Técnico em Agroecologia, integrado ao Ensino Médio. Nesse sentido, cada segmento escolar tem sua própria coordenação de estudantes. Esta coordenação é formada pelos coordenadores e coordenadoras dos NB, os quais são escolhidos no início de cada ano letivo. A coordenação de cada segmento escolar escolhe um coordenador e uma coordenadora, que participam do Conselho de Classe. Esta é a forma de os estudantes se auto-organizam para exercer sua participação na vida da escola.

b) Coletivo de educadores/professores:

Os professores estão organizados num coletivo em que todos participam. Eles se reúnem a cada trinta dias nos quais discutem sobre questões pedagógicas relacionadas ao ensino-aprendizagem. Além desse coletivo tem um grupo chamado Grupo Orgânico (GO), formado por professores que têm vínculo orgânico com o MST. Na Escola 25 de Maio nem todos os professores tem vínculo com o MST. O número de

²⁶ O Núcleo de Base é formado, geralmente, por cinco ou seis estudantes que se reúnem semanalmente para discutir as questões pertinentes à sua participação na Escola e no trabalho associado à sua formação.

professores que tem certo vínculo com o MST é em torno de dez professores.

c) Conselho Deliberativo Escolar:

O Conselho Deliberativo é formado por uma representação da Direção da Escola e dos professores, e uma representação da comunidade assentada e do MST, além de representantes dos estudantes do curso Técnico em Agroecologia. Sendo assim, fazem parte desse Conselho todos os segmentos envolvidos na Escola 25 de Maio. A sua função é discutir junto aos estudantes, professores e funcionários da Escola, com a participação da representação dos pais e do MST, as questões relativas à (in)disciplina destes segmentos e encaminhar as penalidades no sentido da construção de mudanças de comportamentos. Além dessa função, o Conselho Escolar também assume a tarefa de propor melhorias, tanto na questão pedagógica, como no que diz respeito à estrutura física da Escola. Nesse sentido, quem discute os projetos de ampliação da estrutura física é este Conselho, assim como os rumos da proposta pedagógica da Escola.

d) Associação de Pais e Professores (APP):

Essa associação é formada por pais e professores que contribuem voluntariamente com alguns trabalhos na Escola, além de ser a representação legal que fica responsável por receber os recursos públicos para investir na Escola. Ela existe porque o estado/SC não reconhece o Conselho Deliberativo como uma instituição legal para receber os recursos financeiros que a Escola tem direito.

e) Participação do MST:

O MST participa da Escola 25 de Maio através da sua representação no Conselho Deliberativo Escolar, ou ainda, através da participação do Setor de Educação e do Setor de Produção, em momentos específicos marcados pela Escola. O papel fundamental do

MST, através dos Setores de Produção e Educação, é discutir os rumos político-pedagógicos desta Escola, uma vez que ela prevê, no seu PPP, a articulação com a comunidade, que é constituída pelas famílias assentadas. No seu PPP (2013, p. 28) está registrado que: “O trabalho e a organização dos alunos na Escola deverão ter uma ampla ligação com a vida da comunidade, e, no mesmo sentido, a comunidade deverá discutir os rumos da escola e se organizar junto a ela”.

A Escola 25 de Maio considera, no plano da teoria, os princípios organizativos filosóficos e pedagógicos do MST. Princípios estes em que o trabalho assume papel central na prática educativa. Ou seja, o trabalho é visto como princípio educativo ao lado da organização coletiva. Outra questão que mostra o vínculo dessa escola com o Movimento é que o Assentamento ocupou a Escola/Curso. O Assentamento, através do Conselho Deliberativo, no início participava ativamente das atividades da Escola, com o passar do tempo, segundo um membro do conselho escolar hoje não participa tanto assim, pois segundo ele a participação se dá mais nas reuniões, mas na hora de colocar a mão na massa para ajudar a construir a educação pensada pelo MST e presente nos princípios que a fundamentam, por falta de interesse, ou por falta de formação não participam²⁷. É nesse sentido que, no início, ainda quando na luta pela Escola/Curso e logo após a conquista, a participação efetiva era bem maior do que atualmente e, com isso, permitiu que a comunidade ocupasse a Escola/Curso. Com o passar do tempo percebe-se que a ocupação da Escola pela comunidade dos assentamentos pouco a pouco foi se enfraquecendo e isso também contribuiu, de certa forma, no enfraquecimento do vínculo orgânico da Escola/Curso com o MST.

A organização do ano letivo para o Ensino Fundamental acontece conforme determinação da SED/SC. Ou seja, o calendário escolar é organizado em 200 dias letivos, separados em quatro bimestres, com avaliação dos alunos por bimestre. A Escola optou por fazer duas formas de avaliação. Uma das formas de avaliação é a quantitativa, expressa em notas, que a Escola precisa seguir por estar vinculada ao sistema estadual de educação, pois é essa forma adotada pela SED-SC. Mas, por outro, a Escola usa também a avaliação qualitativa; em cada

²⁷ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014.

bimestre é elaborado um parecer descritivo em que são apontados os avanços e os limites de cada estudante no aprendizado, seja dos conteúdos escolares, ou dos outros aspectos trabalhados pela Escola. O Parecer é elaborado pela coordenação da Escola a partir da avaliação vinda da organização dos alunos e dos professores. Nesse Parecer constam não só os aprendizados e os limites do aluno, mas também questões sobre a participação do aluno na organização do Núcleo de Base (NB), sobre o comportamento e participação nas atividades propostas pela Escola como: no trabalho, nos estudos, ou seja, sua participação nos diversos espaços educativos.

Se o Ensino Fundamental orienta-se pelo calendário normal das escolas vinculadas à SED-SC, o Curso Técnico em Agroecologia adota os Ciclos de Alternância.²⁸ Nessa forma de funcionamento, o calendário escolar é organizado em etapas, com estudo concentrado, ou seja, aulas pela manhã tarde e noite. Sendo assim, o ano letivo é organizado em 4 etapas de, aproximadamente, cinquenta dias cada etapa. Isto significa que cada etapa equivale a um bimestre. Como acima citado, a avaliação, por exigência do SED-SC, precisa ser feita de forma quantitativa. Para garantir os princípios pedagógicos da Educação do MST, é feita uma avaliação qualitativa através da elaboração de parecer descritivo como acima mencionado. A Escola incorporou no seu Método Pedagógico o trabalho como princípio educativo. Nesse sentido, organizou o trabalho

²⁸ Dá-se a denominação de “Ciclos de Alternância” a organização do calendário escola em tempos alternados Tempo Escola e Tempo comunidade. São dois tempos educativos que se dão em momentos e espaços distintos que se relacionam: o Tempo Escola (TE,) realizado presencialmente na escola, onde os educandos têm aulas teóricas e práticas, participam de inúmeros aprendizados, se auto-organizam, avaliam e planejam as atividades. Além deste, existe o Tempo Comunidade (TC), onde os educandos realizam atividades de pesquisa de sua realidade, de registro desta experiência, de práticas que permitam a troca de conhecimentos, acompanhados por pessoas de sua localidade (acampamento, assentamento ou comunidade). (CALDART at. alii, 2013). Sobre o tema, ver também: Ribeiro (2008).

em unidades didáticas²⁹. Essas unidades didáticas foram introduzidas no ano de 2005. Até o ano de 2012, eram 7 as unidades didáticas, porém, a partir de 2013, reduziram-se a 3. Esta redução, segundo diretor da Escola³⁰, se deu em virtude da diminuição do número de estudantes. As unidades didáticas que ainda estão em funcionamento são: Pastoreio Racional Voisin (PRV), Horta e Sistema de Criação de Suínos ao Ar Livre-Siscal.

A Escola conta com 28 profissionais contratados, sendo um Diretor indicado pelo Conselho Deliberativo, normalmente aceito pela SED-SC, dentre os professores efetivos da Escola, porque, segundo a normativa da SED-SC, deve ser um professor do quadro profissional efetivo da Escola. Conta, ainda, com uma secretária, uma bibliotecária, uma coordenadora pedagógica e 24 professores, sendo 7 professores para a área técnica do curso Técnico em Agroecologia e 17 para as outras disciplinas do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Escola tem 78 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 40 matriculados no Curso Técnico em Agroecologia.

Em relação à estrutura física conquistada pelos assentados e o MST, esta inclui 8 salas de aula, um laboratório de informática, um laboratório de análises químicas e biológicas de solo, um anfiteatro, salas de jogos, sala dos professores, sala da secretária, sala da direção, refeitório, alojamento masculino para 40 lugares, alojamento feminino para 40 lugares, lavanderia, um galpão, uma casa para moradia de professores e uma pocilga, um trator com alguns implementos, um campo de futebol.

A Escola possui uma área de trinta e dois hectares de terra, na qual ela produz leite, tem uma horta, desenvolve a criação de suínos e de algumas ovelhas. A produção do leite é realizada na base de pasto utilizando a tecnologia do Pastoreio Racional Voisin- PRV. A área destinada ao PRV é de 8 hectares. Destes 8 hectares, 4 hectares estavam com o PRV em funcionamento até o mês de agosto de 2014. Nesse mês

²⁹ São chamadas unidades didáticas as unidades de produção onde os estudantes trabalham e realizam algumas experiências práticas relacionadas a algumas disciplinas. Relacionadas à Matemática e às Ciências da Natureza.

³⁰ Informação obtida com conversa informal durante as minhas observações nessa escola.

o PRV foi desativado por estar em condições precárias e precisar de uma reforma. No período em que o PRV ficar desativado, as 4 vacas e as 2 novilhas que a Escola tem foram entregues para 2 famílias de assentados para cuidarem até que volte a funcionar o PRV. Junto com a reforma do PRV existente, também se projetou construir mais 4 hectares em PRV.

A Escola elaborou um planejamento para que, a partir do início de 2015, o PRV de 8 hectares estivesse em funcionamento. A área destinada à horta é de um hectare, utilizando o sistema de horta mandala³¹. Os suínos são criados no sistema de criação ao ar livre-SISCAL. A área destinada à produção de suínos é de 3 hectares. A Escola tem um projeto para investir no pomar de frutas que tem em torno de 2 hectares.

Segundo o professor orientador de convivência³², a organização e planejamento dos 8 hectares de PRV, que estão em construção, foram feitos pelos técnicos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que fornecem assistência técnica aos assentamentos, tendo a participação dos alunos do Curso Técnico em Agroecologia³³.

3.2 – Caracterização e a organização do Curso Técnico em Agroecologia da Escola 25 de Maio.³⁴

³¹ A horta mandala, que tem um formato circular, é um modo de dispor as espécies vegetais, mais de acordo com o ecossistema. Com a crescente preocupação envolvendo a natureza, esse conceito adquire fôlego novo e se espalha entre os agrônomos. A horta mandala economiza água, trabalha com a diversidade de plantas, aproveita melhor o espaço, usa apenas fertilizantes orgânicos e poupa o solo. A consulta foi feita no site abaixo, em 31 de março de 2015. planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_249245.shtml.

³² É chamado professor de convivência este que acompanha os alunos durante o TE nos diversos espaços educativos como: Tempo Trabalho, Tempo NB, etc.

³³ Conforme entrevista cedida a Paulo Davi Johann em abril de 2014.

³⁴ Na caracterização e organização do Curso Técnico em Agroecologia alguns elementos são comuns ao Curso Técnico em Agroecologia e a Escola estes serão escritos como Escola/Curso.

Neste item vamos apresentar o processo de organização do curso Técnico em Agroecologia, oferecido pela Escola 25 de Maio, aos estudantes vinculados aos assentamentos do MST, existentes no município de Fraiburgo, em Santa Catarina. O objetivo central desse curso segundo o PPP (2014) é formar técnicos em Agroecologia com capacidade técnica e conhecimento político para contribuir com os camponeses na mudança da matriz tecnológica do agronegócio, para a matriz tecnológica da Agroecologia. A mudança de matriz tecnológica significa, como já afirmamos anteriormente, produzir alimentos saudáveis.

Para alcançar seu objetivo central que é a formação técnica e política dos seus estudantes, a Escola, em seu PPP (2013), traz a forma que orienta a organização das atividades pedagógicas. No decorrer desse item pode-se perceber que toda organização do Curso Técnico em Agroecologia está fundamentada nos princípios organizativos da educação do MST, ou seja, na Pedagogia do Movimento Sem Terra³⁵. Esta forma de organização escolar que o PPP (2014) sinaliza é para dar conta de formar o Técnico em Agroecologia que possa contribuir política e tecnicamente na produção de alimentos saudáveis. Segundo membro do conselho da Escola/Curso³⁶ Este é o desafio posto para o Curso pelo MST, ao lutar por pelo Curso Técnico em Agroecologia.

Seguimos agora com a descrição de como o Curso Técnico em Agroecologia se caracteriza e como ele está organizado, qual sua estrutura física, como é a formatação do quadro de profissionais que trabalham nesse Curso, assim como a organização da grade curricular e quando acontecem as aulas da área técnica do referido Curso.

O Curso Técnico em Agroecologia da Escola 25 de Maio, pelo seu formato, pode ser equiparado a uma Escola Fazenda³⁷. Esta Escola

³⁵ A pedagogia do Movimento Sem Terra se fundamenta nas matrizes pedagógicas do trabalho, da luta, da organização coletiva, da cultura e da história. Ver CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*.

³⁶ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de Terra.

³⁶ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril 2014.

³⁷ O Sistema Escola-Fazenda foi introduzido nas Escolas Agrotécnicas Federais do país dentro do princípio de “aprender a fazer e fazer para aprender”. Sendo a

para hospedagem dos estudantes do Curso Técnico em Agroecologia no Tempo Escola (TE), como acima citado, conta com 2 dormitórios, um masculino e outro feminino. No período em que os estudantes permanecem na escola, além de participar das aulas dos componentes curriculares, como já foi dito anteriormente, eles também desenvolvem outras atividades, tais como: limpar a sala de aula e os alojamentos, levar o lixo para o local destinado, lavar a louça, preparar o café e as refeições em dias que não têm aula, organizar e fazer a mística, limpar o alojamento, além dos trabalhos da produção de alimentos saudáveis, do cuidado dos animais como: suínos, gado leiteiro e ovelhas. A estes se soma o trabalho da horta, do jardim, do PRV e de algumas oficinas relacionadas à produção animal e vegetal. Dentre as oficinas³⁸ podemos

ênfase desse sistema, por suas peculiaridades, a produção de alimentos visando o auto-abastecimento da escola, o aluno dedica mais tempo no trabalho de campo do que propriamente ao estudo. Nas escolas que têm vínculo com o MST, como é o caso da Escola 25 de Maio, há uma coordenação que organiza a distribuição do trabalho articulada ao estudo.

se caracteriza por ter o regime de internato para todos os alunos. O internato além de ser necessário para o A pedagogia do Movimento Sem Terra se fundamenta nas matrizes pedagógicas do trabalho, da luta, da organização coletiva, da cultura e da história. Ver CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*.

³⁷ Entrevista concedida próprio funcionamento do sistema escola-fazenda, que apresenta inúmeras atividades fora do horário convencional de aulas, faz com que o aluno viva a escola. Tal fato colabora para que o aluno assimile um sentido de coletividade que, dificilmente, conseguiria ter numa escola urbana. (SOBRAL. 2005, p. 122-123).

³⁸ Oficinas são aulas práticas onde os alunos aprendem fazer fazendo. Elas funcionam da seguinte forma: um profissional que sabe fazer alguma coisa, primeiro mostra para os educandos como se faz e depois pede para os alunos fazerem. Nessas oficinas não há presença de muita teoria, são práticas realizadas para aprender a fazer algo. Exemplo da oficina de fazer biofertilizantes: o profissional que sabe como se faz e quais os ingredientes que necessita para fazer o biofertilizantes pega os ingredientes reúne-os no local

citar a produção de biofertilizantes, caldas, como a calda bordalesa, calda sulfocálcica, castração de animais, mochamento de novilhas entre outras.

Para atender a demanda de trabalho nas atividades de produção de horta, suíno, gado leiteiro, agrofloresta, ovinos, o Curso organiza as turmas para que sempre uma turma esteja no Tempo Escola (TE), conforme registram os estudantes entrevistados.

Aulas de campo todas as quartas os alunos são divididos e cada NB faz uma prática, um vai roçar os piquetes, outro vai capinar, outros vão arrumar a horta, outros vão arrumar as cercas. Antes de ir fazer as práticas é discutido é citado o nome das pessoas do que vai fazer. Sobre o trabalho realizado não volta para sala de aula fica por isso (Estudante 3º ano)³⁹.

Tem só as práticas do Tempo Trabalho que são duas vezes por semana. Eu que sou do bovino nós tem que arrumar as cercas ir atrás das vacas arrumar o piquete para as vacas, é difícil de entrar para sala de aula (Estudante 2º ano)⁴⁰.

Só o trabalho feito duas vezes por semana e não relacionado a nenhuma disciplina específica que é o trabalho de tirar leite, roçar os piquetes, arrumar a cerca, plantar a horta... (Estudante 2º ano)⁴¹

onde se realizará a oficina. Os estudantes se reúnem ao redor dos ingredientes e o profissional fica junto aos ingredientes e faz uma conversa com os alunos apresentando os ingredientes que utilizará na fabricação dos biofertilizantes. Após isso o profissional fala para os alunos a sequência e a forma de utilização de cada ingrediente e os estudantes colocam em prática a receita.

³⁹ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em Abril de 2014.

⁴⁰ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em Abril de 2014.

⁴¹ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em Abril de 2014.

No recesso escolar de final de ano quem assume os trabalhos de manutenção da Escola, no que se refere ao cuidado dos animais, são pessoas do Assentamento ligadas à Escola. Segundo o PPP (2013) da Escola, o curso Técnico em Agroecologia se orienta pelo “Ciclo de Alternância”⁴². Essa forma de organizar as atividades do ano letivo se define por dois momentos, ou tempos distintos, mas que se relacionam e interagem entre eles. Um momento/tempo em que os educandos permanecem por um período na escola, para estudo dos componentes curriculares previstos no Programa do Curso, que é o período conhecido por Tempo Escola (TE). Mas também existe um outro tempo/período em que educandos permanecem na sua comunidade, ou na propriedade dos pais, para desenvolver atividades designadas pelo Curso e contribuir no processo de produção e de organização desta produção, junto com a família, a comunidade ou a organização à qual pertence. Este é chamado de Tempo Comunidade (TC). As atividades do TC, segundo o PPP (2014), seriam acompanhadas pela Escola. Essa integração visaria proporcionar ao educando a possibilidade de desenvolver a prática sobre a teoria discutida no TE e na volta ao TE seriam novamente discutidos na realização de seminário sobre as atividades realizadas.

Mas, segundo professores e o Conselho Deliberativo Escolar, o acompanhamento ao TC fica impossibilitado por falta de profissionais e de recursos financeiros para deslocar e manter estes profissionais nas comunidades onde residem os alunos, quando estes realizam o TC. Por isso, este acompanhamento ficaria sob a responsabilidade das lideranças locais do MST e/ou de organizações sociais das comunidades em que os estudantes residem, mas isso nem sempre acontece. E, do mesmo modo, também o seminário acima mencionado não acontece e, quando acontece, é sem qualidade, segundo informação do membro do Conselho Deliberativo Escolar.⁴³ De igual modo, os estudantes

⁴² Sobre ciclos de Alternância ver RIBEIRO (2008).

⁴³ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em Abril de 2014.

entendem ou vivem este Tempo Comunidade como um período de Férias.

O Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio, de agora em diante denominado Curso, se organiza em torno do currículo comum do Ensino Médio, além das disciplinas do Ensino Técnico em Agroecologia. Os professores são da rede estadual do ensino e, além de trabalharem nessa Escola, a maioria deles leciona também em outras instituições escolares. Além dos professores que trabalham as disciplinas do currículo comum do Ensino Médio, o Curso da Escola 25 de Maio conta com 7 professores que estão ligados à formação técnica. São professores contratados pela SED/SC, pela forma de admissão por contrato temporário- ACT. Isto quer dizer que todo ano é lançado um edital para contratação de professores. Nesse Edital, segundo membro do Conselho Deliberativo Escolar e da Direção da Escola,⁴⁴ nada diz a respeito da formação que o professor precisaria ter para trabalhar as disciplinas nas áreas técnicas. O que conta é o currículo do concorrente e, normalmente, o tempo de profissão.

Por ser dessa forma, de modo geral, todo ano uma parte dos professores não permanece, sendo substituída por outros professores. Segundo informações obtidas junto ao Diretor da Escola e do Conselho Deliberativo, parte dos professores que trabalham as disciplinas da área técnica não tem formação qualificada, ou, falta formação para trabalharem as disciplinas para as quais foram contratados.⁴⁵ Isto é possível perceber quando conferimos a formação dos professores contratados para atuarem na área técnica. Os professores contratados para trabalhar as disciplinas do ensino técnico têm a seguinte formação: tecnólogo em Agroecologia, bacharel em Gestão Ambiental, licenciado em Pedagogia, licenciado em História, bacharel em Administração, licenciado em Ciências Biológicas e licenciado em Matemática.

O Curso destina um tempo semanal de duas horas para atividades de auto-organização dos estudantes. Todas as segundas feiras, das oito horas às dez horas da manhã, é o tempo destinado aos estudantes para

⁴⁴ Informações recebidas na entrevista concedida a Paulo Davi Johann em abril de 2014.

⁴⁵ Essas informações foram obtidas pela entrevista concedida a Paulo Davi Johann em abril de 2014.

exercer seu direito à organização. Este tempo é dividido em dois momentos. Há o momento das reuniões dos NBs e outro momento que é o do encontro de todos os NBs para a socialização das discussões. No tempo dos NBs, são discutidos os problemas da convivência do cotidiano na Escola, mas é também o momento de avaliação, tanto dos aspectos pedagógicos, como, por exemplo, a avaliação dos professores, como dos trabalhos que garantem o funcionamento da Escola, como a avaliação do trabalho realizado durante a semana. As avaliações são tanto do aspecto coletivo quanto do aspecto individual, ou seja, de cada um dos estudantes, assim como é o momento em que se faz o planejamento dos trabalhos a serem desenvolvidos durante a semana. A partir das observações pode-se perceber outro aspecto que é importante salientar é que nas reuniões dos NBs acontecem momentos em que são feitas algumas reflexões sobre o trabalho, como, por exemplo, discute-se sobre a importância do trabalho na Escola, apontando que, se alguém não fizer sua parte, acabará prejudicando todo coletivo.

Nesse mesmo momento, os professores reúnem o grupo orgânico (GO) para discutir questões relacionadas ao trabalho de campo e questões pedagógicas que incidem sobre o trabalho realizado pelos alunos, assim como levantar elementos que possam contribuir com a reflexão sobre o trabalho realizado pelos alunos.

Após as reuniões dos NBs e do Grupo Orgânico (GO) dos professores, também se reúnem todos os estudantes com a participação de alguns representantes do GO, para o momento da socialização. Nesse tempo são apresentadas as sínteses das discussões e o planejamento da semana. Após a apresentação, abre-se espaço para esclarecimentos e para o debate sobre algumas questões que se apresentam mais polêmicas. Após este momento encaminham-se as propostas para serem executadas.

O Curso organiza-se em torno do currículo comum do Ensino Médio, com uma carga horária de 2.400 horas, e do currículo das disciplinas da área técnica, num total de 864 horas sem considerar o estágio curricular obrigatório que é de 600 horas. O estágio curricular está dividido em 120 horas, no primeiro ano, 120 horas no segundo ano e 360 horas no terceiro ano, conforme o quadro abaixo. O estágio no

primeiro e segundo ano é realizado no final de cada ano. Já o estágio do terceiro ano é realizado no último TC. Após a realização do estágio o aluno precisa fazer o relatório de estágio que será apresentado na última etapa do TE.

Áreas	Disciplinas	1ª série aulas semanais	2ª série aulas semanais	3º série aulas semanais	Carga horária total
	Língua Portuguesa	3	3	3	288
	Matemática	3	4	2	288
	Arte	2	2	1	160
	Língua Estrangeira Moderna Espanhol	2	2	2	192
	Educação Física	3	2	1	192
	Química	3	2	1	192
	Historia	2	2	2	192
	Física	2	3	1	192
	Biologia	2	3	1	192
	Geografia	2	2	2	192
	Filosofia	2	2	1	160
	Sociologia	2	2	1	160

	Disciplinas	1º Ano	2º Ano	3º Ano	Carga Horária Total
	Técnicas Agroecológicas	3	-	-	96

Recursos Naturais	Solos	2	-	-	64
	Solos	2	-	-	64
	Agroecologia e Agrofloresta	-	2	-	64
	Fruticultura	-	2	-	64
	Plantas Medicinais e Homeopatia	-	2	2	128
	Fundamento e Manejo de Pastagens	2	-	-	64
	Agroindústria	-	2	-	64
	Zootecnia e criações alternativas	2	2	-	128
	Topografia	2	-	-	64
	Administração na agroecologia	-	-	2	64
	Culturas Anuais e Olericultura	-	-	2	64
	Subtotal	11	10	6	864
Total Sem Estágio	-	-	-	3264	
Estágio Curricular Obrigatório	-	-	-	-	
Total Estágio	120	120	360	600	

	horas				
	Total Geral	42	42	34	3864

Grade Curricular Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio.
Fonte: Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola 25 de Maio.

Das 864 horas das disciplinas da área técnica podemos perceber que 352 horas são destinadas ao primeiro ano, 320 horas são do segundo ano e 192 horas são do terceiro ano. Se olharmos, segundo informações recebidas de diversos sujeitos da pesquisa, professores, Direção da Escola, Coordenador do Curso, Orientador de convivência todos falaram que das aulas técnicas, principalmente no segundo e terceiro ano, as aulas técnicas acontecem no período da noite. Segundo observação das 10 disciplinas da área técnica, 7 acontecem à noite e três durante o dia.

Ainda em relação à organização da grade do currículo técnico, a maioria das aulas técnicas acontece no primeiro ano, ou seja, das 10 disciplinas cinco acontecem no primeiro ano que são: Técnicas Agroecológicas, com 96 horas; Solos, com 64 horas; Fundamento e Manejo de Pastagens, com 64 horas; Zootecnia e criações alternativas, com 64 horas; Topografia, com 64 horas. No segundo ano as disciplinas técnicas são assim distribuídas: Agroecologia e Agrofloresta, com 64 horas; Fruticultura, com 64 horas; Plantas Medicinais e Homeopatia, com 64 horas. Para o terceiro ano é que tem o menor número de disciplinas e a menor carga horária que se encontra distribuída dessa forma: Plantas Medicinais e Homeopatia, com 64 horas; Administração na Agroecologia, com 64 horas e Culturas Anuais e Olericultura, com 64 horas. Cada hora aula equivale aos 48 minutos quando realizada de dia e trinta e cinco minutos quando realizadas à noite.

Apresentei aqui a grade curricular, que faz parte da organização do Curso que servirá de elemento para discutir a formação técnica em Agroecologia neste Curso que é o foco da pesquisa. Voltarei sobre a organização curricular quando analisar como se dá a formação do Técnico em Agroecologia proporcionada pela Escola 25 de Maio.

O Curso oferecido nessa Escola toma, como referencial pedagógico, a Pedagogia do Movimento, que engendra em seu interior o trabalho como princípio educativo, assim como a organização coletiva. Estas são matrizes formativas, que, na história da humanidade, formaram o ser humano. Nesse sentido segundo Freitas (2015) os

pedagogos russos: Pistrak, Shulgin e Makarenko, a partir das leituras de Marx e Engels, introduzem na reorganização da escola, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), para formar um novo ser humano para a nova realidade que estava em processo de construção com a revolução socialista. Como o objetivo do MST é transformar a sociedade capitalista e construir uma sociedade de seres humanos emancipados, para esse Movimento a educação escolar poderá ser instrumento que contribua para a emancipação destes seres humanos, através da superação da sociedade de classes. Para isso, buscaram-se, nesses autores, elementos que possam contribuir na formação do educando, na perspectiva da formação omnilateral que também é o objetivo do MST. É nessa compreensão que a matriz pedagógica da pedagogia socialista, com base nos autores acima citados, fornece elementos fundamentais para implementar a educação escolar que o MST pretende desenvolver. O diferencial desta pedagogia é ter o trabalho como princípio educativo, porque é o trabalho que pode fornecer os elementos que ligam a escola à vida (Shulgin, 2013).

O Curso, cujo objetivo segundo o PPP (2013), é formar não só o Técnico em Agroecologia, mas também o ser humano em todas as suas dimensões, em que o trabalho seja atividade criadora e não alienante, busca orientar-se pela matriz pedagógica do trabalho como elemento central nessa formação. Para Shulgin (2013) Por matriz pedagógica do trabalho entende-se que a formação deve partir do trabalho, mas não de qualquer trabalho. O trabalho como princípio educativo é o trabalho social. É aquele ligado à produção real, que é socialmente útil, ou trabalho concreto como produtor de valor de uso.

O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e, de outros procedimentos metodológicos capazes de

ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. (PISTRAK, 2000, p. 38).

A partir do trabalho socialmente útil, como elemento formador do ser humano, é possível ao educando compreender as relações sociais que se estabelecem no ato da produção. Estas relações devem fazer parte das discussões teóricas que se concretizam em sala de aula. Portanto, o trabalho na escola integrado ao ensino, como elemento central na formação do ser humano, possibilita a formação de sujeitos não só críticos, autônomos, mas, acima de tudo, seres humanos que tenham capacidade técnica e política de intervir sobre a realidade concreta para transformá-la. E no caso da Escola 25 de Maio, que oferece a formação de Técnicos em Agroecologia, é formar seres humanos, de fato, mais humanizados por compreender a realidade do campo, de como a sociedade de classes, sob a divisão do trabalho, roubou do camponês, além da sua terra, a capacidade criadora e o aliena ao agronegócio e, dessa forma, o desumaniza. Assim, a formação, a partir da união do trabalho com o ensino, é capaz de proporcionar a formação em todas as dimensões do ser humano, possibilitando que este possa contribuir junto aos camponeses na construção de processos de produção agroecológica, que venham a se contrapor ao atual paradigma de produção do capital no campo.

Esta pedagogia está presente desde o começo do funcionamento da Escola (MOHR; RIBAS, 2012 p. 2). Para isso, o Curso Técnico em Agroecologia, foco desta pesquisa, prevê no seu PPP a articulação com a comunidade como segue: “O trabalho e a organização dos alunos na Escola deverão ter uma ampla ligação com a vida da comunidade, no mesmo sentido a comunidade deverá discutir os rumos da escola e se organizar junto a ela” (PPP, 2013, p. 28). O curso técnico se organiza em tempos educativos, a saber:

a) Tempo Aula: é destinado ao estudo dos componentes curriculares;

b) Tempo Trabalho Educativo: é destinado ao trabalho na Escola, como limpar a sala, lavar a louça, limpar refeitório e alojamento, recolher o lixo, assim como o trabalho na produção. “Estas atividades têm por finalidade garantir que os educandos valorizem o trabalho prático sem distinção de sexo, deixando

claros a importância da divisão de tarefas e o trabalho coletivo” (PPP, 2013, p.14).

c) Tempo Oficina: é destinado a fazer oficinas para aprender alguns ofícios importantes na vida material e cultural.

d) Tempo Leitura: é destinado semanalmente para leitura individual ou coletiva sob a orientação do educador responsável pela atividade.

e) Tempo Atividades Culturais: é destinado à apresentação das místicas ou de outras atividades culturais como: dança e capoeira, etc.

f) Tempo Seminário: tempo destinado para preparação e apresentação de debates, seminários, ou de outras atividades de interesse da coletividade.

g) Tempo Núcleo de Base: é destinado para auto-organização dos educandos. Nesse Tempo NB os educandos podem fazer avaliações sobre os encaminhamentos da Escola, como a participação individual e coletiva de cada educando nas tarefas, no trabalho, e ainda sobre os demais assuntos do cotidiano da Escola.

h) Tempo Comunidade: é o Tempo de uma etapa para outra em que os educandos estarão diretamente envolvidos nas atividades produtivas e/ou organizativas na sua família, na comunidade ou na organização a qual pertencem. “Sua vivência social deve ser vista como um processo contínuo de formação do ser humano” (PPP, 2013 p. 14).

i) Tempo Práticas Agroecológicas: é destinado às atividades de práticas de campo em experimentos, tendo em vista a pesquisa e a produção de alimentos para o sustento da Escola.

Sobre a organização do trabalho: no Curso pesquisado o trabalho se organiza através das práticas de campo a serem realizadas pelos estudantes nas unidades didáticas. Eram sete as unidades didáticas

até o ano de 2012, a saber: horticultura, bovinocultura, jardinagem, culturas⁴⁶, agroflorestal, Siscal⁴⁷ e ovo móvel⁴⁸. Dessas 7 unidades, atualmente, são 3 as que estão em funcionamento devido à diminuição do número de estudantes, como anteriormente afirmado, segundo as informações prestadas pelo Diretor e pelo Professor de convivência, da Escola.

As unidades didáticas foram concebidas pela Escola/Curso como espaços educativos onde estaria a possibilidade de proporcionar aos educandos a relação da teoria com a prática. Ou seja, este espaço estaria aberto para relacionar os conteúdos estudados em sala de aula, visando colocá-los em prática e, desta forma, contribuir para o aprendizado dos educandos, principalmente quanto ao conteúdo técnico. É preciso reconhecer a importância deste espaço educativo, oportunizado pela Escola, no que poderá contribuir para viabilizar a unidade entre trabalho e ensino, articular a teoria com a prática, conforme está proposto no PPP (2013), assim como nos princípios pedagógicos das escolas do MST.

Segundo informações da Direção da Escola, para que todos os alunos pudessem se apropriar das técnicas de produção agroecológicas, a partir da relação do trabalho prático com a teoria estudada em sala de aula, seria necessário que cada um dos alunos passasse por todas as unidades didáticas durante o curso. Nesse sentido, a concepção da Escola/Curso é a de fazer o rodízio com os estudantes pelas unidades didáticas.

A Escola se organiza para trabalhar o processo pedagógico de acordo com as estratégias de formação dos educandos que é concebida pelo MST. Esta organização da Escola é entendida pelos estudantes, pais, professores e Conselho Deliberativo Escolar como um espaço importante na formação agroecológica para filhos e filhas de camponeses assentados da Reforma Agrária ou outros das comunidades

⁴⁶ Culturas é o nome dado a tudo o que se refere à produção de cereais.

⁴⁷ É o nome dado à produção de suínos ao ar livre, com uso de cabanas para a matriz abrigar os leitões quando nascem e durante o processo de aleitamento para se proteger do frio e da chuva.

⁴⁸ Ovo móvel é o nome dado à produção de galinhas poedeiras (produção de ovos) em sistema de piquetes, a partir de um galinheiro móvel que pode ser transportado ao lugar onde tenha pastagem.

tradicionais. “Para nós é um orgulho de ter uma escola dessas. Porque foi uma conquista nossa e como estava dizendo tem uma estrutura ali que muitas outras escolas não têm e nós temos”. (Liderança MST)⁴⁹.

Sobre a auto-organização dos estudantes: A Escola 25 de Maio tem por objetivo a formação humana no sentido de todas as suas dimensões, ou seja, a formação integral do ser humano. (PPP, 2013, p, 10). A participação dos estudantes na vida desta Escola é uma prática que foi buscada desde a sua criação. Para que a participação seja mais efetiva os estudantes se organizam em coletivos. Ou seja, se auto-organizam. A forma pela qual os estudantes se organizam são os Núcleos de Base (NBs), que se constituem como alicerces da organização. A função dos NBs é discutir a convivência entre os educandos, avaliar e propor sobre as atividades práticas e teóricas da Escola, ou seja, é um espaço em que os estudantes podem contribuir com a melhoria da escola.

Sobre a formação do coletivo de professores: Segundo o PPP da Escola 25 de Maio, que oferece o Curso Técnico em Agroecologia, os professores deverão se organizar num coletivo como forma de possibilitar a formação e a autoformação continuada destes professores, nas distintas áreas de sua atuação. Os coletivos pedagógicos seriam formados para funcionar como espaços de autoformação permanente, através da reflexão sobre a prática do estudo, das discussões e da própria preparação para outras atividades de formação, de fazer o planejamento das atividades referentes às práticas. (PPP, 2013, p, 9). Por essa razão, compreender que a formação dos professores acontece em diferentes espaços da prática pedagógica é fundamental numa escola.

Este coletivo de professores, que deveria se reunir conforme o PPP da Escola, uma vez por semana, devido ao trabalho que a maioria dos professores assume em várias instituições de ensino, nem sempre é

⁴⁹ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014.

possível que estes professores possam se reunir. Isto pode ser confirmado na fala do coordenador do Curso Técnico em agroecologia.

“[...] a gente está tentando fazer com alguns educadores e nem sempre a gente consegue todos porque alguns trabalham em outras escolas e nos sábados tem dificuldades para virem por dificuldades de transporte, mas com estes educadores que a gente conseguiu atingir achei muito proveitosa esta reunião” (coordenador do Curso).⁵⁰

Esta é a realidade da Escola/Curso em relação ao que diz o PPP (2013) e à dificuldade em efetivar este PPP no cotidiano da Escola, principalmente no Curso Técnico. Digo principalmente, porque a forma de contratação dos professores, realizada pela SED/SC, não é feita conforme a capacitação e, além disso, os mesmos não são contratados exclusivamente para a Escola ou o Curso, conforme veremos a seguir.

Sobre o conflito gerado pela dupla vinculação da Escola 25 de Maio: O conflito existente no interior da Escola/Curso explica-se porque esta é uma Escola que, por um lado, está vinculada à Secretaria Estadual de Educação (SED/SC) e, por outro lado, tem vínculo com o MST. Esta dupla vinculação não se dá, porém, em harmonia. A partir de informações coletadas com o Conselho Escolar, e com o Diretor da Escola⁵¹ percebe-se que existem conflitos gerados entre a SED/SC e o MST, mais propriamente, com o Setor de Educação deste Movimento. Os conflitos são constantes, principalmente no que se refere à contratação de professores com qualificação adequada para trabalhar nas áreas técnicas, assim como profissionais preparados para acompanhar os estudantes no Tempo-Escola (TE). Além disso, não atende a demanda que existe no sentido de contratar profissionais qualificados e específicos para a Escola e para o Curso Técnico em Agroecologia,

⁵⁰ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em Novembro 2014.

⁵¹ Entrevista cedida a Paulo Davi Johann abril de 2014

tanto na área técnica quanto política, para lecionar as disciplinas deste Curso, assim como professores/técnicos para acompanhar os estudantes nos trabalhos de campo na própria Escola, no Tempo-Escola (TE), como acompanhar o trabalho dos estudantes no Tempo-Comunidade (TC).

Estes conflitos e contradições entre SED/SC e Escola/MST podem ser compreendidos na ótica da luta de classes, que se estabelece no âmbito das relações sociais de produção e perpassam a educação escolar. No caso da Escola 25 de Maio, esta contradição é percebida quando se olha para esta Escola e se vê a falta de profissionais qualificados, como acima registrado, para trabalhar a formação técnica, tanto no que diz respeito aos professores que respondem pelas disciplinas técnicas, quanto aos que acompanham o trabalho de campo. A pergunta é: será que a ausência de qualificação técnica dos educadores contratados poderá interferir na qualidade da formação do Técnico em Agroecologia com capacidades técnico-políticas referidas nos objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico? (PPP, 2013)⁵². Nesses objetivos é proposta a formação de Técnicos em Agroecologia, técnica e politicamente capacitados para contribuir junto à agricultura camponesa de forma geral e, em particular, com os assentados da Reforma Agrária.

3.3- A relação da teoria e prática no Curso Técnico em Agroecologia na Escola 25 de Maio

Nesse item, a partir da leitura de documentos da Escola 25 Maio do Curso Técnico em Agroecologia, de observações feitas pelo pesquisador *in loco*, e de informações coletadas através de entrevistas dos sujeitos da pesquisa, irei tentar buscar dados relacionados à

⁵² Seria necessário perguntar, ainda, se as condições de trabalho e os salários pagos aos professores podem despertar seu interesse em ampliar suas qualificações, bem como, se as várias escolas nas quais precisam atuar para preencher seu tempo de trabalho lhes permite dedicar-se integralmente a cada uma delas.

formação do técnico em agroecologia. Os dados que passarei a registrar são referentes a algumas categorias que se referem à questão central da pesquisa. Como se dá a formação do Técnico em Agroecologia, no Curso Técnico em Agroecologia proporcionada pela escola 25 de Maio, e, em que medida se encontram articuladas ou desarticuladas a teoria e a prática na formação desse técnico? Estas categorias podem ser identificadas como sendo o trabalho como princípio educativo, a relação teoria e prática, a competência técnica em Agroecologia, a compreensão da Agroecologia, a relação professor e aluno, a relação com o Estado, a auto-organização dos estudantes, o método pedagógico próprio do MST e o método pedagógico utilizado pelos professores.

Conforme informações contidas nas atas do Conselho Escolar, há registros de que a o Curso nasce com o objetivo de formar os educandos, aliando teoria e prática a partir da formação no e pelo trabalho ligado à agricultura e à produção de alimentos saudáveis. Nesse sentido, o trabalho na produção feito pelos próprios educandos tem na base a Agroecologia, na auto-organização dos estudantes e do corpo docente, na participação da comunidade escolar na gestão da Escola/Curso, como princípios que orientam a ação pedagógica do Curso Técnico em Agroecologia. Estes princípios pedagógicos estão na base da Educação do MST, e nesses princípios o trabalho e, no caso do curso, o trabalho agroecológico, é o elemento central, pois a Escola e o MST compartilham da concepção de educação que compreende o trabalho como possibilidade de união entre teoria e prática.

Portanto, os vinte e três anos de existência da Escola 25 de Maio, e os 10 anos do Ensino Médio integrado e, mais especificamente, os seis anos de Curso Técnico em Agroecologia integrado ao Ensino Médio vinculado à SED-SC, demonstram existir problemas relacionados principalmente no que se refere ao trabalho pedagógico que se propõe a unir teoria e prática na formação do técnico militante exigido pelos Movimentos Sociais Populares do Campo de forma geral e, em específico, pelo MST. Para apreender como os alunos, Direção da escola, professores, pais, Conselho Escolar, e o MST, através de sua liderança local, compreendem o trabalho como princípio educativo e a união entre teoria e prática, e como isto acontece na prática da Escola, busquei obter estas informações através de entrevistas, observação e leitura de documentos onde aparecem estas questões e se, de fato, o que está escrito nos documentos condiz com o que está acontecendo na

prática pedagógica da Escola e no Curso em Agroecologia, para posterior análise.

Passarei agora ao registro das informações coletadas. Começo, em primeiro lugar, pela categoria trabalho como princípio educativo. O trabalho realizado pelos educandos na produção, horta, PRV, ordenha das vacas, fornecer alimento aos suínos, enfim todo trabalho realizado pelos educandos para que a Escola possa ter a produção sempre acompanhada pelo orientador de convivência.

Percebeu-se que, quando não havia ninguém que acompanhasse o trabalho dos educandos, estes trabalhavam pouco. Para deixar isso mais claro, vou descrever duas atividades que acompanhei com educandos do segundo ano. A primeira atividade foi de um grupo de três educandos que, neste dia, ficaram responsáveis por limpar e reformar a cerca da encerra dos porcos. Os alunos saíram da Escola no horário determinado, ou seja, às treze horas e trinta minutos e chegaram ao local de trabalho cinco minutos depois. Quando chegaram trabalharam em torno de vinte minutos e já sentaram; ficaram mais ou menos vinte minutos sentados, quando um se levantou e foi até a Escola pegar água para beber, pois, segundo eles, estavam todos com sede. Enquanto isso, dois ficaram sentados aguardando aquele que foi buscar água. Demorou em torno de quinze minutos quando aquele que foi buscar água e voltou. Os três beberam água e voltaram ao trabalho.

Com isso fica clara a resposta dada por um entrevistado do segundo ano, quando perguntado sobre o que ele menos gostava na Escola ele assim respondeu: “o que menos gosto é que tem dias que não é muito bom de trabalhar”. Outro estudante entrevistado assim respondeu. “O trabalho que a gente faz aqui é tudo que a gente faz em casa, carpir, roçar...”. Segundo o Professor⁵³, o que se desenvolve de atividades nas unidades didáticas são muito mais atividades de sobrevivência do que atividades de aprendizado. Esta mesma questão percebi durante a minha visita de observação. Para deixar mais claro

⁵³ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em novembro de 2014.

esta questão, vou me referir a um tempo de trabalho de campo em que o Técnico da ATER⁵⁴, que trabalha na assistência técnica junto aos assentados, veio contribuir com a Escola. A contribuição desse Técnico foi no planejamento e execução do PRV, com a ajuda dos alunos. Nesse dia, o Técnico veio e conversou com os alunos dizendo quais as ferramentas de que necessitava para dar início à construção do PRV. A partir dessa conversa encaminhou os alunos para que arrumassem as ferramentas.

Tão logo os alunos arrumaram as ferramentas o Técnico junto com os alunos, ou seja, todos saíram do pátio da Escola. Quando eles chegaram ao local onde iriam começar a construção do PRV, o Técnico falou o que cada aluno deveria fazer para tirar o esquadro de modo que a cerca ficasse bem reta, e que a divisão dos quadros que comporiam cada piquete pudesse ficar uniforme. Começaram a realizar o trabalho de tirar as medidas para, posteriormente, fincar os palanques que iriam servir para fazer a cerca dos piquetes. Durante as duas horas de trabalho destinado a este fim o tempo todos os alunos só faziam sob a voz de comando do Técnico. Os alunos não faziam nada sem o Técnico pedir e dizer o que era para fazer. Assim, nessas duas horas de trabalho não terminaram de marcar o lugar onde seriam fincados os palanques.

Antes de encerrar o tempo disponível, o Técnico perguntou aos alunos se eles gostariam de continuar, no próximo tempo trabalho de campo, com este trabalho, pois ele não poderia vir a contribuir devido ao fato de ter outros compromissos assumidos junto aos assentados onde ele presta o serviço de assistência técnica. A resposta dos alunos foi a de não continuar, pois não haviam compreendido a forma de medição. Percebeu-se, nessa situação, que o trabalho de conceber a forma de realizar a medição foi feito pelo Técnico sem a contribuição efetiva dos alunos. O momento essencial de explicar como deveria ser feita esta medição seria o momento da prática e de uma posterior retomada em

⁵⁴ O Curso Técnico em Agroecologia, pelas dificuldades encontradas para contratar um técnico qualificado que possa acompanhar o trabalho de campo dos estudantes, conseguiu negociar com a equipe técnica da ATER, que presta serviço aos assentados da região de Fraiburgo, para que algum desses técnicos contribuísse esporadicamente com o trabalho de campo realizado pelos estudantes desse Curso.

sala aula. Nesse sentido, coube aos alunos realizarem um trabalho manual sem compreender o processo de conceber esse trabalho. Nesse sentido, faltou didática ao técnico para ensinar a partir da prática, demonstrando a falta de formação pedagógica. Isso demonstra também a existência de outro problema que aparece nas observações feitas pelo pesquisador, que tem relação com o horário das aulas, que a maioria acontece à noite pela falta de disponibilidade dos professores contratados na área técnica de trabalhar a prática e, a partir disso, voltar à teoria para ter uma compreensão melhor do que é feito, conforme veremos mais adiante.

A partir dos estudos feitos sobre o papel do trabalho na formação humana enquanto atividade criadora (MARX, 1968), sintetizados no primeiro capítulo, quando perguntado a um professor o que seria o trabalho, ou o que compreendia sobre o trabalho como princípio educativo, se este era sinônimo de prática, o entrevistado assim se reportou: “tudo o que faço, queira ou não queira, é prática, e tudo o que eu faço também é trabalho. Para mim toda atividade é trabalho, o trabalho intelectual e manual tudo é prática”⁵⁵

A partir do que ouvimos tanto de estudantes como de professores, e do observado percebe-se que falta aos professores desse Curso uma compreensão do que é o trabalho como princípio educativo. Segundo Shulgin (2013) o trabalho como princípio educativo não é esse realizado no âmbito escolar, mas é aquele que é realizado no entorno da escola, na comunidade e não só pela escola e sim em conjunto com as organizações da comunidade. O trabalho para ser considerado como princípio educativo deve ser considerado um trabalho socialmente necessário. Esse trabalho feito no âmbito da escola poderá servir como princípio pedagógico. Então o trabalho realizado na Escola 25 de Maio pelos estudantes do Curso poderia ser considerado trabalho como princípio pedagógico se tivesse relação aos conteúdos curriculares ou extracurriculares do Curso. Mas o que demonstra ser não é isso, mas

⁵⁵ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em novembro 2014.

pelo contrário, demonstra ser um trabalho repetitivo e penoso, isso que Marx (1968), na mesma obra, chamou de trabalho em que o trabalhador só usa o corpo as pernas e os braços.

No curso a participação dos estudantes no processo de organização, planejamento e execução dos trabalhos acontece, ainda que de forma embrionária, no sentido da educação emancipatória. Sabendo-se das dificuldades que o Curso apresenta em relacionar teoria e prática a partir do trabalho como elemento fundamental na educação que quer formar sujeitos com capacidades técnica e política. Esta relação é essencial no sentido de que possibilita ao estudante se apropriar do conhecimento sobre o trabalho, de forma unificada, em que se articulam teoria e prática. É o trabalho visto como práxis. Nesse caso, há uma pequena diferença em relação às escolas regulares, oferecidas às camadas populares, porque nestas o conhecimento está completamente dissociado do trabalho, portanto é apresentado e apropriado de forma unilateral, ou o conhecimento prático que se refere ao desempenho profissional, ou o conhecimento teórico dele distanciado porque não há garantias de que os estudantes sairão empregados ao fim dos cursos que frequentam. Na busca de uma formação omnilateral, em que se articulem os conhecimentos práticos e os teóricos, o Curso na Escola 25 de Maio, com o acompanhamento do Setor de Educação do MST, procura romper com esta separação teoria e prática.

O problema maior na dificuldade de vincular teoria e prática no Curso Técnico em Agroecologia na Escola 25 de maio se apresenta na estrutura organizativa escolar como em as aulas que acontecem a noite, profissionais não qualificados para as funções que exercem no âmbito escolar. Mas, Por outro lado, mesmo quando se tem alguma possibilidade em trabalhar atividades que possam unir teoria e prática a partir do trabalho se apresentam outros problemas que estão relacionados a subjetividade do educando e do educador.

Estas dificuldades se devem à questão cultural dos estudantes, ou seja, questões que, devido à divisão do trabalho, foi disseminada uma forma de pensar no ser humano que limita a participação efetiva no planejamento e avaliação do trabalho, alguns estudantes ainda apresentam dificuldades em pensar sobre o trabalho, planejá-lo e executá-lo, sem dissociá-lo do conhecimento teórico. Estes limites, de certa forma, podem ser oriundos da influência que recebem de uma cultura em que se afirma a divisão do trabalho no interior da sociedade

burguesa, gerando uma incompreensão do que é o trabalho por parte dos professores, dos que conduzem pedagogicamente a escola, o que se reflete na compreensão dos alunos sobre o trabalho.

Mas, muitas vezes, pela falta de qualificação dos professores, ou porque as aulas acontecerem no período da noite, as unidades didáticas se transformam em trabalho de sobrevivência. Isto pode ser constatado nessa fala: “[...] dentro das unidades didáticas os alunos desenvolvem muitas vezes atividades de sobrevivência da Escola do que desenvolver aprendizados” (Professor).⁵⁶ Em relação ao trabalho nas unidades didáticas se transformarem em atividades de sobrevivência também pode ser relacionado ao período em que acontece a maioria das aulas técnicas. Como já vimos antes, 70% das aulas técnicas acontecem à noite. Isto decorre da contratação dos professores, os quais não são específicos da Escola e trabalham em outros espaços, alguns como professores, e outros como profissionais em outras áreas. Essas condições impostas aos professores pelo Estado que os contrata não permitem que as aulas possam ser dadas durante o dia. Esta dificuldade é apontada tanto pelo Conselho Escolar e pela direção da Escola, quanto pelo coordenador do Curso. Além disso, a Escola perdeu a autonomia para indicar professores a serem contratados, como ocorria na época em que funcionava o Curso Financiado pelo Programa Nacional de Educação em áreas de Reforma Agrária (PRONERA).

O nosso quadro hoje falando do quadro de educadores na área profissional ele é muito, ele deixa muito a desejar no sentido da qualificação técnica por conta de que quem contrata é o Estado e o Estado no seu processo de contratação ele faz mais ou menos como se fosse um leilão dessas aulas técnicas como não existe uma prova, um edital para profissionais específicos para esta área

⁵⁶ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014.

qualquer um pode pegar. Este qualquer um que pode pegar Muitas vezes não é só uma realidade de nossa escola, mas uma realidade no estado, as pessoas pegam para garantir o seu pagamento no final do mês. Mas a qualificação técnica para assumir esta disciplina, infelizmente do quadro técnico que temos hoje, nós temos dois profissionais da área técnica cada um com dez horas aula. Os outros profissionais não têm nenhum vínculo com esta questão mais da agroecologia. São profissionais de outras áreas do conhecimento que aproveitaram a oportunidade para ganhar uns recursos para dar sustentabilidade as famílias que eu acho que não é errado também, mas como nós não temos autonomia para definir acaba ficando nesta angústia que a gente não consegue qualificar o curso (Professor)⁵⁷.

As aulas das turmas do regime em alternância as aulas do ensino técnico a sua grande maioria acontecem a noite (Diretor)⁵⁸

Nós tínhamos até poucos anos atrás nós coordenávamos a escola, nos tinha a direção da escola na mão. Quer dizer a Direção no sentido que a comunidade ainda bancava, professores, metodologia e tudo. E a partir de uns anos pra cá ela cresceu e a gente ficou à margem da lei. E a margem da lei nós não conseguimos, mas trazer os educadores que nos queria, vem quem tem melhor colocado lá, vem alguns por aptidão pelo projeto, mas a grande maioria vem e está pensando no vencimento no final do mês. Então isso tem dado “N” problemas por que, além da falta de qualificação na área da produção ela tem

⁵⁷ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann no mês de abril de 2014.

⁵⁸ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em abril de 2015.

ensinado, não temos mais o domínio completo da escola. Mas o Estado tem. e daí acaba por exemplo vindo professores que não simpatiza (Membro do conselho da Escola)⁵⁹

A partir dessas falas fica evidente ser praticamente unânime entre o Coordenador do Curso, a Direção da Escola, o Conselho Escolar, e os professores organicamente vinculados ao MST, que o Estado não tem uma política educacional para as escolas de formação técnica em Agroecologia. Segundo o membro do Conselho Deliberativo Escolar, o que está acontecendo com o Curso Técnico de Agroecologia da Escola 25 de Maio mostra claramente isto. Para ele, a forma de contratação dos professores, a falta de profissionais qualificados para o trabalho de campo, a falta de projetos que possam ser começados e concluídos, a falta de estrutura para o trabalho de campo e assim por diante, mostram claramente que o Estado não faz Educação do Campo.

[...] nós não temos projeto que os alunos consigam começar e concluir. Porque não tem recursos não tem nada porque para escola do campo não tem nada Hoje. Tem recurso para tudo que é coisa, mas menos para você fazer uma horta, para você poder produzir as saladas e legumes e tudo pra você pode produzir. Ela tem uma função interessante que é a política de você estar fazendo a coisa a relação campo e a sala né. Mas por outro lado ela deixa muito a desejar pelo pequeno tempo que tem para fazer estas aulas práticas. Segundo problema: nós com o Estado, o Estado não faz Escola do Campo. O Estado fala em fazer Educação do Campo. Mas

⁵⁹ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014.

escola técnica do campo não faz. Por exemplo, o que vai fazer as aulas junto com os alunos não é qualificado na área. Porque nós temos várias qualificações para sala de aula, mas para a prática de campo ele não é qualificado para isso. Então você imagina o tamanho, como vai ser dar aula prática e o projeto de produção, acompanhamento, por exemplo, ver a biodiversidade de você fazer controle natural de tudo com uma pessoa que tem filosofia fazer de exemplo. E não tem um agrônomo, um técnico de fazer isso produzir. Então ele existe, ele tem uma parte boa de você construir, mas também tem o lado que só se fala em escola do campo, mas implementar ela, tempo para as pessoas fazer o projeto do campo, recurso para fazer o projeto campo. Tanto recurso financeiro como humano, não tem funcionário de campo para ir lá ir ajudar a fazer, não tem pessoas qualificadas [...] (Membro do Conselho da Escola.)⁶⁰

O problema da falta de professores com qualificação técnica, o horário noturno das disciplinas técnicas e outras dificuldades que o curso apresenta não é específico a esse curso, a essa escola e a educação do campo como parece acreditar o membro do conselho escolar da referida Escola. Estas são questões, problemas que a educação escolar brasileira enfrenta em virtude da desqualificação e precarização dessa modalidade de educação. A desqualificação e precarização dessa educação, segundo Frigotto (2010), faz parte do projeto do capital. Segundo este autor na mesma obra fala, na medida em que se aumenta o tempo escolar se desqualifica cada vez mais o ensino, pois, a apropriação do conhecimento historicamente produzido e acumulado pela classe trabalhadora poderá se voltar contra o capital. Nesse sentido a desqualificação da educação escolar é parte constitutiva no atual estágio do desenvolvimento do capital. Compreender o processo educacional brasileiro sob o modo de produção capitalista, e como a

⁶⁰ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014.

educação escolar se articula com o trabalho produtivo, embora a instituição escolar não faça parte desse trabalho, porque ela se localiza na superestrutura da sociedade.

A escola, enquanto instituição de educação formal, mesmo fazendo parte da superestrutura, se vincula à infraestrutura não de forma imediata, mas de forma mediata. Isto quer dizer que existe uma relação entre trabalho produtivo que se estabelece na infraestrutura no mundo da produção de mercadorias, com o trabalho que se estabelece no âmbito da superestrutura, sendo considerado improdutivo, contribui na realização da mais valia, na medida em que este é necessário para a circulação das mercadorias. Compreender a relação dialética que se estabelece entre infraestrutura e superestrutura é fundamental para compreender a educação escolar com o mundo da produção. Nesse sentido Frigotto (2010) ao afirmar que a desqualificação da educação escolar para o trabalhador se dá mediante a desqualificação do profissional da educação, juntamente com um currículo escolar não condizente com a necessidade formativa que o trabalhador precisa. Este mesmo autor, na mesma obra, esclarece que a questão da desqualificação da educação escolar se dá em todos os níveis proporcionando ao estudante/trabalhador que acredite que quanto mais tempo ficar na escola maior será a possibilidade de ascender socialmente. Teoria do Capital Humano. É nesse mesmo processo que está colocado o Curso Técnico em Agroecologia. Romper com isso só pela luta social.

Em relação à união entre teoria e prática, a partir das observações realizadas pelo pesquisador, alguns professores fazem a tentativa de estabelecer a relação a partir de diálogos com os estudantes, buscando associar os conhecimentos que oferecem com o trabalho prático que os estudantes realizam na escola. Por outro lado, existem aqueles professores que também ficam nas aulas puramente teóricas e raramente buscam relacioná-las às atividades pedagógicas desenvolvidas com o trabalho que os estudantes realizam seja no TE ou no TC.

O método de ensino utilizado pelos professores é bastante variado. Alguns professores trabalham com métodos de ensino, de certa forma, não tradicionais, ou seja, eles se utilizam bastante do diálogo, na conversa com os alunos, procurando partir do conhecimento que os

alunos possuem. Mesmo assim, a forma utilizada permanece apenas no âmbito da abstração. Exemplo disso é uma aula de fruticultura, onde o Professor tentou explicar a poda de árvores frutíferas, ao mesmo tempo em que conversava com os estudantes sobre as diversas formas que se pode utilizar na poda das rosáceas como: pessegueiros, ameixeiras, nectarinas, macieiras, pereiras, e a poda das ebenáceas, como: caquizeiros. A explicação ficou na forma teórica. Segundo o professor, o ideal seria mostrar na prática como fazer, mas devido às aulas serem à noite⁶¹ isso impossibilita realizar este trabalho prático. O Professor estava ciente de que a prática é fundamental para o aprendizado.

Esta diversificação de métodos utilizados pelos professores aparece na fala dos professores e alunos;

Cada educador muitas vezes ele tira um método que vai desde o tradicional e aquele que se desafia a construir projetos, a desenvolver atividades que sejam motivadoras aos educandos, que parte da realidade deles, dos conhecimentos deles no sentido de dar aprimorando o conhecimento que ele já tem para avançar num conhecimento mais elaborado, em fim tem um leque de métodos utilizados na escola [...] (direção da escola).⁶²

Tem alguns professores que tão mais aulas na teoria não tem como eles sair para fora para eles explicar na técnica de noite as aulas são na teoria, na técnica as vezes nós saímos para fazer. Os professores usam o quadro, usam o equipamento data show. Usam o teatro. Se o aluno tem problema de entender chamam na frente e explicam bem (aluno 3º ano)⁶³

⁶¹ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014.

⁶² Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em abril 2014.

⁶³ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em Abril 2014.

Os professores explicam o conteúdo que dão na aula e interagem com os alunos, gosto de quem pergunta se já fez isto ou aquilo, se já sabe fazer, ou se já aprendeu, já fez aquilo em casa, já viu isto. Desses professores eu gosto. Os que ficam só falando, falando e só perguntam se estão entendendo destes não gosto. (aluno 3º ano).⁶⁴

A quase totalidade das falas dos alunos e dos professores vai nessa direção, como as falas registradas acima comprovam. Não existe uma metodologia única de ensino. Como já apontado, existem metodologias que buscam dialogar com os estudantes no sentido de trazer para a teoria a ser ensinada o trabalho que é realizado pelos alunos. Mas também existem professores que utilizam metodologias bem tradicionais, dando explicações puramente abstratas e distantes da vida dos estudantes. Há ainda professores que utilizam metodologias em que aparece o diálogo, porém sem conseguir vincular a teoria com a prática que o aluno realiza.

Todos os professores se utilizam do método expositivo/explicativo no desenvolvimento das atividades pedagógicas para socializar os conhecimentos dos conteúdos curriculares. Uns utilizam somente este método de forma bem tradicional, outros avançam um pouco no sentido, como exposto acima, do uso do diálogo com os alunos, e tem um que avança no sentido de trabalhar a teoria do conteúdo curricular a partir do diálogo do que supostamente os alunos realizam nos trabalhos práticos na produção de alimentos.

Em relação ao ensino das técnicas em Agroecologia este ensino fica muito restrito às oficinas realizadas na Escola, no tempo chamado trabalho em experiências agroecológicas. Nestas oficinas se desenvolvem trabalhos práticos, onde os alunos aprendem a fazer caldas, biofertilizantes, compostagem, entre outros; estes produtos são

⁶⁴ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em Abril 2014.

utilizados na produção de verduras. Mas estas oficinas não são trabalhadas nas aulas da área técnica. Nessas aulas são trabalhados somente os princípios da agroecologia. Portanto pode-se dizer que a formação prática é frágil, o saber fazer agroecológico está deficitário no Curso Técnico em Agroecologia na Escola 25 de Maio.

Outra percepção que tive no processo da observação é que as atividades agroecológicas desenvolvidas pela Escola estão demonstrando como quase que sinônimos a Agroecologia e a produção sem uso de agrotóxicos. Isto se percebe na produção de verduras, com pouco uso de cobertura e uma constante remoção do solo entra em confronto com os princípios/pilares da Agroecologia, vistos no segundo capítulo. Nesse sentido, o observado é que estas questões do prático raramente entram em discussão nas aulas teóricas. Isto também se pode perceber na fala de alunos.

Eu entendo que é viver bem com a natureza com o meio ambiente né sem destruir. Produzir sem colocar veneno estas coisaradas [...] Agroecologia que eu quero aplicar quando tiver o “meu assentamento”, o meu assentamento não o meu terreno de usar o ensinamento que estou recebendo ali de plantar orgânico sem usar veneno nenhum (Estudante 3º ano).⁶⁵

“Agroecologia é uma produção, uma utilidade sustentável sem uso de agrotóxico, aplicação de conhecimentos tecnológicos sustentáveis” (Estudante do 2º ano).⁶⁶

“Pra mim Agroecologia é quando você planta a coisa assim sem agrotóxico e também quando

⁶⁵ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014.

⁶⁶ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014

cuida do meio ambiente não desmatar não fazer nada assim” (estudante 2º ano)⁶⁷

O que deu para observar em relação à organização coletiva, ou à auto-organização dos estudantes que o PPP e as atas do Conselho Escolar enfatizam como uma necessidade importante na formação do técnico militante, é que esta modalidade de organização é o que de melhor existe nessa Escola pesquisada. Digo isto porque consegui participar em dois momentos, na reunião dos Núcleos de Base (NBs), onde os estudantes realizavam discussões sobre o trabalho, embora o trabalho mais discutido tenha sido esse da sobrevivência, ou seja, o trabalho necessário para poder viver bem no espaço que estavam utilizando para isso. Isso correspondia: limpar e deixar organizado o alojamento, a sala de aula, a cozinha e o refeitório no final de semana, pois se alguém não realizasse esse trabalho, todo o coletivo perceberia o trabalho não realizado.

Mas, em relação ao trabalho produtivo ou à produção de alimentos, a discussão era menor, ou quase não aparecia nas respostas às entrevistas. Neste trabalho os estudantes têm pouca participação no planejamento do que fazer e como fazer. Este trabalho já vinha direcionado pela Escola; a participação dos estudantes era saber ver quem e o que iria fazer. Uma educanda do 2º ano⁶⁸ assim falou a respeito do trabalho de campo. “Eu que sou do setor dos bovinos, junto com os outros que também são desse setor, nós temos que arrumar as cercas, ir atrás das vacas, arrumar o piquete para as vacas”. O planejamento, nesse sentido, muitas vezes é posto a partir da Escola e o aluno apenas executa. Ainda em relação ao planejamento, concepção e execução do trabalho, podemos perceber como isto acontece na Escola a partir da fala dos sujeitos do processo educativo. “Pontos fracos da

⁶⁷ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014

⁶⁸ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014

escola acho que é a estrutura que não está sendo muito bem organizada conforme seria ou deveria” (estudante 2º ano).⁶⁹

3.4 – A realidade do Curso Técnico em Agroecologia na Escola 25 de Maio

A partir dos dados empíricos expostos no item anterior, obtidos pelas observações realizadas *in loco*, que aconteceram em três momentos perfazendo um total de 21, das entrevistas com os sujeitos envolvidos no processo educativo/formativo do Curso Técnico em Agroecologia oferecido pela Escola 25 de Maio, e da leitura de documentos da referida Escola, passo agora a fazer a análise para compreender como que, no Curso Técnico em Agroecologia, é trabalhada a relação teoria e prática. Levo em consideração que o Curso em foco é uma conquista da luta do MST, sendo, portanto, vinculado a este Movimento, mas, por outro lado, é um Curso que também tem vínculo com a SED/SC, por fazer parte do sistema estadual de Educação.

Esta dupla vinculação, segundo Mohr (2005), pode ser compreendida como algo que impulsiona a luta para que a SED/SC assuma sua responsabilidade em atender as necessidades que o Curso apresenta para qualificar a formação dos técnicos que os camponeses, de forma geral, necessitam e, em particular, o MST. Ou seja, técnicos/militantes com capacidade técnica e compromisso político que, de fato, possam contribuir na mudança da matriz produtiva e tecnológica, o que já foi exposto nas análises anteriores. Mas, por outro lado, pode ser um limite no sentido de que só se garante a transformação social através da organização e da luta dos trabalhadores, visto que o Estado moderno, segundo Marx (1999), é o representante da classe burguesa na sociedade. Nesse sentido, a contradição capital x trabalho perpassa a educação escolar.

Ao olhar de forma mais atenta a questão central da pesquisa vou tentar compreender como que as ações pedagógicas desenvolvidas pelo Curso técnico contribuem em aproximar a relação teoria e prática como

⁶⁹ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014

unidade dialética, pode-se perceber que, em alguns espaços, como nos NBs, existe uma maior discussão acerca do ensino prático e, dessa vez, se distanciando do teórico, ou do teórico se distanciando do prático. Quer dizer, nos NBs discute-se o planejamento das atividades práticas que os estudantes precisam executar. Percebe-se que, nesse espaço, a discussão parte e se concentra mais sobre o prático, do como fazer, do que, propriamente, sobre o embasamento teórico. Mas, apesar disso, há uma aproximação da teoria com a prática, pois, no momento em que discutem o planejamento, há uma necessidade maior de se pensar o prático. Por outro lado, percebe-se certa falta de iniciativa por parte dos estudantes. Isto está presente quando os estudantes discutem o planejamento, mesmo tendo autonomia em propor coisas diferentes daquilo que vem sendo encaminhado pelo grupo orgânico. Nesse sentido, os estudantes acabam aceitando aquilo que vem sendo proposto por este grupo. Penso que isto deveria ser um ponto de partida da discussão, mas que acaba se tornando o ponto de chegada.

A partir da minha convivência durante quase quatro semanas junto com os estudantes, percebi que estes têm dificuldades para enxergar o trabalho que precisa ser feito. Um trabalho necessário e simples de se fazer, como alimentar os suínos, roçar os piquetes do PRV, arrumar a cerca, entre outros ligados à produção; se o Professor orientador de convivência não ficar acompanhando de forma direta estes trabalhos eles não são feitos, ou são feitos pela metade. Isto também acontece com os trabalhos que, aparentemente, não necessitam de muito esforço físico e que não trazem aprendizados novos, como por exemplo, a limpeza do alojamento. Já foi dito antes que, segundo o regimento interno do uso coletivo do alojamento, entre as normas está limpar o alojamento todos os dias. Para os estudantes poderem cumprir com o regimento interno do alojamento há sempre necessidade de alguém cobrar.

Na Escola/Curso de que estamos falando pode-se perceber que existem momentos formais em que se oportunizam a auto-organização dos estudantes e os momentos em que se discute sobre o trabalho, mas o trabalho discutido é aquele de sobrevivência, como assinalado. O trabalho produtivo, ou seja, aquele relacionado à produção de alimentos,

a discussão para sobre quem vai fazer e quando é que vão fazer. Não se abre espaço onde os alunos possam discutir sobre a prioridade do que poderá ser feito primeiro e qual a tecnologia que irão utilizar. Isto aparece nas falas dos estudantes:

O que menos gosto é quando nos enrolam muito. Por que eu sou tipo assim que gosto das coisas meio na hora. Não gosto de perder tempo. Tipo assim quando eles dizem vamos fazer uma cerca ou vamos castrar um porco mostrar como se castra um porco este tipo e só dizem e demoram para fazer porque a gente quer aprender e demorar fica ruim (estudante do 3º ano)⁷⁰

“Você pode dizer que o princípio da auto-organização não esta ocorrendo”. Afirma outro estudante. Conversando com alguns estudantes de maneira informal – isto também apareceu na entrevista com um estudante – observei que eles têm a visão de que o trabalho bom é aquele que traz retorno financeiro, ou que possibilita novos aprendizados práticos. Aquele trabalho que não tem remuneração e não possibilita novos aprendizados é um trabalho não muito bom de fazer; além de não possibilitar novos conhecimentos ele só traz canseira. Para melhorar o trabalho este deveria incorporar novas tecnologias para diminuir a penosidade e aumentar a sua produtividade, mas isto a Escola não tem. Esta questão fica clara na fala desse estudante: “deveria ter mais práticas e máquinas trator, plantadeira e outras, porque mexer com enxada hoje em dia porque precisa uma maior capacidade de força. Porque ele tendo uma máquina vai render mais e ele trabalha mais contente e vai aumentando o lucro” (Estudante 3º ano).⁷¹

O trabalho manual a que os alunos se referem, pode ser considerado um trabalho penoso que provoca canseira, mas enquanto não se tem a possibilidade de adquirir tecnologias apropriadas à pequena produção, que sejam ambiental e economicamente viáveis, e que possam

⁷⁰ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em agosto de 2013.

⁷¹ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em abril 2014

ser utilizadas na produção agroecológica, este tipo de trabalho ainda é necessário. Marx em *O Capital* (1968, Cap. XIII, p. 423-582), discute a maquinaria e a indústria moderna, que, com a invenção da máquina ferramenta amplia em várias vezes a produtividade do trabalho, é uma invenção importante no sentido de revolucionar as forças produtivas, abrindo possibilidades para tornar o trabalho menos penoso e encurtar a jornada de trabalho. Mas, sob o modo capitalista de produção, ao invés de reduzir a jornada de trabalho, a máquina se tornou um instrumento de produção da mais valia. Isto quer dizer que a tecnologia na sociedade burguesa foi e está sendo apropriada pelo capital, não para reduzir a penosidade do trabalho nem para reduzir as horas necessárias de trabalho para a produção dos bens necessários para a reprodução da vida. Mas, ao contrário, a tecnologia sob a égide do capital está para diminuir o tempo necessário para o trabalhador reproduzir sua força de trabalho.

Na escola se houvesse as condições objetivas de introduzir tecnologias para aumentar a produtividade do trabalho, também se introduziriam, segundo Shulgin (2013), novas possibilidades de aprendizados de conhecimentos históricos e socialmente produzidos pela humanidade. Nesse sentido, volto afirmar, a partir do exposto, que o trabalho manual executado pela Escola/Curso estudada não traz muitas possibilidades de conhecimentos, mas é um trabalho que precisa ser feito. Porém, vale salientar que, ao lado da máquina que poupa trabalho, a natureza também insere conhecimentos de que o Técnico em Agroecologia precisa se apropriar. Este conhecimento da natureza que estava com a agricultura camponesa antes da “revolução verde” foi sendo, aos poucos, perdido em favor do conhecimento unilateral associado, na atualidade, à expropriação/exploração efetuada pelo agronegócio.

Desta forma, não está se fazendo a apologia ao conhecimento dos ancestrais camponeses, mas é preciso reconhecer que, na sua modalidade de agricultura havia, sim, algum conhecimento útil ao desenvolvimento da matriz produtiva e tecnológica da Agroecologia. Este conhecimento só pode ser recuperado pela observação prática da natureza. Por outro lado, este conhecimento só, não será suficiente para

a produção da vida do camponês, se a ele não for incorporado o conhecimento científico que está na tecnologia, que permite aumentar a produtividade do trabalho e, dessa forma, diminuir a penosidade e a jornada de trabalho, possibilitando maior tempo ao camponês para se dedicar as outras dimensões do ser humano.

O processo de observação, a partir da segunda ida a campo, se restringiu mais às questões do ensino técnico. Os aspectos observados eram em relação ao método de ensino utilizado pelos professores, como eles abordavam as questões relacionadas à articulação da teoria com a prática, se os mesmos realizavam práticas durante as aulas e, ainda, se os alunos aceitavam e/ou incorporavam o que era ensinado ou reagiam durante as aulas ministradas. Além disso, observei os trabalhos de campo, como estes eram realizados, se tinham acompanhamento ou não de profissionais qualificados, e se estes trabalhos apareciam na sala de aula, articulados às disciplinas de conteúdo técnico. Ou ainda, se eram desenvolvidas oficinas na área técnica para aprendizado de técnicas agroecológicas. Estas questões, juntamente com os dados fornecidos pelos sujeitos envolvidos nessa pesquisa, através das entrevistas, poderão mostrar ao pesquisador a real situação do fenômeno aqui focalizado.

Observou-se que a maioria dos professores realiza uma ou duas práticas durante cada etapa, conforme o Plano de Ensino, visto que a maioria das aulas acontece no período da noite. Em relação à metodologia de ensino utilizada pelos professores, percebe-se que a maioria emprega o método tradicional⁷², com exceção de um Professor. Este, em suas aulas, utiliza o método do diálogo, da conversação junto com os educandos, proporcionando a interação entre os participantes. Ainda em relação ao Professor que utiliza o método participativo, ele questiona, interroga, tenta relacionar a teoria com a prática, buscando exemplos da vida dos educandos, tanto no que realizam durante o TC, assim como no que realizam nas atividades práticas e nos trabalhos de campo na Escola. Mas, observa-se um limite pelo fato de o Professor

⁷² Por método tradicional compreende-se o uso de slides, quadro, ditado, ou seja, aulas expositivas com explicação, de vez em quando interagindo com os alunos. Nesse método não se percebe, ou se percebe pouca relação da teoria com a prática.

não acompanhar o trabalho dos educandos, ao qual se refere nas suas aulas. Isto demonstra uma vinculação apenas no plano teórico, no discurso.

Em relação ao trabalho de campo percebeu-se que o acompanhamento é realizado por um único Educador, que ainda não tem a formação técnica, pois se trata de um Pedagogo. Portanto, falta qualificação técnica para atuar no acompanhamento dos trabalhos de campo. Percebeu-se que, muitas vezes, os estudantes ficam sozinhos, realizando seu trabalho, sem o acompanhamento de um Professor. Isto se deve ao fato de os alunos realizarem os trabalhos por unidade didática, que são várias. Esta dificuldade encontrada pela Escola/Curso, como já havíamos observado anteriormente, ocorre desde a forma como se dá a contratação dos profissionais e de sua qualificação para trabalhar na área técnica, assim como na quantidade necessária de professores para a Escola/Curso poder qualificar a formação, pois atualmente a quantidade e a qualidade de profissionais contratados são insuficientes para desenvolver uma formação que possa atender os objetivos propostos do PPP (2013) e esperados pelo MST.

Nas entrevistas realizadas com os professores da área técnica pode-se perceber que o trabalho é visto muito mais como instrumento didático de comprovação do aprendizado, ou de aprender melhor, ou mesmo como um instrumento pedagógico, do que como uma atividade teórico-prática, voltada à formação humana. Vou transcrever parte da entrevista de um Professor, em que, ao ser perguntado sobre o que seria o trabalho na Escola, assim respondeu:

O trabalho eu veria mais para uma questão de fortalecer aquilo que eles têm da teoria né. Então a prática vai ajudando, no caso no curso técnico em agroecologia por exemplo. Se eles for lá exercitar um mochamento de um animal né, que é uma atividade prática de um trabalho, eles vão acabar tendo mais certeza daquilo que estão fazendo do que só simplesmente explicar em sala de aula como é feito o mochamento. Trabalho é

uma força que uma pessoa faz para exercer uma atividade (Professor por mim entrevistado).

Se analisarmos a resposta deste Professor sobre o que ele compreende ser o trabalho na Escola, sob a luz da pedagogia socialista, onde o trabalho é compreendido como unidade dialética entre o pensar e fazer, ou seja, como unidade do trabalho manual e trabalho intelectual, ou ainda, como relação da prática com a teoria, pode-se perguntar: será que a visão desse professor é a de um trabalho utilitarista e um elemento para comprovar a teoria na prática? Utilitarista em dois sentidos, primeiro no sentido de ser útil para produzir algo, segundo, útil na verificação da teoria na prática.

Parece-me que esta compreensão sobre o trabalho aponta para uma concepção unilateral. Transparece um limite no sentido da compreensão do todo. Ou seja, compreender o trabalho na relação teoria e prática e vice versa. Em outras palavras, pode-se perguntar: será que existe uma incompreensão do trabalho prático como algo que pode fecundar a teoria? Ou seja, ver a prática como instrumento de produzir novas teorias. Nesse sentido, torna-se importante compreender a prática nas atividades pedagógicas e na sua relação com a teoria. Ou seja, é a prática dialogando com a teoria e a teoria dialogando com a prática. É nessa relação dialética entre teoria e prática que se produz o novo. Sob este aspecto pode-se afirmar que existe uma incompreensão por parte dos professores, ou seja, falta-lhes o aprendizado do que seja o trabalho como princípio educativo.

Em relação ao acompanhamento ao TC, este acompanhamento não é feito porque faltam as condições objetivas para fazê-lo. Condições relacionadas a contratação de profissionais com qualificação para tal, e, ou ainda falta de estrutura financeira. Nesse sentido a estrutura escolar não é formatada para o trabalho pedagógico em ciclos de alternância. Dessa forma fica delegada para as lideranças locais do MST e ou outras organizações do campo a tarefa de acompanhamento. Isto pode ser verificado a partir das falas do coordenador do Curso, Diretor da Escola e membro do Conselho da Escola. .

A gente tem muitas dificuldades no acompanhamento. Hoje não como a gente, eu

como coordenador do curso ou o orientador de estágio, não tem como. Quando o aluno está no TC e nós se deslocar daqui para ir até lá. (Coordenador do curso Técnico em Agroecologia)⁷³.

Isto é um problema que nós estamos tendo agora porque a escola não acompanha. A escola acompanha de longe através das lideranças locais. Mas não vai in loco verificar se realmente os educandos estão fazendo que seria o ideal de ter a relação ao mesmo tempo com o educando e com a família. (Direção da Escola)⁷⁴.

Pois é nós fazíamos desde o início, na época do Pronera nós fazia porque nos acompanhava. Agora temos “N” problemas nesses últimos anos. Do aluno ir pro tempo comunidade e voltar sem os trabalhos feitos, sem ter a tarefa feita. Por que ele teve que trabalhar ele se sentia que estava de férias. Então isto tem dado um prejuízo grande. (Representante do Conselho Escolar)⁷⁵.

Ainda em relação ao TC, no período que vai de 2005 a 2009, conforme Mohr (2014), duas turmas do curso Técnico em Agroecologia eram financiadas pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (PRONERA-INCRA). Outra turma foi realizada em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, de Santa Catarina. A Escola

⁷³ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em Abril de 2014.

⁷⁴ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em Abril de 2014.

⁷⁵ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em Abril de 2014.

disponibilizava recursos através do projeto do PRONERA para a contratação de profissionais que fariam o acompanhamento dos estudantes no TC, assim como previa recursos para contratação de técnicos de campo, para acompanhar os trabalhos dos estudantes no Tempo Trabalho⁷⁶ na escola. Nesse período, com recursos do PRONERA em duas turmas e noutra com recursos da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul/SC, a Escola disponibilizava um profissional para acompanhar o TC, além de ter profissionais mais qualificados para trabalhar as disciplinas técnicas. Através destes técnicos de campo era possível articular os trabalhos feitos no TC com as disciplinas técnicas feitas no TE, com mais efetividade. Isto poderá ser percebido na fala do membro do Conselho da Escola:

Com o apoio do PRONERA havia recursos até para o educador que acompanhava no TC. Ao acompanhar os educandos no TC este educador também fazia debate com os pais; também fazia debate com o aluno, ele cobrava, ele fazia de tudo. Então o aluno vinha com o trabalho pronto e hoje não tem. Então o TC do Curso Técnico em Agroecologia, da Escola 25 de Maio, é um tempo de férias para o aluno entendido por ele e pelo pai, não por ele porque ele não tenha que trabalhar, enfim, mas deixa de fazer os trabalhos que corresponderiam a sua formação e isto prejudica a formação técnica no final.

Assim, a partir do momento que o Estado, através da SED/SC, assume o curso Técnico em Agroecologia, ao mesmo tempo em que dá uma garantia maior da continuidade do curso, porque não necessita mais de projetos nem de ficar à espera da aprovação e da liberação dos recursos, a formação ofertada por este curso, de certa forma, perde significativamente em qualidade.

Quando financiado pelo PRONERA o Curso gozava, de certa forma, de liberdade maior na escolha do quadro de professores, e este Programa disponibilizava recursos para contratação do técnico de campo e um profissional para acompanhar o TC do educando. Mas, por outro lado, sempre havia o problema do atraso na liberação dos recursos financeiros para a efetivação na sua totalidade, do acompanhamento do

⁷⁶ Tempo Trabalho é chamado o tempo que os estudantes têm de desenvolver trabalhos produtivos. Este tempo acontece em dois períodos de quatro horas por semana.

curso, assim como a Escola/Curso sempre encontrava dificuldades para execução da etapa devido a este atraso. Porém, nesse sentido, pode-se considerar que as condições materiais eram um pouco melhores que são hoje.

Segundo avaliação de alguns professores, da Direção e do Conselho Escolar a desqualificação, em parte, é proveniente da falta de recursos para contratação, tanto do profissional para acompanhar o TC, assim como da falta de profissionais formados nas áreas específicas dos componentes curriculares em que atuam, e também profissionais para acompanhar e contribuir nos trabalhos dos estudantes no Tempo Trabalho. Isto pode ser percebido nas falas:

Grande parte dos educandos saíram bem preparados; hoje a gente tem essas dificuldades, mas na época que tinha UFSC que tinha PRONERA, que tinha IFC-Rio do Sul, nós tínhamos professores específicos das áreas, os alunos saíam para conhecer outras experiências isto foi muito importante no histórico do curso técnico, então a gente vê muitos educandos atuando na área técnica que se formaram aqui na escola (membro da direção)⁷⁷.

Então o conhecimento, eu acho que deveria que ter no mínimo o dobro de conhecimento técnico na agroecologia ele tinha que ter, mas pra isso aquilo que falei antes, tinha que ter profissionais ali pra com qualificação, teria que ter recursos pra poder desenvolver projetos de experimentos, não precisa só que os outros venham dizer pra nós ok. Ele desenvolver na própria escola projetos de

⁷⁷ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann no mês de abril de 2014.

experimentos e fazer dar resultado no final. Avaliar os erros que teve, avaliar. Então acho que precisa juntar um monte de coisas que é para nos poder ver que temos um bom técnico escola.⁷⁸

A luta do MST e das comunidades dos assentamentos e da própria Escola foi no sentido de que o Estado, através da SED/SC, assumisse o curso Técnico em Agroecologia. Mas, ao assumir o Curso, surgiram outros problemas, como é o caso da manutenção da qualidade da formação que é oferecida. Se antes, com o PRONERA-INCRA, a Escola tinha certa autonomia na indicação dos professores, agora com a SED/SC deixa de existir esta autonomia. Conforme um membro da Direção da Escola, acima citado, o Estado não abre edital específico para contratação de professores na área técnica. Nesse sentido, se inscreve quem quer e “conforme a norma da SED ganha quem tiver mais tempo de serviço” (Informação dada por membro da Direção da Escola).

Segundo esta mesma pessoa que foi entrevistada, o Estado faz uma “espécie de leilão” para os cargos vagos nas disciplinas técnicas. Desta forma, a Escola perde o controle sobre seu quadro de profissionais. Isto tanto pode implicar na desqualificação da formação no sentido técnico, quanto na desqualificação no sentido sociopolítico, pois a escola, segundo Frigotto (2010), é instrumento a serviço do capital. Nesse sentido, a desqualificação do Ensino Técnico parte da não contratação de profissionais técnicos para acompanhar o trabalho de campo, assim como de profissionais para acompanhar os estudantes no TC, e, além disso e como agravante, da contratação de profissionais professores não habilitados para trabalhar nas disciplinas das áreas técnicas. Mas isso faz parte do projeto de educação do capital. Pois, ainda de acordo com Frigotto (2010), a escola não está localizada na base material por onde se dá a luta de classes, mas ela media as relações sociais, o que deixa claro que a educação escolar é atravessada pela luta de classes. Dessa forma, ao mesmo tempo em que educação escolar é

⁷⁸ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann no mês de abril de 2014.

funcional ao capital, ela também poderá se tornar instrumento de superação da sociedade de classes.

A partir dessa compreensão é preciso ter claro que existe, sim, a possibilidade de buscar a qualificação na formação dos técnicos em Agroecologia. Mas esta qualificação técnica, segundo Freitas (2012), perpassa pela organização do trabalho escolar, pela formação dos educadores e pela luta para a conquista, tanto das condições objetivas quanto das condições subjetivas da Escola. Nessa luta estará presente, de certa forma, a questão da autonomia relativa em relação ao quadro de profissionais que vão atuar nessa Escola, assim como da grade curricular que a mesma adotará na formação dos técnicos em Agroecologia.

Em relação à organização da escola, de acordo com o PPP (2013) este proclama a “participação” dos diversos segmentos que formam a comunidade escolar. Ao olhar para o que está escrito no PPP (2013) da Escola percebe-se que cada uma dessas partes que compõem o todo da organização escolar tem sua função específica na Escola, de certa forma, independentes, mas interligadas umas às outras. Esta relação entre as partes é vista pela Escola como fundamental, pois isto garante que o todo possa funcionar como unidade do diverso, porém esta unidade das partes não se dá sem conflitos. Nesse sentido, os conflitos são vistos como o motor que impulsiona o avanço da educação escolar como formação de caráter omnilateral. Ou seja, cada parte que compõe o todo da organização escolar usa espaços e funções diversos, não de forma fragmentada como acontece na sociedade e na escola burguesas.

Em relação ao tempo de auto-organização dos estudantes, pelo que deu para observar não passa desse tempo formal destinado para esse fim. Em nenhum outro momento se percebe haver espaços nos quais os educandos possam exercitar a sua auto-organização, como elemento central junto com o trabalho que permita a formação omnilateral que o PPP da Escola declara, assim como a Pedagogia do Movimento Sem Terra, que está presente nos princípios pedagógicos que a Escola 25 de Maio assume teoricamente.

No tempo destinado aos NBs pretende-se que os alunos discutam os problemas da convivência do cotidiano, a realização de avaliação dos aspectos pedagógicos e dos aspectos da convivência dos estudantes,

como momento, também, de avaliar o planejamento e fazer um novo planejamento semanal das atividades práticas da Escola. Nos aspectos pedagógicos é feita a avaliação dos professores, tanto no que respeito aos conteúdos, quanto ao método utilizado, assim como o trabalho realizado enquanto prática das atividades diárias, das atividades do trabalho produtivo e dos conteúdos curriculares ou das outras atividades realizadas. Na avaliação da convivência dos estudantes são abordados aspectos sobre sua inserção no coletivo e aspectos individuais como a participação no estudo e no trabalho. Em relação à avaliação do planejamento e à realização do novo planejamento semanal das atividades a serem executadas na semana são abordadas questões sobre o que deu certo e o que não deu certo e o porquê não certo. A partir disso, é formulado um novo planejamento das atividades práticas que serão realizadas na semana seguinte.

Uma questão a ressaltar, a partir das observações, é que no planejamento das atividades semanais do trabalho, o que acontece é mais uma distribuição de tarefas de atividades previamente definidas pela direção da Escola junto com o Professor de convivência. Esta é a percepção que o pesquisador teve quando no acompanhamento das reuniões dos NBs e a posterior socialização, assim como no acompanhamento nas atividades práticas de trabalho de campo. Mas, por outro lado, nos NBs são feitas algumas reflexões, embora pequenas, mas importantes sobre o trabalho. Como, por exemplo, discute-se a importância do trabalho na Escola, acrescentando que, se alguém não fizer sua parte, acabará prejudicando todo o coletivo.

A Escola se organiza para trabalhar o processo pedagógico de acordo com as estratégias de formação dos educandos que é concebida pelo MST. Esta organização da Escola é entendida pelos estudantes, pais, professores e Conselho Escolar como um espaço importante na formação agroecológica para filhos e filhas de camponeses assentados da Reforma Agrária ou outros das comunidades tradicionais. “Para nós é um orgulho de ter uma escola dessas. Porque foi uma conquista nossa e como estava dizendo tem uma estrutura ali que muitas outras escolas não têm e nós temos”. (Liderança do MST)⁷⁹.

⁷⁹ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014.

3.5 – O desafio da Escola 25 de Maio na formação do Técnico em Agroecologia

Para contrapor-se à formação técnica pensada pelo capital para se apropriar da terra e implementar substâncias e máquinas que geram a dependência dos trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) busca implementar, em suas escolas de formação técnica, uma pedagogia em que a educação deverá estar ligada à vida do sujeito. Ou seja, a formação do sujeito se dá mediante a relação do homem com a natureza, através da luta dos trabalhadores e de sua organização, incluindo a cultura, a organização coletiva e tendo como fundamento as relações sociais do trabalho. Este pressuposto teórico é exposto nos documentos do MST (2006). “A escola é um lugar próprio ao aprendizado de juntar teoria e prática, através da apropriação/produção de conhecimento que se articula à reflexão sobre as vivências dos sujeitos nos diferentes processos sociais formadores”. E, no mesmo documento pode ser lido que:

Os princípios pedagógicos da educação do MST expressam como o MST compreende a educação e o processo formativo do ser humano. A Escola 25 de Maio por estar vinculado ao MST e ser uma escola de formação de técnicos em agroecologia e seus objetivos formativos estão ligados aos objetivos do MST, esta escola tem a função de educar para a transformação social, e contribuir na construção de processos de produção agroecológicos, como uma nova matriz produtiva e tecnológica para se contrapor à matriz produtiva do agronegócio. (MST, 2006, p. 9).

A Escola 25 de Maio, com o curso de Técnico em Agroecologia, pretende formar jovens, filhos de camponeses, para adquirir conhecimento técnico e capacidade política e organizativa para

contribuir junto aos camponeses na implantação da matriz produtiva e tecnológica que respeite o meio ambiente, a diversidade biótica, assim como a construção de relações socioambientais e sociopolíticas com o intuito de modificar a relação homem natureza. Ou melhor, esta Escola propõe-se a desenvolver no estudante a capacidade de analisar agroecossistemas locais, relacionando-os com agroecossistemas mais globais. E, dessa forma, poder orientar os camponeses para construir agroecossistemas em que o balanço energético seja positivo, no que concerne à entrada e saída de energia e, ao mesmo tempo, contribuir junto a esses mesmos sujeitos com a organização da produção e o desenvolvimento de atividades formativas relacionadas com a Agroecologia e a luta pela superação da sociedade de classes. Com isso, está contribuindo, também, com a luta para a superação da sociedade do capital.

Outra questão importante que a Escola 25 de Maio, enquanto espaço de formação, poderá contribuir é com o desenvolvimento e a socialização de técnicas entre os estudantes, professores e a comunidade que possibilitem compreender que a Agroecologia pode ser, também, produtora de alimentos em escala, conforme estudos de Pinheiro Machado (2014). Isso porque já se têm elaboradas as bases técnicas para a produção de alimentos saudáveis em escala, no sentido de atender a demanda por alimentos, de sete bilhões de seres humanos e, mais especificamente, de um bilhão destes seres que passam fome no mundo. A partir disso possibilita que se essas tecnologias e técnicas de produção agroecológicas forem difundidas e o Curso Técnico em agroecologia poderá difundir estas bases porque, com esses elementos é possível se contrapor à matriz produtiva e tecnológica do agronegócio também no quesito produtividade que, segundo este mesmo autor, só destrói o meio ambiente e não produz alimentos, mas produz mercadorias com o fim único para a acumulação de capital.

O problema da (des)qualificação dos professores e da perda do poder de escolha destes professores, que faz parte do processo da desqualificação da formação escolar como anteriormente comentado, não só é observado pelo Conselho Escolar, mas também pela direção da Escola. Isso pode ser confirmado nesta fala:

[...] porque o processo da escolha do quadro técnico da escola ele não perpassa pela

comunidade pelo conselho. Quando nós tínhamos o curso técnico via Pronera era uma outra realidade aonde nós direcionávamos os profissionais que iriam trabalhar como educador nesse curso técnico (membro da direção da escola)⁸⁰.

O desafio da Escola 25 de Maio em desenvolver uma formação que seja orientada pela qualificação técnico-científica do curso Técnico em Agroecologia pode ser compreendido no contexto da educação brasileira e da luta de classes que atravessa a educação. Nesse sentido, como já afirmado, mas vale salientar aqui de novo, que a educação e a formação pretendidas pelo MST e pelas escolas vinculadas a este Movimento, inseridas no sistema de educação formal do Estado, são atravessadas pela contradição capital e trabalho. Assim, para compreender esta educação/formação técnica torna-se necessário ter clareza de como, na sociedade de classes, separam-se a educação, sob a forma escolar, do trabalho concreto, no caso, o trabalho agrícola. E ainda, de que forma é possível, ou se isto é possível, realizar a união entre educação e trabalho na sociedade de classes.

Isso para se contrapor à formação unilateral proporcionada pela educação das escolas burguesas que também incorporam o trabalho na atividade pedagógica, mas o trabalho que estas escolas introduzem é visto como instrumento pedagógico, o aprender fazendo, ou o aprender a aprender. Esta forma de ver o trabalho na escola que ensina a teoria sem a prática, ou a prática sem a teoria é funcional ao modo de produção capitalista. Este trabalho forma pessoas aptas a operar alguns instrumentos de trabalho sem saber, na sua essência, como que funcionam e para que servem.

O trabalho como princípio educativo que a pedagogia do Movimento traz em uma das suas matrizes pedagógicas é o trabalho,

⁸⁰ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann abril de 2014.

que Shulgin (2013) e Pistrak (2000) afirmam como sendo o trabalho socialmente útil. É este trabalho que possibilita unir teoria e prática ou prática e teoria, possibilitando a formação omnilateral dos sujeitos envolvidos no processo educativo/formativo. E, no caso da escola 25 de Maio e do Curso Técnico em Agroecologia por ela oferecido, trata-se da possibilidade da formação do técnico com capacidade técnica e compromisso político que possa contribuir na implantação da matriz produtiva e tecnológica da Agroecologia. Assim, fica o desafio à Escola e ao MST, ao qual a escola está organicamente vinculada, de superar a visão do trabalho somente como instrumento pedagógico e avançar na compreensão do trabalho como princípio educativo.

Outro desafio que é preciso que MST e a Escola 25 de Maio assumam como necessidade para avançar no processo formativo dos educandos que estudam nessa escola, sobretudo ao Curso Técnico em Agroecologia, é a relação pedagógica entre o professor e o educando, pois é possível perceber que esse processo de relacionamento, embora seja de amizade, de companheirismo entre educador e educando, como afirma o Coordenador do Curso⁸¹, “o Professor utiliza acho que principalmente uma relação de amizade com o aluno pelo que vi todos os professores se dão muito bem com os alunos”. Mesmo assim, ainda permanece uma relação de certa forma centralizada no professor.

O desafio à Escola é, de fato, assumir uma pedagogia na qual a centralidade do processo formativo passa do professor para o processo educativo/formativo, por intermédio do trabalho. Nesse sentido, é preciso que a Escola e o MST, este Movimento através do Setor de Educação, trabalhem a formação político-pedagógica dos professores educadores, para que eles também possam avançar na compreensão sobre esta pedagogia que tem o trabalho como princípio educativo. Outra questão que me parece merecer bastante atenção é a auto-organização dos estudantes, para que estes possam avançar e superar a visão que aparece no senso comum da Escola, que se restringe ao momento formal instituído, mas que possa, de fato, ser um processo que passe a vida do educando na Escola.

⁸¹ Entrevista concedida a Paulo Davi Johann em abril de 2014.

É importante salientar que estes desafios que consegui identificar no processo da pesquisa precisam ser discutidos no interior da Escola e do MST, principalmente no Setor de Educação e no Setor de Produção desse Movimento, pois seria importante se estes desafios fossem assumidos pelo conjunto do MST, do qual a Escola 25 de Maio e o Curso Técnico em Agroecologia são parte, pois isto incide diretamente sobre a qualidade da formação do técnico militante esperada pelo MST, refletindo-se, também, sobre o conjunto da agricultura familiar/camponesa. Nesse sentido, estes desafios também são limites que apresentarei a seguir e que precisam ser superados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco central desse estudo foi compreender como a teoria se articula à prática, ou em que sentido a teoria se aproxima ou se distancia da prática na formação do Técnico em Agroecologia, proporcionada pela Escola 25 de Maio. Com este propósito, buscou-se, a partir do referencial teórico do materialismo histórico dialético, analisar a trajetória da educação, de forma geral, e da educação escolar em particular, para perceber como no processo histórico da formação humana se o trabalho é parte central desse processo, na Escola 25 de Maio, focalizada nesta pesquisa. Esse mesmo trabalho sob a sociedade capitalista cindida em classes sociais em conflito assume um duplo caráter, motivado, por sua vez, pelo duplo caráter desta sociedade, ou seja, pelo fato de que a sociedade, ao se dividir em classes sociais, cinde o trabalho em trabalho intelectual e trabalho manual e separa (aliena) o produtor do produto do seu trabalho e que, por isso mesmo, nele não se reconhece. Essa divisão da sociedade em classes, que separa o trabalhador do produto do seu trabalho, também produz uma educação dividida. É um tipo de educação para os que concebem a produção e outro tipo de educação aos que fazem a produção.

A partir dessa compreensão buscou-se conceituar a Agroecologia como sendo uma matriz produtiva e tecnológica que tem, na relação teoria e prática, a sua essência. Ou seja, no processo de construção da Agroecologia tem-se a oportunidade de aproximar aquilo que a sociedade de classes separou – trabalho manual e trabalho intelectual, teoria e prática. Isto quer dizer que a Agroecologia, como matriz produtiva e tecnológica, precisa ser apreendida pelo camponês teórica e praticamente. Nesse sentido, a Agroecologia possibilita unir na agricultura camponesa o que a matriz produtiva e tecnológica do capitalismo, presente na produção implantada pelo agronegócio cindiu, pois, nessa matriz, o camponês, quando aí consegue um emprego temporário, precisa somente saber fazer.

Daí para frente procurou-se compreender como que acontece a formação do Técnico em Agroecologia. Nesse intuito, buscou-se obter

informações a partir da observação, de entrevistas, de leituras de documentos da Escola analisada, assim como de leituras de autores que já estudaram sobre temas semelhantes. Essa busca incessante por dados para analisá-los, a partir do método proposto nesse estudo, explica-se pela necessidade de que a leitura e interpretação destes dados pudessem permitir conhecer o fenômeno na sua essência. Ou seja, conhecer o fenômeno tal qual ele é e não como aparenta ser, ocultando a sua essência (KOSIK, 1976). Nessa busca pela essência percebeu-se que a formação técnica proporcionada pela Escola 25 de Maio é preñe de contradições, assim com a sociedade do capital é, também, atravessada pelas contradições próprias das relações de antagonismo das classes sociais que a constituem. E estas contradições próprias da sociedade de classes, sob o modo de produção capitalista, também atravessam as escolas e, portanto atravessam, também, a Escola 25 de Maio, analisada, bem como a formação dos sujeitos dessa Escola.

A Escola 25 de Maio, produto da luta do MST pela educação das famílias assentadas, fundamenta-se numa educação/formação que deverá estar ligada à vida do sujeito e ao trabalho que este desenvolve para manter a vida. Ou seja, a formação do sujeito se dá mediante a relação do homem com a natureza, tendo como fundamento as relações do trabalho. Este pressuposto teórico é exposto nos documentos do MST. “A escola é um lugar próprio ao aprendizado de juntar teoria e prática, através da apropriação/produção de conhecimento que se articula à reflexão sobre as vivências dos sujeitos nos diferentes processos sociais formadores” (MST, 2006, p. 9).

A questão de que a formação do ser humano se dá na relação homem natureza também está registrada nos princípios pedagógicos do MST, os quais já foram indicados acima. Os princípios pedagógicos da educação expressam como o MST compreende a educação e o processo formativo do ser humano. Nesse sentido, voltamos a afirmar que a Escola de formação técnica agropecuária 25 de Maio, que, no caso, forma o Técnico em Agroecologia, é uma Escola vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). É esta a Escola que tem a função, como já afirmado, de formar técnicos em Agroecologia. Por isso, a formação técnica que a referida Escola tem por objetivo realizar está relacionada, também, aos objetivos do MST. Por isso, a Escola deverá cumprir com a função de educar para a transformação social, e contribuir na construção de processos de

produção agroecológicos, como uma nova matriz tecnológica, visando contrapor-se à matriz tecnológica do agronegócio. Como dito anteriormente, esta modalidade produtiva consiste na produção em escala, se utilizando do monocultivo, com o uso de agrotóxicos, a adubação sintética, além das sementes híbridas e até mesmo transgênicas. Esta forma de produzir, de organizar o campo brasileiro produz a destruição do meio ambiente, resulta na expulsão do homem do campo e na subordinação do camponês ao capital. E esta subordinação se confirma com a obrigatoriedade de adquirir as sementes transgênicas porque estas não se multiplicam, como é o caso das sementes originais, ou “crioulas”.

Assim, na formação de técnicos para contribuir no desenvolvimento da matriz tecnológica da Agroecologia, a educação de modo geral, e a Escola de modo particular, precisam ter um olhar holístico sobre aqueles e aquelas que se estão formando. Isto quer dizer que esta formação direciona-se para chegar a um técnico de “novo tipo”. Na formação do técnico de novo tipo torna-se necessário compreender a existência da relação entre educação, formação e trabalho, pois foi através do trabalho, ao longo do processo histórico, que o ser humano foi aprendendo a construir instrumentos de vida e de trabalho e, ao mesmo tempo, se fazendo homem, ou seja, foi-se fazendo e aprendendo.

Neste sentido, existe uma relação ontológica entre educação e trabalho. Isto quer dizer que o aprendizado é fruto do trabalho. A escola cujo objetivo é formar seres humanos em todas as suas dimensões, em que o trabalho seja atividade criadora e não alienante, busca orientar-se pela matriz pedagógica do trabalho como elemento central nessa formação. Por matriz pedagógica do trabalho entende-se que a formação deve partir do trabalho, mas não de qualquer trabalho e sim do trabalho como princípio educativo que é o trabalho social. Este trabalho é ligado à produção real, que é socialmente útil, ou trabalho concreto produtor de valores de uso, de modo a que todos tenham acesso.

O trabalho na escola enquanto base da educação deve estar ligado ao trabalho social, à produção

real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e, de outros procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. (PISTRAK, 2000, p. 38).

A partir do trabalho socialmente útil como elemento formador do ser humano torna-se possível ao educando compreender as relações sociais que se estabelecem no ato da produção. Por isso, estas relações fazem parte das discussões teóricas que se concretizam em sala de aula. Portanto, o trabalho na escola integrado ao ensino como elemento central na formação do ser humano possibilita a formação de sujeitos não só críticos, autônomos, mas, acima de tudo, seres humanos que tenham capacidade técnica e política de intervir na realidade concreta para transformá-la. E no caso da Escola de formação de Técnicos em Agroecologia, formar seres humanos de fato humanizados, que compreendam a realidade do campo, de como a sociedade de classes, sob a divisão social do trabalho, rouba do camponês a capacidade criadora e, no mesmo movimento, também rouba, ou aliena deste produtor o produto do seu trabalho, o que faz o agronegócio que, dessa forma, desumaniza o camponês. Nesse sentido, a formação humana a partir da união do trabalho com o ensino é capaz de proporcionar a formação em todas as dimensões do camponês, possibilitando que este possa contribuir na construção de processos de produção agroecológica, que venham a se contrapor ao atual paradigma de produção do capital no campo.

A partir da análise de como se dá a educação/formação na sociedade de classes em que a Escola 25 de Maio está inserida e como esta é permeada pela luta de classes, que se estabelece no mundo da produção, onde os homens (re)produzem suas vidas, passo agora a apresentar alguns resultados desta pesquisa, que, embora sendo relativos e transitórios, pois a realidade está em constante movimento, me parecem fundamentais para a qualificação na formação do Técnico em Agroecologia que a Escola 25 de Maio se propõe a realizar.

De certo modo, existe uma contradição entre o que o PPP da Escola propaga e o que de fato acontece na Escola estudada. Esta

contradição aparece no que é essencial à formação humana, que incluiu a formação técnica. Trata-se da relação teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual, ou ainda conhecimento teórico e conhecimento prático. Percebe-se isto no distanciamento entre o que se espera com a formação dos técnicos em Agroecologia e as práticas que realmente ocorrem para esta formação. Espera-se formar um técnico com capacidade técnica e política, que possa contribuir na construção da matriz produtiva e tecnológica da Agroecologia e, para que isso aconteça, é necessário que o conhecimento teórico esteja articulado ao conhecimento prático para esta realização.

Porém, na Escola 25 de Maio existe, de alguma forma, uma fissura no que se refere ao trabalho como unidade dialética entre teoria e prática. Em parte, esta dificuldade está relacionada à própria organização do calendário escolar, no que diz respeito aos horários da realização das aulas, em virtude da grande maioria das aulas do ensino técnico acontecer no período da noite. Esta realidade está relacionada ao tempo disponível dos profissionais contratados, assim como, à formação exigida para atuarem no ensino técnico. Por outro lado, constata-se, também, que os profissionais envolvidos no processo educativo/formativo não têm clareza do que seja o trabalho como princípio educativo. Assim, a partir do que vimos, esses profissionais acreditam que qualquer trabalho seja educativo e não compreendem que o trabalho educativo, como expusemos, é este ligado ao mundo real da produção.

Constata-se a pouca qualificação na área técnica dos profissionais contratados para atuarem na formação técnica, bem como a falta de profissionais tecnicamente capacitados para acompanhar os educandos nos trabalhos de campo e no TC. A esta qualificação deficiente na área técnica alia-se a falta de formação correspondente ao método pedagógico do MST, que se constitui em dois pilares fundamentais: na auto-organização dos estudantes e no trabalho como princípio educativo. Estes podem ser elementos que contribuem para que a formação técnica não aconteça com a qualidade esperada pelo MST.

Outra questão que se apresenta na referida Escola está relacionada na relação entre forma e conteúdo, que é necessário mudar o conteúdo, mas também se faz necessário mudar o método e a organização escolar, quando se propõe educar para a emancipação humana. Nesse sentido, confirma Freitas (2012), quando este analisa a escola no modo de produção capitalista. Afirma este autor que não basta mudar a didática, mas torna-se necessário mudar a estrutura organizativa da escola. Nessa mudança é fundamental ter presente a unificação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre teoria e prática. Mas isso só é possível com uma transformação radical da sociedade, pois os sujeitos do capital têm pleno conhecimento dos riscos que podem significar a oferta de profissionais capacitados, e com tempo e capacidade técnico-política para colocar em prática esta noção do princípio educativo do trabalho, principalmente nas escolas destinadas aos trabalhadores, como é o caso da Escola 25 de Maio que atende aos filhos dos camponeses.

Isto quer dizer que se torna necessário compreender como as contradições entre capital x trabalho se apresentam no interior da sociedade e que vão penetrar o interior da escola. A partir dessa compreensão, percebe-se uma lacuna entre o pretendido e o executado. Nesse sentido, na Escola 25 de Maio, na aparência existe uma organização diferente das outras escolas, mas se analisada esta organização com mais profundidade, ou seja, na sua essência, percebe-se que o discurso (textos, documentos, programações, etc....) não se realiza na sua totalidade na prática, tomando, como exemplo, o trabalho como princípio educativo. Este aparece muito mais como princípio pedagógico do que como alicerce da formação do Técnico em Agroecologia. Ou seja, aparece como algo para comprovar a teoria, ou como elemento que ajuda a entender a teoria e não como elemento central da formação humana. Nesse sentido, o trabalho é visto de forma dual, quer dizer trabalho manual (prática) separado do trabalho intelectual (teoria), quando deveria ser visto como unidade dialética.

Tomando-se como referência que a escola, segundo Enguita (1989), concentra-se muito mais na forma organizativa do que nos conteúdos, pode-se dizer que a Escola 25 de Maio se aproxima da educação emancipatória ao propor uma organização dos estudantes, dos professores, dos pais dos educandos e da comunidade dos camponeses assentados, permitindo que se discutam os problemas educacionais da Escola em seu conjunto. Mas, por outro lado, no que se refere à prática

educativa, à aproximação entre teoria e prática, esta se distancia do que pode ser chamado de educação emancipatória, incluindo-se nessa a formação técnica de compreender o porquê fazer e o saber fazer.

Ainda em relação à auto-organização dos estudantes aparece uma visão limitada por parte da Escola analisada sobre esta questão, pois esta só aparece nos momentos formais. Ou seja, aquelas duas horas semanais em que os educandos têm um tempo formal para reunir e exercer sua organização. É preciso avançar na visão do que seja auto-organização dos estudantes e compreendê-la para todos os espaços da vida da Escola, e dos espaços em que vivem. Nesse sentido a auto-organização dos estudantes existente na Escola 25 de Maio é muito parecida ao que Pistrak (2000) chama de auto-organização forçada, introduzida de cima para baixo e, dessa forma, essa auto-organização causa estranheza ao educando, servindo muito mais para introdução da disciplina estabelecida pela Escola, que compreende os professores, e o Conselho Escolar.

O que aparece também como elemento importante na análise no contexto da educação/formação na Escola 25 de Maio é o que se relaciona com o método de ensino utilizado pela maioria dos professores do Curso Técnico em Agroecologia. Esse método está, de certo modo, divorciado do referencial teórico assumido pela Escola. Ou seja, o método muitas vezes se distancia da Pedagogia do Movimento assumida teoricamente e que se encontra na proposta no PPP da Escola.

A Escola/Curso analisada nesse estudo e que é fruto da luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, organizados no MST, se dispõe a implementar uma educação/formação diferente da escola burguesa, buscando formar seus educandos, e no caso do curso Técnico em Agroecologia, com habilidades técnicas e compromisso político para contribuir junto aos camponeses na construção de uma outra matriz produtiva e tecnológica diferente da matriz produtiva e tecnológica hegemônica do agronegócio. Para isso, essa Escola/Curso assume no seu PPP a formação integral do ser humano, tendo o trabalho e a auto-organização dos estudantes como princípios educativos.

Mas nessa direção, os estudos desenvolvidos para sustentar esta Dissertação apontam alguns limites que precisam ser assumidos pelo

conjunto do MST, pela Escola, pelas comunidades assentadas, pelo Setor de Educação e pelo Setor de Produção. Os limites encontrados nessa Escola são relacionados à (im)possibilidade de se realizar atividades pedagógicas que possam unir prática e teoria, enquanto condição de qualificar a formação político-técnica dos educandos que estudam no Curso Técnico em Agroecologia. A superação desses limites permitirá à Escola 25 de Maio e ao Curso Técnico em Agroecologia, oferecido por esta Escola, dar largos passos na qualificação técnica e política dos estudantes que se aí se formam. Passaremos agora a identificar os limites que se apresentam na instituição escolar estudada, no que se refere à possibilidade de melhorar a qualificação técnica e política dos estudantes.

- O problema da falta de profissionais qualificados para atuarem na formação técnica. Esta qualificação se refere tanto à parte técnica quanto em relação à formação político-pedagógica de compreender e distinguir o trabalho como princípio educativo e o trabalho como princípio pedagógico. Ainda em relação à qualificação, podemos perceber que não existe uma compreensão sobre o que seja o trabalho, ou melhor, os educadores sentem dificuldades em compreender o trabalho como unidade dialética entre a concepção e a execução.
- As aulas técnicas ministradas no período noturno impossibilitam trabalhar, de forma real, a unidade dialética entre trabalho manual e trabalho intelectual, teoria e prática, de modo que o educando possa se apropriar dos conhecimentos teórico-práticos e perceber a forma como, na sociedade de classes, este conhecimento encontra-se dissociado, e, ainda, como nesta sociedade o conhecimento pertence não ao trabalhador, mas sim ao capital. Dessa forma, se apossar do conhecimento técnico teórico-prático significa saber fazer, por que se faz, para que se faz, e, ainda, para quem se faz.
- A não contratação, por parte do Estado, de profissionais, ou seja, de educadores qualificados para acompanhar as atividades dos educandos no TC, é outro limite. As atividades do TC fazem parte do curso. Este é o momento em que o educando poderá realizar experiências agroecológicas em sua

Comunidade, junto com sua família, fazendo observações e, a partir dessas experiências, ampliar as atividades e mesmo teorizar sobre esta prática. Dessa forma, o educando poderá trazer questões ainda não compreendidas ou não abordadas para serem debatidas durante o TE.

- A compreensão da auto-organização dos estudantes como processo de participação efetiva dos estudantes nos processos educativos, e não só deixar esta questão em momentos formais estabelecidos pela Escola/Curso. Compreender que a auto-organização dos estudantes é construir, fomentar nos estudantes interesses que tem a ver com a vida deles conforme nos aponta Pistrak (2000).
- Em relação ao método do ensino utilizado pela maioria dos professores que não compactua com a Pedagogia do MST assumida pela Escola. Este limite está relacionado ao da formação político-pedagógica dos trabalhadores da educação nessa Escola/Curso.

A superação dos limites apresentados não depende só da Escola e do conjunto do MST, mas também depende do Estado, através da SED/SC, pelo fato de a Escola 25 de Maio estar vinculado ao sistema estadual de educação. Pelo fato, como visto no decorrer deste estudo, da sociedade burguesa estar cindida em classes sociais antagônicas e essas classes estarem em constante luta por seus interesses, o Estado, que incorpora o capital, instituiu a educação escolar para reproduzir a sociedade de classes e formar o ser humano necessário a essa sociedade. Mas, a luta de classes que se estabelece no mundo da produção onde se produz a vida do ser humano perpassa também a educação escolar e abre caminhos... Nessa perspectiva, não dá para esperar do Estado burguês as condições necessárias para realizar uma educação que aponte para a superação dessa sociedade que a Escola/Curso se propõe a realizar, conforme consta no PPP desta Escola. É nesse sentido que a Escola assume em seu PPP a pedagogia do Movimento, pedagogia esta que incluiu o trabalho como unidade dialética, conceber e fazer. Ou seja, a

Escola/Curso que tem no trabalho o princípio educativo quer formar o ser humano em todas as suas dimensões como nos aponta Marx, uma educação omnilateral que se contraponha à educação unilateral proporcionada pela escola burguesa. Por isso, a Escola e o conjunto do MST têm, também um papel fundamental a cumprir que é o de lutar, pressionando o Estado para obter conquistas que venham na direção do que o PPP aponta.

Além do papel das lutas sociais para conquistar as condições necessárias à implementação da educação/formação concebidas pelo MST e presentes no PPP na Escola 25 de Maio, sabe-se que estas só se tornarão realidade na sua totalidade, como nos aponta o referencial teórico desse estudo, quando superarmos a sociedade de classes. Por esta razão, a Escola e conjunto do MST precisam trabalhar na formação político-pedagógica dos professores dessa Escola para que consigam se apropriar da pedagogia do Movimento, que tem na sua base uma das matrizes formativas do ser humano que é o trabalho. Caldart (2013) aponta que as Escolas vinculadas ao MST precisam se apropriar da Pedagogia do Movimento e colocar em prática as matrizes formativas dessa pedagogia.

A minha compreensão é de que a matriz formativa do trabalho é a central de todas as matrizes que configuram essa Pedagogia por que é a base da produção da vida, conforme vimos no decorrer dessa Dissertação. Por isso afirmo que, para avançar na formação do técnico pretendido, os professores necessitam se apropriar do conceito do que é o trabalho como princípio educativo. Ter clareza desse conceito implica na formação do Técnico em Agroecologia que os camponeses necessitam nesse momento histórico para a mudança da matriz produtiva e tecnológica hegemônica do agronegócio para uma matriz produtiva e tecnológica de base agroecológica.

Em síntese, a Escola 25 de Maio em geral e, em particular, o Curso Técnico em Agroecologia, pelo seu formato, permite avançar na educação/formação dos educandos na perspectiva do técnico que tenha capacidade técnica do saber fazer e o compromisso político do saber o porquê fazer na perspectiva de unir trabalho manual e trabalho intelectual, prática e teoria, fazer e saber, desde que se consiga superar os limites apontados. Essa superação só será possível se avançarmos na compreensão do que é o trabalho enquanto unidade dialética prática e teoria que se expressa no trabalho enquanto princípio educativo e irmos

à luta pela escola qualificada segundo as nossas necessidades e pela sociedade que entendemos ser justa e solidária para todos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. In: **Simpósio IESA/SBSP**, 5, 2002, Florianópolis. Anais (Cd). Florianópolis: EPAGRI, 2002

CALDART, Roseli Salete, et alii. **Escola e movimento no Instituto de Educação Josué de Castro**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Extensão rural e agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: 2009. Disponível em: http://www.cpatas.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2013.

----- . **Agroecologia**: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília (DF), Abril de 2006. Disponível em: agroeco.org/.../Agroecologia-Novo-Paradigma-02052006-ltima-Verso1... Acesso em 30/09/2013.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília, Inep, 2006. Disponível em: publicacoes@inep.gov.br. <http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>. Acesso em 14/11/2014.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA 25 DE MAIO. **Projeto Político Pedagógico**. Assentamento Vitória da Conquista, Fraiburgo/SC, 2013. (documento fotocopiado).

ENGELS, Friedrich, **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Fonte Digital RocketEdition, 1999 disponível

em:

http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2013.

ENGUITA, Mariano Fernandes. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 11. ed. Campinas/SP: Papirus, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Formação e profissionalização do educador face aos novos desafios**. Florianópolis, ANAIS do VII ENDIPE. - Conferências. Simpósios e Mesas redondas. Vol. II - NUP/CED/UFESC, 1996. p. 389-407.

------. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, João Carlos Costa. **As bases epistemológicas da Agroecologia**. In: Princípios e perspectivas da agroecologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná-Educação à distância, 2011. Acesso em: 15/11/2014. Disponível no site: <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

------. Os intelectuais; O princípio educativo: **Cadernos do cárcere**. V. 2. 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUHUR, Dominique Michèli Perioto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. v. 1. Porto: Portucalense, 1972.

KUENZER, Acácia Z. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília/DF: INEP, 1991.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO, Luis Carlos Pinheiro Filho. **Dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimento sem veneno. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAKÁRENKO, Anton. *Poema Pedagógico em tres partes*. Moscú: Editorial Progreso, s/d.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.

------. **História da Educação**. Da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

-----, **O Capital**. Vol. 1, tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

-----, **O Capital**. Vol. 1, tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da Educação e do Ensino**. São Paulo: Moraes, 1978.

-----;-----, **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011

-----; -----, **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1986.

-----; -----, **A ideologia Alemã**. São Paulo: 2ª ed, Martins Fontes 1998.

-----; -----, **Manifesto do Partido Comunista**. In: Obras Escolhidas. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 13-47.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008

MOHR, Matheus Fernando; RIBAS, Clarilton E. D. Cardoso. **Formação de jovens na escola 25 de maio**: entre os limites e as possibilidades da construção da agroecologia. 2012. Disponível em: 200.18.32.173/sifedocregional/.../Matheus%20Fernando%20Mohr.pdf. acessado dia 26/10/2014.

MOHR: Matheus Fernando. **A formação em agroecologia no MST/SC**: um olhar sobre os egressos do curso técnico da Escola 25 de Maio de Fraiburgo – SC. Florianópolis 2014. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. (Dissertação de mestrado.) (Mimeografado)

MST. **Dossiê MST ESCOLA**: Documentos e estudos 1990 – 2001. Caderno de Educação nº 13. Veranópolis/RS: ITERRA, 2005.

-----. **Princípios da Educação no MST**. São Paulo: 3ª ed. 1999. (Caderno de Educação nº 08).

-----. **Método Pedagógico**. Veranópolis/RS: ITERRA. Cadernos do ITERRA. Ano IV, nº 9, dez., 2004.

-----. Caminhos da Educação Básica de Nível Médio para a Juventude das Áreas de Reforma Agrária. Luziânia/GO, setembro de 2006 (Mimeografado).

NASCIMENTO, Maria Isabel M; SBARDELOTTO, Denise. A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas/SP. n.30, p.275-291, jun.2008, Site: www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr . Acesso em 07 de outubro de 2013.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 685.

PISTRAK. M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

REGO, Themely Torres. **A formação técnico-profissional em agroecologia no MST/SP**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação Mestrado, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95420>. Acesso, 15/12/2014.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da Alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**. v. 34. n. 1. São Paulo: FAE/USP, p. 27-46, jan/abr., 2008.

----- . Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. **Revista Brasileira de Educação**. v. 18, nº54. Rio de Janeiro: ANPEd; Campinas: Autores Associados, p. 669-691, jul./set., 2013.

ROIO, Marcos del. Gramsci e a educação do educador. *Cadernos do Cedes*. Campinas/SP. vol. 26, n. 70, p. 311-328, set./dez. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso dia 07 de outubro 2013

ROESLER MOHR, Naira Estela. **Formação para o trabalho no contexto do MST**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação Mestrado, 2006.

SANTOS, José Vicente Tavares. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SHULGIN, Viktor Nikholaevich. **Rumo ao Politécnico** (artigos e conferências). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Priscila Gomes da. **A incorporação da agroecologia pelo MST**: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática. Universidade Federal Fluminense, Instituto de ciências humanas e filosofia, 2011. Dissertação de Mestrado.

SOBRAL, Francisco J. M. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. Campinas/SP, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2005. Tese (doutorado) Site: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls00035858> 3. Acesso em: 30 de Agosto de 2014.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 2005. 251 p.

-----, Considerações sobre a educação na perspectiva marxiana. Revista **Espaço Acadêmico**. Nº 44 – Janeiro de 2005. Mensal _ ISSN 1519.6186. Disponível em: http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MARXISMO_E_EDUCACAO.pdf, Acesso: 12 de maio de 2012.

WACHOWICZ, Lílian Anna. A dialética na pesquisa em educação. Revista **Diálogo Educacional** - v. 2 - n.3 - p. 171-181 - jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=730&dd99=view>. Acesso em: 13 de outubro de 2013.

APÊNDICES

Roteiro de entrevistas:

Para estudantes

- 1) Você gosta de estudar nesta escola? Do que mais gosta e do que menos gosta?
- 2) Em que/onde pretende trabalhar quando se formar?
- 3) O que entende por agroecologia?
- 4) Em que consiste a formação de um bom técnico em agroecologia?
- 5) Que limites identifica para a produção agroecológica nos assentamentos? E possibilidades?
- 6) Como avalia a formação proporcionada pela escola? Quais seriam os pontos fortes e os pontos fracos na formação agroecológica na escola?
- 7) Você se sente preparado (ou sendo preparado) para atuar como técnico em agroecologia? Que aspectos da agroecologia você entende que domina melhor e o que tem mais dificuldade?
- 8) Como você avalia sua formação teórica em agroecologia proporcionada pela escola?
- 9) Como você avalia sua formação prática em agroecologia proporcionada pela escola?
- 10) Você avalia que teoria e prática em agroecologia encontram-se bem trabalhadas na escola?
- 11) Você identifica articulação entre os estudos teóricos e práticos na escola? Algum tema mais espaço?
- 12) Que sugestões você faria para a escola para melhorar a formação na escola?
- 13) Descreva as aulas do curso: que tipos de atividades, metodologia são usadas nelas?
- 14) Como você avalia a metodologia de ensino dos professores?
- 15) Quais você gosta mais, aprende mais? E qual aprende menos? Que sugestões você faria?

- 16) Como tem sido a aplicação/relação entre seus aprendizados na escola e a propriedade dos pais (ou propriedade em que se encontra – TC)?

Para professores:

- 1) Em que consiste a formação de um bom técnico em agroecologia?
- 2) O que entende por agroecologia?
- 3) Como avalia a formação proporcionada pela escola? Quais seriam os pontos fortes e os pontos fracos na formação agroecológica proporcionada pela escola?
- 4) Que limites identifica para a produção agroecológica nos assentamentos? E possibilidades?
- 5) Quais necessidades que a escola tem que se sanadas qualificariam a formação agroecológica?
- 6) Como você avalia a formação teórica em agroecologia proporcionada pela escola?
- 7) Como você avalia a formação prática em agroecologia proporcionada pela escola?
- 8) Você avalia que teoria e prática em agroecologia encontram-se bem trabalhadas/articuladas na escola?
- 9) Que sugestões você faria para a escola para melhorar a formação na escola?
- 10) Quais as metodologias de ensino você utiliza em suas aulas?
- 11) Como vê o interesse e aprendizagem dos alunos nas suas aulas?
- 12) Quais as metodologias utilizadas por outros professores no curso técnico?
- 13) Como tem sido a aplicação/relação entre seus aprendizados na escola e a propriedade dos pais (ou propriedade em que se encontra – TC)?
- 14) Como avaliação a qualificação dos estudantes para atuarem como técnicos em agroecologia? Quais são os pontos fortes da formação proporcionada? E os fracos?
- 15) Qual a importância das atividades/trabalhos de campo e experimentos desenvolvidos na escola para a formação do técnico?
- 16) Como é feito o planejamento de aula das disciplinas técnicas?

- Individual ou de forma conjunta? Porque?
- 17) - Em que períodos acontecem as aulas das disciplinas técnicas?
Matutino, vespertino, noturno.
 - 18) O trabalho e prática são sinônimos? Ou são duas coisas distintas? Porque?
 - 19) Em relação ao trabalho prático no Tempo comunidade (TC).
Como que são encaminhados as tarefas para o TC, cada professor encaminha o sua tarefa relacionada com sua disciplina, ou as tarefas são encaminhadas de forma articulada entre as diversas disciplinas?
 - 20) Como a escola acompanha os trabalhos práticos que os estudantes realizam no Tempo Comunidade?
 - 21) De que forma os trabalhos práticos executados pelos estudantes no TC se articulam com as aulas teóricas?

Para membros da comunidade, pais de estudantes e Conselho Escolar.

- 1) Em que consiste a formação de um bom técnico em agroecologia?
- 2) Como avalia a formação do curso técnico em agroecologia proporcionada pela escola 25 de maio?
- 3) Quais os pontos fortes da escola na formação do técnico em agroecologia? E fracos?
- 4) Como que vê a relação da teoria com trabalho prático feito na escola?
- 5) O estudante desenvolve atividades práticas no TC relacionadas com as disciplinas técnicas estudadas no Tempo Escola (TE)?
- 6) Como tu vê o aprendizado dos alunos em relação as técnicas em agroecologia?
- 7) Na tua opinião a prática é importante no aprendizado das técnicas em agroecologia?
- 8) Na tua opinião qual deve ser o espaço da teoria e qual deve ser o espaço da prática na formação do técnico em agroecologia?
- 9) O que entende que é necessário na escola para avançar na

formação? Que sugestões tem?

10) Como avalia a formação dos estudantes técnicos egressos da escola?

11) Qual contribuição e limites dos cultivos e criações existentes na escola?

12) Qual a importância da Escola 25 de Maio para o MST de SC?